



Como as Crianças Vêm a Cidade



Arno Vogel
com

Vera Lúcia de
Oliveira Vogel e

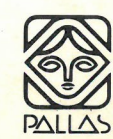
Gerônimo E. de
Almeida Leitão



Como as Crianças Vêm a Cidade



FLACSO
BRASIL



unicef
Fundo das Nações Unidas para a Infância

Arno Vogel
com
Vera Lúcia de Oliveira Vogel e **Gerônimo E. de Almeida Leitão**

Como As Crianças
vêm a Cidade



FLACSO
BRASIL



PALLAS

unicef 
Fundo das Nações Unidas para a Infância

Copyright © by 1995, by Arno Vogel, Vera Lúcia de O. Vogel,
Gerônimo E. de A. Leitão

Editor:
Cristina Fernandes Warth

Coordenação Editorial:
Heloisa Brown

Capa e Projeto Gráfico:
Leonardo Carvalho

Revisão:
Gisele Barreto Sampaio
Kátia Ferreira dos Santos
Wendell Sussuarana Setúbal

Editoração Eletrônica:
Delta Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V868c Vogel, Arno, 1946-

Como as crianças vêm a cidade / Arno Vogel, Vera
Lúcia de O. Vogel, Gerônimo Emílio de A. Leitão. – Rio
de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995.

167 p.

Inclui bibliografia

ISBN 85-347-0076-1

1. Vida urbana – Rio de Janeiro (RJ) – Pesquisas.
2. Crianças – Opiniões sobre a cidade. 3. Rio de Janeiro
(RJ) – Condições sociais – Pesquisas. I. Vogel, Vera
Lúcia de Oliveira, 1953- II. Leitão, Gerônimo Emílio
de Almeida, 1959- III. Título.

95-1830

CDD 307.760981531

CDU 308(815.31)

Pallas Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Frederico de Albuquerque, 44 – Higienópolis
21050-840 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 270-0186 – Fax: (021) 590-6996



EQUIPE TÉCNICA

O estudo *Como as Crianças Vêm a Cidade* foi executado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, sob o patrocínio do BANERJ/Fundo Rio e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contando, ainda, com o apoio decisivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Rioarte.

A Equipe Técnica responsável pela execução do estudo foi integrada por:

Consultores

Sueli Monteiro de Azevedo (arquiteta) — Coordenadora (1ª etapa)
Arno Vogel (antropólogo) — Coordenador (2ª etapa)
Vera Lúcia de Oliveira Vogel (professora)
Gerônimo Emílio de Almeida Leitão (arquiteto)

Estagiárias

Cynthia Mosse Alhadeff
Tania Claudia Laudeauzer da Silva

Direção do CPU/IBAM (1983)

Carlos Nelson Ferreira dos Santos — Arquiteto-Chefe
François E. J. de Bremaeker — Economista-Geógrafo/Coordenador-Administrativo

Sumário

- I Parte — INTRODUÇÃO / 3**
Por que ver as cidades com as crianças / 3
- II Parte — CASA E RUA / 15**
Nossa casa: uma das coisas mais importantes / 15
O Centro: “um meio de se achar cada vez mais carioca” / 29
- III Parte — PUREZA E PERIGO / 43**
Poluição: a maior ameaça ao ser / 45
Violência: o que vemos a todo instante / 59
- IV Parte — CÉU E INFERNO / 73**
Cartão-postal: venha conhecer uma cidade maravilhosa / 75
Aos pés do Corcovado: o inferno das práticas quotidianas / 87

V Parte — PROBLEMA E PRAZER / 99

Deus na terra ou o povo amigo: a cidade como problema / 101

Lazer e diversão: significados para minha alegria / 115

VI Parte — CONCLUSÕES / 129

Como a escola deveria ver a cidade / 131

BIBLIOGRAFIA / 139

ANEXOS / 141

Agradecimento à direção e ao corpo docente das seguintes escolas:

Min. Adauto Lúcio Cardoso

Alphonsus de Guimaraens

Anísio Teixeira

Cel. Berthier

Calouste Gulbenkian

Clotilde Guimarães

Darcy Vargas

Min. Edgard Romero

Gen. Euclides de Figueiredo

Pres. Eurico Dutra

Francisco Jobim

Gonzaga da Gama Filho

Joaquim Manoel de Macedo

Mato Grosso

Metropolitano

México

Paraíba

Pedro Aleixo (CIMPA)

Pedro Bruno

República da Colômbia

Rodrigo Otávio

Roma

Santa Catarina

Ubaldo de Oliveira

Apresentação

A CIDADE VÊ AS CRIANÇAS

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira tem experimentado um aceleradíssimo processo de mudança. Seu correlato mais notável do ponto de vista da morfologia social encontra-se no vertiginoso crescimento dos centros urbanos. Em torno de 70% da população brasileira estão, atualmente, concentrados em cerca de 500 cidades com mais de 20 000 habitantes. Da população urbana total, no entanto, outros 70% estão reunidos em apenas nove grandes regiões metropolitanas.

Esse exagerado crescimento das cidades correspondeu à prática de um modelo econômico cuja meta proverbial era a de fazer crescer o bolo da riqueza para, em seguida, reparti-lo. No viés concentracionista do “milagre brasileiro”, a questão social ficava, pois, subordinada à questão econômica. O corolário dessa postura foi a multiplicação e ampliação dos bolsões de pobreza e com eles a precipitação e o agravamento de um sem-número de necessidades e demandas por parte de uma população carente que não era mais possível ignorar.

Em tais circunstâncias, foi-se revelando em toda a sua extensão o despreparo da sociedade brasileira para absorver as profundas transformações nas quais estava, irreversivelmente, implicada. O Estado, sobretudo, não conseguia mais ocultar, por detrás do triunfalismo desenvolvimentista, a pululação dos problemas que afligiam a grande maioria dos seus cidadãos. Parecia, ao contrário, tomado de perplexidade diante dos efeitos perversos suscitados pelos rumos que até então se haviam imposto ao país sob sua responsabilidade e patrocínio.

Os primeiros sinais do que estava por emergir surgiram, como era de se esperar, na cidade e a propósito da cidade. Foram os movimentos sociais que deram origem às associações de moradores e às lutas reivindicatórias destas em favor de melhorias nas condições da vida urbana. Os problemas mais sérios identificaram-se de imediato. Moradia, serviços e equipamentos urbanos, segurança e lazer transformaram-se, dessa maneira, nos grandes parâmetros através dos quais se podia avaliar o caráter inóspito das metrópoles.

Sem ter onde morar, os pobres da cidade foram sendo obrigados a aceitar condições de habitação cada vez mais penosas. Acantonados nas favelas e cortiços ou deslocados para as longínquas periferias, tinham de submeter-se, de bom ou mau grado, a todo o tipo de privações. A precariedade dos transportes coletivos; a insuficiência do abastecimento; a inexistência de água, luz e gás; a ausência total de condições adequadas de saneamento básico; a rarefação da rede escolar; a falta ou o desaparecimento dos postos de saúde; a restrição das opções de lazer e, finalmente, a violência e a poluição ambiental constituem um inventário que, não sendo exaustivo, ilustra bem essas vicissitudes.

Para tornarem viáveis os custos econômicos da existência urbana, os pobres das cidades se viam, conseqüentemente, compelidos a carregar um fardo cada vez mais pesado de custos sociais. Com isso, multiplicaram-se, de forma assustadora, os tradicionais signos da pobreza urbana, entre eles, o fervilhamento das atividades informais, o avanço da criminalidade e da mendicância, o recrudescimento das doenças infecto-contagiosas e a onipresença da sujeira.

O mais seguro índice desse tipo de processo, no entanto, é a presença cada vez mais numerosa e conspícua dos bandos de crianças que, há pouco mais ou menos de uma década, começaram a marcar, com um vinco alarmante, as feições das cidades brasileiras. Esse sintoma é tanto mais aterrador quanto mais conhecidos são os significados aos quais remete. São notórias as implicações dessa presença

nos grandes exemplos históricos dos efeitos da revolução industrial na Londres vitoriana, na Paris do Segundo Império ou na Berlim da *Belle Époque*. Isto para não falar de Nova York, Chicago ou Detroit, na mesma época.

O envolvimento das crianças por esse tipo de ambiência sempre pareceu particularmente escandaloso. Foi, por isso mesmo, um dos grandes temas da literatura, sobretudo, a sua vertente realista ou mais cruamente naturalista. A partir de Dickens e culminando, talvez, com Zola, o espetáculo das crianças desvalidas foi dissecado para o alerta das elites sociais e do Estado. Isolados ou em bandos, maltrapilhos e assediosos, vinculados às formas mais abjetas da prostituição, do comércio ambulante e de todo o tipo de traficância, os meninos e meninas, precocemente integrados ao duro aprendizado das ruas, permitiam apontar não só os males da sociedade, mas prever sua reprodução, alastramento e, quem sabe, irreversibilidade. Indicavam no seu horizonte seja a possibilidade, seja a iminência de um colapso total dos valores e, a partir daí, as probabilidades de uma catástrofe social.

No Brasil, a memória e a intuição do senso comum quanto ao significado desse fenômeno despertaram com as desilusões da prosperidade, no final dos anos 70. No correr da década de 80, "trombadinhas" e "pivetes" passaram a freqüentar, com intensidade crescente, o noticiário e as primeiras páginas dos jornais. O problema, no entanto, não era novo, como parecem demonstrar os diversos dispositivos institucionais que, no decorrer do tempo, foram concebidos para dele se ocupar. Novas eram as suas proporções.

Se no passado as tentativas de controlar esse tipo de condição apelaram para o modelo correccional dos internatos, patronatos, punitórios e reformatórios, no presente tais alternativas se revelaram não só insatisfatórias, como francamente inócuas, ou, o que é pior, como mecanismos multiplicadores do próprio fenômeno a cuja extinção deviam votar seus esforços.

O fracasso desse modelo asilar-carcerário, nos diversos campos onde foi aplicado, gerou, a partir do final dos anos 70, a aguda consciência de que, ao invés de trazer crianças e jovens para dentro dessas instituições totais, era preciso evitar, a todo preço, que aí naufragassem, definitivamente.

À crise da benemerência pública ou privada, leiga ou religiosa, no entanto, tem correspondido a proliferação de agenciamentos espúrios, através dos quais a sociedade procura dar conta do problema. Os "esquadrões da morte" e as "polícias mineiras" há muito tempo que

não limitam sua atuação ao mundo dos adultos "indesejáveis". Perseguições, torturas, ou, até mesmo, a eliminação pura e simples, fazem parte, nos dias atuais, do cotidiano das próprias crianças que, de espectadoras, transformam-se, com frequência, nas vítimas do controle pelo extermínio.

Ao longo do processo político que culminaria com a instauração da Nova República, fez-se ouvir, desde o início, uma palavra-de-ordem. Era preciso, como se dizia na época, "resgatar a dívida social" acumulada no decorrer do regime autoritário. Não é, pois, de admirar-se o reiterado coro de protestos e reivindicações, que acompanharam primeiro o processo da abertura democrática e, em seguida, a instauração do novo regime.

Um dos pontos centrais de todas as preocupações e reivindicações foram, precisamente, as crianças, protagonistas constantes das cenas de violência urbana. Através delas era possível remontar às próprias nascentes da questão social sob o avatar da questão urbana, alcançando uma série de evidências incontornáveis de uma socialização deficiente e de insuficiente extensão dos benefícios da cidadania.

AS CRIANÇAS VÊEM A CIDADE

A década de 80, se não foi capaz de reverter esse quadro, acrescentou-lhe, no entanto, um fato novo. De emblemas e sintomas da problemática social nos centros urbanos, crianças e jovens emergiram, pela primeira vez, como um ator social, fazendo-se ouvir nas suas expressões políticas institucionais — o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e o Movimento Estudantil (ME) — ou rituais — as passeatas dos "cara-pintadas", a revolta do Tatuapé (destruição do "quadrilátero" da FEBEM/SP) e os "arrastões" das "galeras funk", nas praias cariocas.

Antes de todas essas manifestações, a pesquisa *Como as Crianças Vêem a Cidade*, proposta desde o início da década e, finalmente, realizada durante o ano de 1983, foi o primeiro ensaio de vocalização do ponto de vista das crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, sobre sua cidade e sociedade.

A idéia, tão simples quanto original, remonta ao trabalho *Quando a Rua Vira Casa*, no âmbito do qual se fez uma consulta aos

escolares do Catumbi para que, através de desenhos e redações, se pronunciassem sobre os problemas e dilemas do seu bairro.

Como as Crianças Vêem a Cidade retomou essa idéia, de forma mais ampla e ambiciosa, solicitando a alunos da rede pública e particular do município do Rio de Janeiro que se expressassem sobre uma série de temas relativos à vida na metrópole.

Neste sentido, apoiou-se na dupla convicção de que infância e juventude configuravam já um ator social e de que seu discurso, portanto, era capaz de restituir, de maneira própria e pertinente, toda a questão urbana, nas suas distintas dimensões e matizes.

Decidiu, por isso, empreender uma experiência pedagógica em dois tempos. No primeiro, tratava-se de dar voz aos educandos. Com esse fim, optou pela forma dialógica da carta, que, garantindo a personificação da mensagem, permitia identificar os interlocutores e dar à comunicação um sentido pragmático e político. Julgou necessário, entretanto, acrescentar-lhe um complemento figurativo, capaz de controlar os significados do discurso verbal, ao mesmo tempo em que facilitava os vãos da imaginação e do sentimento, bem como a expressão das crianças ainda não de todo alfabetizadas.

Desse modo, recolheram-se mais de 3 000 cartas e desenhos, em 24 escolas, distribuídas por todo o município, do núcleo urbano à zona rural, do condomínio fechado à favela, assegurando a presença das mais distintas perspectivas sobre a cidade, diferenciadas de acordo com o lugar, a forma urbana e o meio social.

Este material revelou-se, sob todos os pontos de vista, surpreendente. Não só pela sua força expressiva, mas pela variedade, abrangência e pertinência dos conteúdos.

Surpreendeu, ainda, sua capacidade de circunscrever e focalizar contextos, processos, valores, papéis e problemas, numa apreensão caleidoscópica, que ilustra e revela a enorme complexidade dos quadros atuais da experiência urbana, em nosso país.

Mas, sobretudo, surpreendeu a extraordinária atenção que crianças e adolescentes dedicam ao fenômeno urbano, no decurso de sua iniciação à sociedade urbana brasileira.

Por isso, é de lamentar-se que a segunda parte do experimento pedagógico visado pelo projeto tivesse de permanecer estéril. Publica-se agora, ainda oportunamente, dada a sua atualidade, a síntese dos achados desse trabalho. As cartilhas, porém, reunindo uma amostra significativa de enunciados e de representações plásticas, seguirão inéditas.

Derrota amarga, pois eram concebidas como parte indissociável do trabalho. Representavam um ato de reciprocidade da pesquisa, devolvendo às escolas parte do material nelas coletado, para que, a partir dele, se discutisse a cidade e, a propósito dela, se construísse a cidadania, não só da infância e juventude do Rio de Janeiro, mas, também, dos seus futuros (em muitos casos já atuais) cidadãos.

Nem mesmo o fato de se publicar, após tantos anos, conseguirá apagar essa desilusão. Embora se possa, talvez, mitigá-la, recordando que, para orientar as políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência, sobretudo nas cidades, nunca será demais conhecer das representações e dos sentimentos daqueles a quem são destinadas.

E não será inoportuno lembrar que, neste caso, não se trata mais, apenas, dos meninos e das meninas de rua. Trata-se da infância e juventude em geral, isto é, tanto daqueles que foram condenados à rua, quanto daqueles que se viram privados dela, reclusos nos condomínios fechados — meninos-sem-rua, na feliz expressão de Emílio Eigenheer — como seus congêneres complementares envolvidos com furto, roubo, estupro, agressão e tráfico. E, como eles, vítimas de um abandono, também ele fortuito, só que fruto das condições materiais da modernidade urbana, na sua vertente “desejável”.

Como as Crianças Vêem a Cidade captou os primeiros sinais desse futuro que acabou chegando. A única escola da amostra situada num condomínio fechado revelou, nas cartas tanto quanto nos desenhos, um grau de ressentimento e preconceito, que ia de par com a vacuidade do universo cognitivo de seus alunos, em nítido contraste com a variedade, acuidade e riqueza das representações sociais veiculadas pelas crianças e pelos adolescentes das demais escolas.

Não por último, permanece o consolo de ter *Como as Crianças Vêem a Cidade* inaugurado uma metodologia, capaz de informar, com agilidade e abrangência, o planejamento urbano. Com efeito, desde 1983, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) transformou em rotina essas consultas aos escolares dos municípios, que lhe solicitam a formulação dos seus Planos Diretores.

Todos esses motivos pesaram na decisão da FLACSO Sede Acadêmica Brasil de publicar, *quae sera tamen*, o estudo, valendo-se para tanto de recursos do Projeto UNICEF-FLACSO-CEUEP, cujo objetivo era capacitar agentes de segurança pública (Polícia Militar,

Polícia Civil e Departamento de Ação Socioeducativo/DEGASE) para lidar com a problemática da infância e juventude, no tantas vezes conturbado dia-a-dia dos centros urbanos. Para isto, no entanto, quer nos parecer, é imprescindível que se saiba “*Como as Crianças Vêem a Cidade*”.

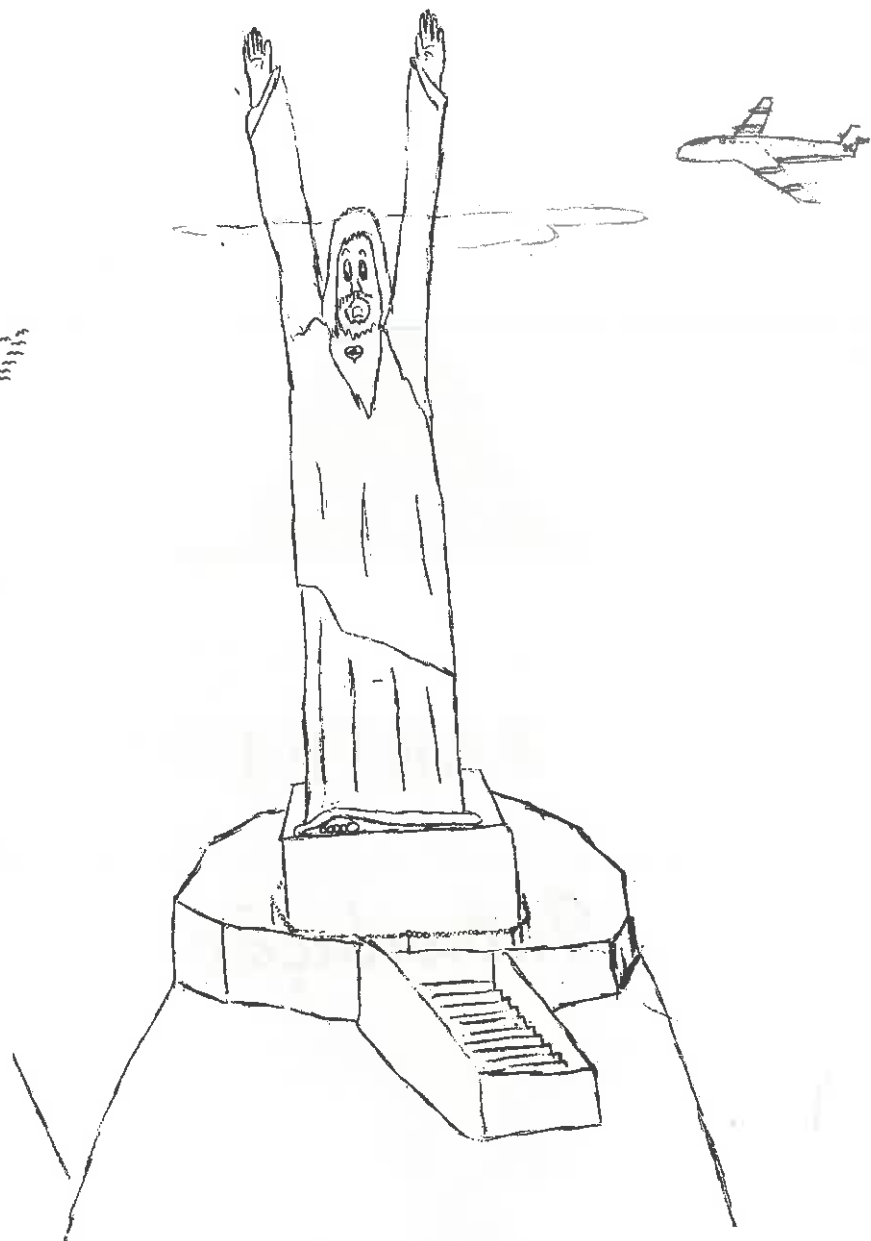
MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO
Universidade Federal Fluminense — UFF — e
FLACSO Sede Acadêmica Brasil

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1995.



PARTE I

Introdução



I Por que ver as cidades com as crianças

Parece que, por todas as partes no Brasil, está sendo discutida a participação dos moradores na vida de suas cidades. A retomada das discussões políticas revelou um país urbano, disposto a tomar consciência de seu novo estado. A cidade ainda é um fato inédito, causador de impactos e perplexidade para a maioria dos brasileiros. Não se trata, portanto, de conceitos calcados em experiências prévias. Se setenta por cento da população do país virou urbana na última década, setenta por cento destes setenta por cento se acotovelam em apenas uns quinze aglomerados de cidades¹. É oportuno fazer correlações entre politização e processo de urbanização, ou armar um quadro de poder onde surja, pela primeira vez com consistência, o par cidadão/cidade.

O que desejam as Associações de Bairros, de Moradores e de Favelados que se criam sem parar e que prometem se transformar em

uma alternativa e uma inovação no jogo de forças tradicional? Buscam ter voz ativa na conformação física, nas relações sociais e nas determinações político-administrativas dos lugares que representam. São, por princípio e natureza, verdadeiras organizações locais. Assembléias de pessoas que se reconhecem semelhantes frente a problemas comuns e óbvios. Gente que acredita que, se juntando, tenha possibilidade de exercer pressão sobre os que mandam, sejam órgãos públicos ou empresas. Embriões de uma cidadania que, apesar de pregada entre nós há mais de cem anos nos manuais escolares, ainda está de gatinhas.

No Ocidente, as noções de *polis*, política, cidade e cidadania são aparentadas, saíram da mesma fonte. Constituem um modelo ideal de relações sociais, perseguido há cerca de três mil anos. O conselho original de iguais na cidade grega não passa de uma fraternidade de elite, de uma reunião de aristocratas. Desde que existe, no entanto, propõe um problema de realização e aperfeiçoamento histórico. Do século XVIII em diante, a questão passa a servir de fundo a toda ideologia política. A cultura burguesa estabelece como valores principais o individualismo e a produção material, negociada de acordo com uma noção estreita de mercado². Dentro de uma proposta em que tudo deve assumir caráter de mercadoria, mesmo a terra, o trabalho e o capital, foi forçoso autonomizar o domínio das representações políticas. Criou-se uma contradição consubstanciada no próprio espaço urbano. Este, desde o neolítico, tem um papel fundamental: é mercado em sentido amplo. Serve para trocas e interações que constroem um “equilíbrio” que permite a preservação e a mudança na cultura e na história. Em contrapartida, foi mantido sempre como esfera de poder restrito e exclusivo (do clero, do rei, da aristocracia). A redução capitalista consistiu em dar um sentido único aos “mercados” da cidade, orientando-os no sentido da acumulação, do condicionamento das necessidades pelas razões práticas da produção, da minimização dos significados sociais, gerando, assim, desequilíbrios crônicos e estruturais. Em compensação, o desfrute das cidades foi permitido à massa pela primeira vez. Grandes parcelas de população são agregadas e passam a sonhar com possibilidades excepcionais de consumo dos meios urbanos e, em última instância, de prazer. O dilema da cidadania é a fórmula mais acabada da tensão resultante da desarticulação dos vários domínios do social, em particular o político e o econômico, restringidos a arenas estanques.

No Brasil, desenvolveram-se mecanismos culturais *sui generis* que já se podem considerar os fenômenos mais marcantes do século XX. Os recém-chegados, apesar de arrastados por processos mais amplos nos quais estão perfeitamente inseridos³, têm de fazer enormes esforços por conta própria. São aprendizados individuais que só têm a intermediá-los pequenos grupos “de confiança” (famílias, amigos, patronos) que viabilizam as articulações entre mundos de significados muito opostos que, entrecruzados, formam o que se considera “atual” ou “moderno”. Viés de leitura dos analistas, que costumam só considerar na estruturação da sociedade as formas hegemônicas, sem pensar que estas, para existirem, exigem o apoio das tradicionais. Assim, tudo o que sustenta a civilização industrialista, urbana, monopolista é, da perspectiva histórica, atual. As mudanças extraordinárias no comportamento e no conhecimento de indivíduos e grupos que passam do rural ao urbano e suportam, como podem, a transição têm sido uma contribuição importante às teorias e práticas do desenvolvimento. Não é por acaso que os sucessivos governos brasileiros, há cinquenta anos, tratam do assunto a este nível, ainda que jamais explicitem seus propósitos.

Os despreparados têm de enfrentar, antes de tudo, o seu próprio número. São milhões de pessoas que, ao mesmo tempo, visam ao mesmo objetivo: conquista de um novo lugar e, por consequência, de um meio de sobrevivência e de um estilo de vida. A cidade que buscam não é a que imaginam. É o meio urbano transformado radicalmente pela sua própria presença maciça. Como neste ambiente é preciso competir, passam a ser os principais controladores de si mesmos⁴. Só os analistas mais desavisados se desapontarão com o seu conformismo ou com a aparente ingenuidade com que tentam encontrar apoio nas agências do governo ou conquistar a proteção dos políticos. Estão, de fato, coniventes. Também eles querem “progredir”, “evoluir”, “participar do movimento”. Não percebem com clareza o papel que lhes é destinado, mas acabam atrapalhando a festa, sob a ameaça de transformá-la em banquete de penetras. Aí está um desencontro patente dos objetivos e das necessidades da economia com as autonomizações do político, obrigatórias nos palcos citadinos.

Déficit habitacional e especulação da terra no mercado são temas que têm de ser decodificados com rapidez, se alguém quiser entender o funcionamento dos meios urbanos e funcionar junto. A isto se acrescenta erosão pelo automóvel, precariedade do transporte coletivo, males da industrialização, expansão desordenada do tecido urbano, desrespeito ao meio ambiente... são muitas as coisas que se impõem, que dependem de fatores que nem se situam nas cidades,

que não são locais. Até os ricos e a classe média são, também, impotentes e vítimas. Para os pobres, não resta alternativa. Mesmo quando não gostam das condições em que vivem, têm de lidar com elas como se fossem positividade. Estão conscientes dos incômodos causados pela sujeira nas favelas ou dos riscos da construção em encostas inseguras. Isto, porém, sequer pode ser levado em conta, quando o problema principal é morar, sem pagar, o mais próximo possível das fontes de trabalho. Da mesma forma, os moradores de loteamentos na periferia não vão pensar na poluição causada pelas valas de esgoto. A sua primeira opção é o lote barato. É claro que relacionam a falta de água e as fossas precárias com insalubridade, mas isto é um valor negativo em apenas algumas instâncias. Em outras, passa a ser positivo: torna-lhes a terra acessível, por exemplo.

Não é de espantar que as novas gerações de moradores de cidades se apresentem tão “deseducadas”. De fato, são duplamente novas. Há uma proporção impressionante de jovens⁶ que têm de suportar uma situação de passagem e transição. Além de desacreditados, muitos dos valores trazidos de contextos anteriores não servem mais, enquanto o que pode substituí-los ainda está sendo gerado. Não estão bem acertados rituais, princípios de representação, fórmulas de entendimento. Isto para ficar só no nível social, pois, aos indivíduos, faltam ânimo, ousadia, conhecimento e crença em direitos garantidos apenas formalmente. Os estudos especializados demonstram desnor-teamento. Há uma tendência fácil a esperar que tudo se resolva de acordo com os padrões habituais; autoridades e donos do poder têm obrigações para com o povo e devem-lhe favores. Aparecem, porém, sinais de novos códigos em elaboração. São muito limitados e se esgotam no atendimento a reivindicações específicas, mas apontam o rumo de uma “reeducação”, de uma cidadania adolescente.

É preciso lembrar que existem cidades há quase quinhentos anos no país e que elas reproduzem uma proposta européia longamente elaborada. São lugares de *civilidade*, rompida ou degradada por transformações rápidas no século XX, conseqüência de investimentos econômicos e políticos cheios de reflexos demográficos. As cidades, antes de “conquistadas” pelo modelo de desenvolvimento, tinham seus códigos de valores, considerados de domínio e responsabilidade coletivos. Os habitantes eram sensíveis aos cenários onde se desenrolava o cotidiano (sua calçada, sua rua, sua praça, seu bairro, sua paisagem, seu transporte, seus locais de compra, de trabalho ou de atendimento de necessidades) ou onde se davam as

quebras ritualizadas do dia-a-dia (o centro, à noite, as avenidas, para desfiles e festas, os lugares de passeio). Cuidavam deles. Depois, começaram a perder, com velocidade assustadora, gostos e hábitos que permitiam passagens menos traumáticas entre espaços públicos e privados, de maior ou menor centralidade, comerciais, residenciais e industriais. Foram acabando, também, as integrações mais harmônicas com a natureza. A própria escala das cidades que cresciam muito se encarregava disso.

No início do século XX, os processos de expansão urbanística e de provisão de serviços e infra-estrutura eram comandados pela empresa privada. A partir da década de trinta, o capital vai se retirando em busca de retornos mais elevados em outras áreas. O Estado herda enormes encargos, justo em um momento em que as cidades têm o crescimento impulsionado por contingentes de população pobre e muito carente. Não pode atendê-los e inicia programas limitados, com efeitos segregatórios. A burocracia e o autoritarismo crescentes levam os moradores a participar pouco de decisões que apenas custeiam, através de impostos e taxas cada vez mais rigorosos. Assim, o desinteresse é oficialmente estimulado. Passou a ser “natural” que o trato do coletivo fosse tarefa de autoridades e especialistas. Com o tempo, ninguém mais se sente dono do que está fora dos limites da propriedade particular. Mesmo esta vai se tornando anônima sob diversas formas: vilas e parques proletários, edifícios de apartamentos, conjuntos habitacionais, condomínios fechados. Tipos de hábitat diferentes, servindo a classes distintas, em momentos diversos; mas todos empobrecedores. Na tentativa de eliminar os “males” da ambigüidade, acabam por sacramentar áreas públicas que são mesquinamente privadas, enquanto coletivizam, com pouca vantagem, o que deveria ser particular. É assim que os logradouros começam a viver imundos, as árvores e os jardins são destruídos, e o mobiliário urbano, depredado. Aos poucos se consagram usos perversos. As calçadas, esburacadas e inseguras, são arrebatadas aos pedestres e passam a servir aos todo-poderosos automóveis da minoria. No caso, o governo é o primeiro a dar os piores exemplos, alargando pistas à custa de passeios e praças, construindo elevados por cima de ruas já existentes e cheias de crianças e projetando novas avenidas onde sequer há lugares para andar a pé.

Se é preciso que surja uma nova consciência de cidadania, ela dependerá de uma lenta acumulação. Isto significa rever experiências passadas, tentando retomar alguns fios perdidos para entretecê-los

com outros novos, resultantes do que está acontecendo agora. O ponto de partida é dar às pessoas condições para perceberem os fenômenos urbanos, através de reflexões sobre o cotidiano. O ideal seria que qualquer morador da cidade fosse capaz de distinguir questões relevantes e elaborar opiniões a respeito. Depois, seria necessário que compreendesse os mecanismos que regem a sociedade urbana, "inventando" ou solicitando as arenas onde reclamar seus direitos, o que também corresponderá a assumir umas tantas responsabilidades. A maturidade consistiria em saber juntar esforços em torno de representatividades suficientemente informais para corresponderem ao "espírito" de cada lugar e bastante organizadas para serem reconhecidas pelos agentes de fora. O alvo principal seriam os órgãos públicos. As autoridades e os técnicos do governo passariam, então, a receber um fluxo de críticas consistentes e contariam com interlocutores que, através de negociações, ajudariam a orientar suas ações. Por enquanto, tudo isto tem ar de pura utopia. Pessimismo e imobilismos à parte, há indicadores de evolução política, prenunciando um adensamento de consciência entre os cidadãos. Existe uma perspectiva promissora, na qual deverão desempenhar papel mais destacado as camadas que promoverão a renovação natural das sociedades urbanas. Se alguém quiser fornecer instrumentos elementares para observação e análise do que acontece nas cidades, terá de atuar nas escolas de primeiro grau. São as melhores instituições para apresentar os recursos através dos quais se pode agir, seja junto à família, seja em grupos mais amplos, ou nas instâncias formalizadas de poder e decisão. Para as motivações básicas, bastarão os exercícios de observação do dia-a-dia. Eis, enfim, a escola, elemento estruturante da cidade, assumindo um caráter didático comprometido, tanto com a cultura viva que a embebe, como com os objetivos políticos de democratização. Política volta ao seu lugar — *polis* — através de um dos espaços — o do saber elementar — que ela mesma contribuiu para que surgisse e adquirisse a importância que tem no mundo moderno.

Os movimentos de moradores de bairros e favelas do Rio de Janeiro, de longa tradição⁶, entram nos anos oitenta bem organizados. Têm demonstrado alto grau de envolvimento com os problemas e destino da cidade. Por outro lado, o município se destaca por apresentar a mais bem organizada e mais eficiente rede escolar pública do Brasil. Finalmente, o que acontece no Rio serve de modelo comportamental para o país. Três razões que justificariam um programa de

ensino de primeiro grau voltado para as formas de representar e praticar a cidadania. O presente estudo faria parte de tal programa e funcionaria, ao mesmo tempo, como o seu detonador.

A pesquisa *Como as crianças vêem a cidade* objetiva, portanto, iniciar um trabalho sistemático de conscientização dos problemas urbanos. Deseja estimular o aprendizado de como enfrentá-los, via participação comunitária. Seria possível fazê-lo, trabalhando com duas frentes:

1. estabelecendo um projeto conjunto com entidades representativas de moradores;
2. implantando nos currículos escolares seminários ou semanas de estudos dedicados à cidade.

Dentro do plano proposto, pressupõe-se um bom entrosamento entre entidades como Famerj e Faperj e as Secretarias Municipal de Educação e de Desenvolvimento Social.

Para atingir os objetivos originais, o estudo financiado pelo Fundo Rio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pautou-se pelos seguintes parâmetros:

1. levar os alunos do primeiro grau a executarem exercícios de reconhecimento dos diversos aspectos da vida urbana, relacionados ao seu cotidiano;
2. induzi-los a fazer reflexões sobre o assunto, através de cartas, redações e desenhos;
3. analisar os resultados;
4. produzir material didático que sirva tanto a alunos, como a professores, animadores culturais e membros de grupos de Ação Comunitária.

Entre os produtos resultantes do esforço de levantamento e crítica, figuram:

1. uma série de oito folhetos didáticos destinados às crianças, escritos com os seus próprios textos e ilustrados com os seus desenhos, sob os seguintes títulos: Moradia; Centro da Cidade; Poluição, Violência e Segurança; Cartão-Postal do Rio; Práticas Urbanas; Governo e Associações de Moradores; Lazer e Diversão;
2. uma série de dez cartazes, constituindo uma exposição, fácil de circular e de enviar para qualquer ponto do estado ou do país, que pode ser utilizada como material informativo ou de apoio para aulas;

3. um livro destinado ao público adulto, contendo a coleção infantil acompanhada de análises e comentários.

A metodologia através da qual se procurou descobrir como as crianças vêem o Rio de Janeiro foi desenvolvida em seis etapas: preparação da pesquisa, delimitação da amostra, fornecimento de instruções para a realização da coleta do material, desenvolvimento das tarefas escolares, análise dos resultados e preparo do material para publicação.

Durante a fase de preparação, a equipe de especialistas do Ibam, com assessoria de técnicos da Prefeitura (Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Educação), determinou os critérios para a realização do levantamento. Decidiu-se, na ocasião, que a melhor maneira de fazê-lo era propor às crianças um leque de temas a serem desenvolvidos, sob forma de cartas e desenhos, como tarefa normal do seu trabalho escolar.

Foram nove os temas escolhidos:

1. Moradia;
2. Poluição;
3. Lazer e Diversão;
4. Paisagem — Cartão-Postal;
5. Serviços e Equipamentos;
6. Violência e Segurança no Bairro e na Cidade;
7. Centro;
8. Governo e Associação de Moradores;
9. Atividades e Trabalho⁷.

As duas formas de expressão — cartas e desenhos — deveriam ser tão livres quanto possível. Desenhos coloridos ou não, sem imposição de qualquer técnica, excluída apenas a colagem. Cartas sem restrições quanto à caligrafia, retórica, correção ortográfica ou modo de tratamento, para que idéias e emoções pudessem fluir com um mínimo de constrangimento. A única exigência era a de que cada um endereçasse a sua cartinha a quem julgasse interessado no assunto ou responsável pelo problema.

A delimitação da amostra, o preparo do material e a estratégia da execução da coleta ocuparam toda a segunda etapa do projeto. Em

conjunto com o Departamento Geral de Cultura Técnica, foram selecionadas vinte escolas, dentre as 800 que fazem parte da rede pública municipal, que pareceram as mais adequadas para a experiência de que deveria resultar o material da pesquisa. Os parâmetros que orientaram essa escolha foram três: 1) a escola deveria possuir da 1ª à 8ª série do 1º grau⁸; 2) a escola deveria estar sensibilizada para trabalhos de pesquisa na área temática pretendida e 3) a distribuição geral deveria cobrir todo o município, levando em conta a representatividade de cada RA.

As questões relativas ao preparo do material de investigação (blocos de carta, blocos de desenho, folheto-programa de aplicação e cartaz de divulgação) foram resolvidas em conjunto com os técnicos da Prefeitura, cuja assessoria foi fundamental também para as decisões sobre o modo de realizar a coleta das cartas e dos desenhos junto às escolas contempladas.

Para corrigir eventuais distorções provenientes do viés da rede pública municipal de ensino, às vinte escolas originais foram acrescentadas duas outras pertencentes à rede particular de ensino do Rio, uma na Zona Norte e outra na Zona Sul da cidade⁹. Dessa forma, constituiu-se um grupo de controle.

A terceira e quarta fase consistiram, essencialmente, em visitar as escolas para instruir o corpo docente a respeito do procedimento que deveria ser adotado na realização das tarefas escolares e no acompanhamento indireto dessas tarefas para assegurar a entrega do material produzido dentro dos prazos previstos. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um trabalho de consulta à bibliografia pertinente em seminários de discussão do instrumental analítico destinado a nortear a elaboração teórica subsequente.

Durante a penúltima etapa do projeto, procedeu-se à leitura e vista preliminar de todas as cartas e desenhos que foram encaminhados ao grupo de pesquisadores através dos Decs¹⁰. No momento seguinte, esse material foi submetido à triagem e organizado em um corpo de dados empíricos, discutidos e submetidos à análise, pela equipe de técnicos do Ibam.

Finalmente, a pesquisa se dedicou, no decorrer da sua sexta e última fase, à elaboração dos produtos — livros, folhetos didáticos e cartazes ilustrativos, tendo em vista a sua futura publicação, para que alunos, professores, estudiosos e demais interessados nos fenômenos urbanos atuais saibam como as crianças vêem o Rio de Janeiro.

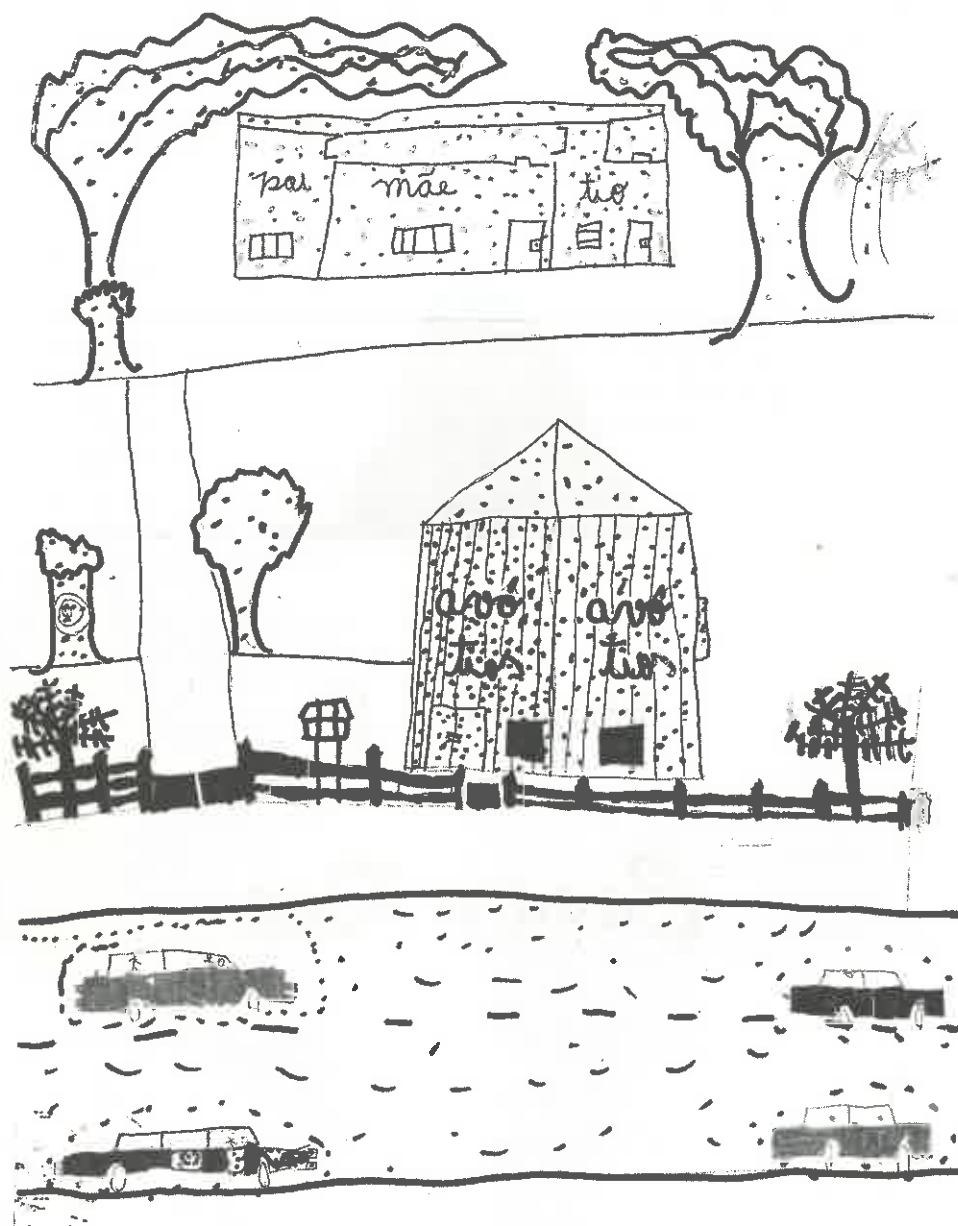
NOTAS:

1. São as nove Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) e algumas concentrações urbanas (Brasília, Goiânia, Norte do Paraná, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Vitória).
2. Sobre o significado empobrecido do mercado em cidades e sociedades modernas, ver Polanyi (1980), Sahlins (1969) e Godelier (1965).
3. A respeito das discussões sobre subordinação e autonomia dos fenômenos urbanos, ver Castells (1974) e Santos (1981).
4. Cf. Foucault (1979) e Lomnitz (s/d).
5. Segundo Bremaeker (1984), metade da população brasileira tem menos de 19 anos e 46,8% dos moradores dos municípios com mais de 50 mil habitantes estão nesta faixa etária.
6. Cf. Valladares (1983).
7. Cf. Folheto — programa de aplicação da pesquisa (Apêndice).
8. Dois casos se desviaram desse critério — Paquetá e Cidade de Deus. Em ambos, foi necessário trabalhar com duas escolas, pois uma tinha as primeiras quatro séries, enquanto a outra reunia as quatro séries terminais (Cf. Quadro anexo no Apêndice).
9. Cf. n^{os} 3 e 15 do Quadro anexo no Apêndice.
10. O acervo total reúne de seis mil a seis mil e quinhentas cartas e desenhos em proporções aproximadamente iguais (meio a meio).



PARTE II

Casa e Rua



II

Nossa casa: uma das coisas mais importantes

Quem fala das cidades pode escolher inúmeros temas para suas análises e seus comentários, pois o que não falta nelas é a mistura diversificada de lugares, funções e acontecimentos. Mas, sejam as escolhas quais forem, há coisas que nenhum discurso sobre o urbano pode contornar. É impossível pensar uma cidade sem imaginar, de imediato, um aglomerado de casas e ruas.

Ruas e casas existem, nas cidades, como termos de uma oposição complementar. A rua é um caminho definido por dois renques de casas. Sem elas podem existir estradas, atalhos, vias, pistas e outros tipos de espaços de trânsito, mas nunca uma rua. Do ponto de vista do sistema construído, casa e rua se distinguem e se articulam ao mesmo tempo.

Quando alguém se refere à rua em que mora, não está se reportando simplesmente à passagem que lhe permite situar ou alcançar

sua casa. A rua, neste contexto, aparece como algo mais do que um conjunto de equipamentos urbanísticos, do qual fazem parte o calçamento, as calçadas ou os postes de iluminação, o sistema de água e esgoto. Até mesmo porque todas essas materialidades podem não existir.

Quem diz rua supõe, de um modo geral, esta estrutura mínima formada por um conjunto de casas voltadas para um caminho. Ou, se preferirmos a leitura pelo reverso, a idéia de um caminho através do qual se alcançam algumas casas. Nesta perspectiva, a minha rua é a minha casa, a casa dos meus vizinhos, a padaria e o açougue, a pracinha e a banca de jornais — tudo aquilo, enfim, que compõe o ambiente urbano mais imediatamente ligado à vida quotidiana que gira em torno da casa onde moro.

Na minha rua, eu me sinto em casa. Ao mesmo tempo, ninguém seria levado a imaginar que eu moro nesta rua no sentido literal do termo, pois, quando se trata da moradia, casa e rua surgem como espaços nitidamente distintos, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista sociológico. Casa é casa, rua é rua.

A rua é um espaço aberto, público, onde se desenvolve a vida coletiva no sentido amplo. É o lugar do movimento, dos eventos imprevisíveis, das novidades, dos sustos e das corridas, dos negócios, deslocamentos e trabalhos. Na rua está o desconhecido, o outro, nas suas diferentes gradações e encarnações. Isto significa não só um mundo de potencialidades criativas, de descobertas, mas, também, de surpresas desagradáveis, de ameaças, riscos e perigos.

A casa é o contrário de tudo isso. Abriga uma coletividade muito mais restrita, organizada pelo parentesco, pelos laços de sangue que traçam os contornos, as ramificações e as hierarquias da família. É um espaço protegido, separado da rua, cujas marcas são as relações afetivas, a ordem, a limpeza e a harmonia. Universo controlado onde não há lugar para o estranho, para coisas ou pessoas deslocadas.

A casa se caracteriza, assim, como o espaço da família e, portanto, como o lugar institucional em que se processa a socialização primária das crianças. Estas podem saber pouco ou nada sobre a problemática urbana que existe para além das suas portas e janelas, mas, certamente, sabem muito (muito mais do que se imagina) a respeito da casa.

Sabem, em primeiro lugar, que casa e família são sinônimos, pois, mais do que um prédio destinado à habitação, uma casa é o

conjunto das pessoas que moram nela. Designa o grupo formado pelos laços da genealogia e é inseparável da existência deste. Por isso, uma garota desenhou uma casa, um casal e três filhos, acrescentando a legenda: “Esta é a minha família.”

A relação de moradia e do grupo doméstico que nela encontra seu abrigo apresenta, em conseqüência, uma dimensão moral e afetiva: “Eu gosto da minha casa e gosto da minha família”, escreve Uziel (6 anos)¹, fundindo as duas representações.

Nem sempre, entretanto, a coerência das relações de intimidade espacial e consangüinidade se apresenta sem falhas ou senões. As relações genealógicas podem se afastar do padrão estabelecido, dando margem a distinções internas que indicam linhas de ruptura do grupo, sempre cuidadosamente apontadas, quando se dá o caso: “Moro eu, meu pai, a mulher do meu pai e os filhos dela”, observa uma menina da Cidade de Deus².

Além disto, as crianças têm uma noção da hierarquia que existe dentro do grupo familiar. Toda casa tem dono, por isto, são freqüentes, nos desenhos, as legendas que se referem a ela como sendo “a casa do(s) meu(s) pai(s)”, ou “do meu tio”, “da minha avó” ou “do meu vizinho”.

Neste sentido, toda casa tem suas regras, pois, mais do que o guardião do seu espaço, o dono da casa é o responsável pelo estabelecimento e respeito das regras que são vigentes dentro dela e que configuram o estilo do ambiente tanto em relação às coisas como em relação aos comportamentos e modos de conviver. Cada casa tem a cara e o jeito do seu dono.

Universo controlado e submetido a certos princípios, a moradia reproduz e impõe um estilo de vida. Apresenta e transmite padrões de moralidade e respeito. Determina, ilustra e incute as funções e os hábitos que a cultura do grupo projeta como padrões ideais. Ao mesmo tempo em que deve educar e socializar as crianças que lhe são confiadas, a casa deve lhes servir de proteção e segurança³.

“A casa deve ser feita pelo pai.”⁴ Esta afirmação que responde à pergunta sobre quem deve ser o responsável pela moradia é cheia de implicações. A função do habitar tem a ver com a função do construir, como sabem, além das crianças, os filósofos que se ocupam da existência dos homens no mundo⁵.

A casa tem a cara do seu dono. Esta verdade deve, em muitos casos, ser tomada no sentido literal, pois, muitas vezes, quem mora nela foi também seu arquiteto, pedreiro, carpinteiro e pintor⁶.

Se a casa é um produto de seus habitantes, o contrário parece igualmente verdadeiro. Por isso, é sempre mais do que a materialização de um modo de vida ou de uma estrutura familiar e doméstica. Ao mesmo tempo em que se apresenta como produto destas variáveis, ela mesma, enquanto espaço e ambiente, produz os seus moradores, proporcionando-lhes não só determinados hábitos e maneiras de ser, mas, ainda, um tesouro indelével e inesgotável de momentos memoráveis: "Uma das coisas mais importantes é a nossa casa. Nela moramos, vivemos e passamos nossos melhores dias", observa Nilda (10 anos), acrescentando, ainda: "O jardim faz a esperança para nossa casa."⁷ Esta frase é tão enigmática que merece um segundo pensamento; a busca de um sentido, no entanto, obriga a olhar para além dela. É preciso verificar o que outras crianças escreveram ou expressaram sobre o jardim e a sua relação com a casa e com o morar. Um jardim é sempre algo muito importante. Quando existe, é um valor que se soma aos demais que são atribuídos à moradia. Quando falta, sua ausência é notada e ressentida. Uma menina da Ilha disse à sua professora que queria que sua casa fosse igual à casa do desenho, que tivesse jardim e que também os apartamentos "lá de cima" tivessem um jardim. Ou como escreve outra menina: "Eu gosto desta casa porque ela tem jardim. Na minha casa de verdade não tem quintal."⁸

Comentários deste gênero não são fatos isolados. Muitas cartas e desenhos se pronunciam da mesma forma sobre o assunto. A casa parece não existir no imaginário das crianças a não ser com um jardim. Isto significa que os jardins fazem parte das funções de habitar. São inseparáveis delas, sob pena de empobrecê-las, tornando-as imperfeitas. Às casas de verdade pode faltar o jardim, mas uma casa verdadeiramente completa não pode abrir mão dele.

Como, no entanto, compreender que se atribua ao jardim o ofício de fazedor da esperança da casa? Este é um enigma que vai permanecer, por enquanto. Será decifrado ao longo do caminho, na medida em que a representação da casa pelas crianças for tomando contornos e coloridos mais nítidos.

Um fato, para começar, é que os apartamentos se revelam problemáticos quando olhados da perspectiva de quem pensa em uma casa com jardim ou no jardim de uma casa. Apartamentos não costumam ter jardins, o que é uma falha: "Moro num apartamento, mas é muito ruim porque não tem quintal para eu brincar. Nesta casa grandona é que eu gostaria de morar."⁹

Sem quintal, sem jardim, o apartamento aprisiona o morador, roubando-lhe uma parte do espaço a que sente ter direito. Por isto, desperta sentimentos negativos. Alimenta uma insatisfação estrutural nos que o habitam, fazendo-os reclamar o espaço que gostariam de ter e desfrutar¹⁰. Os apartamentos são casas mutiladas, o que ajuda a compreender afirmações desconcertantes como a que faz Adriana (6 anos), quando escreve: "O apartamento onde eu moro, lá é muito bacana, tem porta e janela."¹¹

Portas e janelas abrem as únicas possibilidades de ampliação do espaço doméstico e, ainda assim, de forma precária e limitada. As portas levam aos corredores, cuja apropriação como algo mais do que uma passagem é certamente difícil. Para além das janelas, existe um mundo variado e muito espaço, mas a forma de se apropriar dele é restrita à visão contemplativa e tira com a mão esquerda o que dá com a direita. O preço do ver é a passividade de quem olha.

O melhor apartamento merece, no entanto, uma ressalva: "Lá na minha rua eu posso brincar com a minha irmã. É bom morar lá, só que é apartamento."¹² E talvez por este motivo a gente se surpreenda quando se depara com alguém que gosta dele. Ou gostaria de morar nele. Ou admira a condição de quem mora em um deles.

De várias maneiras aparecem as motivações desta disposição favorável. Um diz: "Eu moro numa casa. Gosto muito de lá, mas eu acho o apartamento grandão bem mais bonito."¹³ Um outro acrescenta: "No apartamento vivem as pessoas que têm dinheiro, porque lá tem piscina e salão, tem garagem e fica na cidade."¹⁴ Outro, ainda: "As pessoas que moram no apartamento tem dois quartos, luz, pia, esgoto e não falta água, também tem jardim."¹⁵ E, finalmente, um que escreve: "Eu fiz um apartamento bem grande e colorido igual ao que eu queria morar. Eu moro numa casa pequenininha (barraco)."¹⁶

A partir daí, uma conclusão fica mais fácil. Nas escolas de Copacabana e Ramos estudam crianças que moram em favelas. Assim se explica que queiram viver num apartamento, identificado como uma casa dotada das comodidades que não conhecem, mas aprendem a apreciar. Apartamento passa a significar conforto, riqueza e posição social, pois esta se expressa pelo consumo do melhor que uma cidade pode oferecer. O que as crianças estão preferindo, neste caso, não é uma solução habitacional, mas um *status* mais elevado.

Morar numa casa, entretanto, é quase sempre preferível, do ponto de vista das crianças. Além de conferir *status*, oferece coisas que

os apartamentos ou não têm ou, quando têm, não conseguem conter dentro do seu próprio espaço, sendo obrigados a deslocá-las para as áreas de lazer, quadras de esporte ou outros equipamentos do gênero.

Isabel Cristina (6 anos) confessa o seu desejo: "Moro num apartamento, mas não gosto de lá. Gostaria de morar numa casa com quintal bem grande para eu poder brincar. A casa tinha que ter árvores e eu ia subir e apanhar mangas."¹⁷

Esta pequena digressão sobre o jardim nos levou à oposição de dois tipos de moradia — casa e apartamento. Com ela surgiu, no entanto, outra questão — a da posição social que é inseparável da moradia. De um modo geral, as pessoas se dividem em duas grandes categorias: as que moram bem e as que moram mal. Mas o que vem a ser isto de morar bem ou mal?

Morar mal é numa casa velha. É morar numa casa sem telhado ou sem laje. Sem porta e sem janela. Numa casa toda rachada. A primeira idéia que aparece quando se comenta o morar mal é a do abrigo incapaz de cumprir a sua função. Casas sem laje, telhado, portas e janelas, com paredes rachadas e velhas não prestam. Uma casa não precisa ser bonita, mas tem que ser boa. Não pode chover dentro. Precisa oferecer um certo grau de segurança e privacidade. E não deve ter um aspecto deteriorado.

Para que uma casa seja boa, entretanto, não basta que seja capaz de proteger da chuva, do calor, dos olhares e das presenças estranhas. Além de não apresentar falhas na estrutura física que circunscreve e resguarda o espaço interno da habitação, deve preencher várias outras necessidades e expectativas.

Quem mora mal tem uma casa que funciona mal: "O apartamento do vizinho é quebrado, sem banheiro e cozinha. Falta água e luz, e as pessoas dormem no chão." O comentário de Paulo Henrique (9 anos)¹⁸ é esclarecedor, em particular, se levarmos em conta a afirmação que ele faz sobre a própria casa, quando escreve: "Minha casa é boa mas muito feia, quando eu tiver mais dinheiro vou me mudar." Outras observações apontam na mesma direção¹⁹.

Casa boa tem que funcionar bem. Para isto, precisa ter os equipamentos necessários. Viver sem água e no escuro só não é o pior porque é possível que, além de tudo, isto tenha que acontecer num espaço onde não existe um lugar apropriado para preparar os alimentos ou cuidar do asseio pessoal²⁰. Ruim é a moradia que não permite tratar bem o corpo, dificultando o cumprimento dos seus ritos fundamentais.

Mas ruim é também a casa que, tendo todas as coisas necessárias ao seu funcionamento, ainda assim não "funciona" a contento. Quando isto acontece, é porque se trata de uma casa desorganizada. Não quanto ao espaço destinado às suas diversas funções, mas quanto à maneira pela qual estas se articulam e se integram através das práticas dos seus moradores.

Organização, neste sentido, se refere a controle²¹. Ao domínio que uma certa ordem fundada estabelece, separando e juntando atividades, estabelecendo as seqüências necessárias entre desempenhos, criando e reproduzindo os rituais da moradia, velando pelo calendário das liturgias domésticas, tão necessárias à produção dos corpos como à tranqüilidade dos espíritos: "Morar mal é morar sem tranqüilidade, sem paz e sem conforto", arremata Arlete (8 anos)²².

A noção de conforto se revela, de repente, com toda a sua complexidade. Refere-se a tudo aquilo que pode contribuir para o bem-estar material, para a comodidade do corpo, fazendo-o sentir-se como um peixe dentro da água. Mas se refere, também, ao aconchego da pessoa, pois designa o estado de quem encontra proteção, alívio e amparo. Tem a ver, em suma, com a harmonia global do ambiente. Com tudo o que fortalece o morador no seu convívio.

Quem diz convívio pensa em relações. Dentro da casa, este convívio é configurado pelas relações de parentesco, que pressupõem certas regras de residência e princípios de autoridade doméstica, como os antropólogos se esmeraram em demonstrar para os chamados povos primitivos, e nós, freqüentemente, esquecemos quando se trata de nós mesmos.

Podemos dizer, portanto, que o conforto da casa depende de quem vive nela, tanto como da cozinha, do banheiro, da água e da luz, das portas, das janelas, das paredes e dos telhados. Conforto tem a ver com apropriação do espaço. O que significa não só a existência de um espaço apropriado, mas, também, o modo pelo qual as pessoas se apropriam do espaço existente.

As relações dentro do espaço doméstico dependem da densidade e da estrutura do grupo. Quando alguém desenha uma casa e, na mesma folha, um casal com três filhos, dizendo "esta é a minha família", o que se propõe é uma equação: uma casa, uma família. Quando há mais de uma família para uma casa, as coisas ficam mais complicadas. Nestas circunstâncias, fica mais difícil estabelecer e manter os padrões de respeito e harmonia do universo doméstico.

Um garoto diz isso de maneira sutil, porém clara: "Eu moro nesta casa com meus pais, avós, tios e irmãos. É ruim porque fica muita gente junto. Só é bom dia de festa."²³ O cotidiano é um problema quando vários núcleos familiares têm de partilhar a casa no dia-a-dia. A festa, que inverte ou suspende a rotina, ampliando as fronteiras e produzindo a comunhão, não só requer muitas pessoas como ainda é capaz de estabelecer um consenso entre elas.

Se muitas famílias na mesma casa criam uma situação problemática, o mesmo acontece quando uma família se vê confinada em um só cômodo. Esses casos não são pouco freqüentes²⁴. Muita gente realmente tem por casa um simples quarto e não gosta de viver assim: "Eu moro em um quarto, com a minha mãe, meu pai, meu irmão. Eu gostaria de morar numa casa maior. Tem uma porção de vizinhos, cada um tem seu quarto. O quarto da minha mãe é o maior de todos."²⁵

Nas palavras de Days (6 anos), reconhecemos a clássica solução habitacional da casa de cômodos (cortiço ou cabeça-de-porco) que, juntamente com outras formas de moradia para gente de baixa renda, coloca um problema sério — o da diferenciação do espaço da casa.

Apesar de ter o maior de todos os quartos, quem mora num cortiço enfrenta uma situação desfavorável. Em primeiro lugar, está a dificuldade de organizar a apropriação desse espaço, regulando e coordenando os ritmos da vida familiar. Em seguida, vem o relacionamento, nem sempre tranqüilo, com os vizinhos a propósito do uso das partes comuns do espaço da casa. Finalmente, existe o elevado custo social que decorre do simples fato de ser identificado como morador de uma "cabeça-de-porco"²⁶.

Isto não quer dizer, entretanto, que um espaço indiferenciado estabeleça a desordem nas relações engendrando a "bagunça" e, até mesmo, levando à pior forma desta que é a "promiscuidade". Quer dizer apenas que, mesmo mantidos os padrões do respeito e da hierarquia, sobre os moradores deste tipo de espaço pesa a suspeição da inferioridade moral e da indigência social. E nisto é que reside em parte o custo social deste gênero de moradia.

Conjuntos habitacionais e favelas enfrentam uma condição análoga. O professor de Andreia (8 anos)²⁷ observa, a propósito do desenho da menina, que ela "mora num conjunto e não gosta, pois preferia que sua casa fosse em um quintal, isolada das demais".

Muitas cartas e desenhos reproduzem um estereótipo do que significa morar mal. As fórmulas variam, mas todas elas circunscrevem o mesmo objeto. Uma, por exemplo, afirma: "Quem mora no alto mora mal." Outra diz: "Morar mal é aquele que mora na favela." Ou ainda: "A casa do morro não é bonita, é barraco."²⁸

Há um desenho que ilustra esta visão com total clareza — Fernanda (7 anos) representou um edifício de apartamentos. Do alto dele, uma menina olha para os barracos apinhados no morro: "Na casa", comenta, "as pessoas moram mal, lá não tem pia, nem banheiro. Eles só moram lá porque não têm outro lugar. No apartamento vivem bem. Tem água, luz, salão-de-festa, piscina, área e elevador"²⁹.

Uma expressão popular, atualmente em desuso, dividia as pessoas em duas categorias. Uns moravam, outros se escondiam. O alcance desta idéia é considerável. Esconder-se, ao invés de morar, é não só um problema, como ainda um motivo para se envergonhar. Daí porque muitos preferiam os eufemismos para dizer que moram na favela. Moro no alto, dizem.

Na cidade, entretanto, existem altos e "altos". Quem mora no morro, mora no alto, como quem mora em certos edifícios de luxo. A diferença está no espaço. Um deles é urbanizado, diferenciado e bem-servido. O outro não. Além disto, o primeiro considera o segundo indesejável, enquanto este tende a invejar e idealizar aquele. Entre um e outro passa a linha que separa ricos e pobres, que é também aquela que distingue quem mora bem de quem mora mal, ou "se esconde"³⁰. Um dos altos confere visibilidade social. Destaca e eleva na hierarquia das posições e dos valores. O outro proporciona um movimento em sentido contrário. Distingue pelo negativo. Deprecia e estigmatiza.

Em matéria de moradia, porém, há coisa muito pior. Muito pior do que o mais distante e maltratado conjunto habitacional da mais longínqua periferia, do que a pior favela no morro mais íngreme e perigoso, do que o cortiço mais sujo e "bagunçado" é não ter casa³¹.

Raquel (13 anos) transmite esta idéia muito bem, quando diz: "Para mim quem mora mal é os mendigos que moram na rua e às vezes não tem comida. Enquanto nós que moramos no morro, pode ser a pior casa, mas temos comida."³² A associação de casa e comida merece ser explorada.

À primeira vista é um lugar-comum. Mas, talvez, esteja neste caráter a importância do que tem a nos dizer. Ter ou não comida não é simplesmente uma questão de ter (ou não) o que comer. Vai além. Comida tem a ver com toda uma série de ritos domésticos, em

particular com aquele que é talvez o mais importante de todos — a comensalidade.

A regularidade da comida supõe, ao mesmo tempo, uma cozinha onde se prepara o alimento e um grupo a cujo consumo ele se destina — uma família. Cada grupo cozinha para si. Por isso, pode ser designado, como se fazia antigamente, por uma metonímia — “um fogo”. Uma casa (unidade arquitetônica) podia reunir, sob o mesmo teto, vários “fogos” ou “moradas” (unidade habitacional)³³. A comida se refere, portanto, ao grupo doméstico nas suas relações de substâncias (intimidade) que o distinguem e fecham sobre si mesmo, nos momentos de comensalidade principalmente.

Quem não tem casa e comida não possui um mundo ordenado de relações substantivas. E não o possui porque lhe falta o lugar adequado para isto. Porque não tem uma casa, um lugar socialmente apropriado para a produção e reprodução dos laços de família. Esta é uma situação-limite. Quem se vê condenado a vivê-la se encontra num estado de liminaridade que compromete, de forma grave, sua inserção na estrutura social.

Quem não tem casa não tem lugar³⁴. É uma pessoa sem paradeiro certo. Solta no mundo, ao sabor dos acontecimentos e acidentes da vida. Uma pessoa assim é problemática porque não tem raízes nem compromissos. Nada a perder e, portanto, nada a cumprir. É um parceiro social sem reputação e sem cacife. Ninguém poderá garantir que cumpra as regras.

Por causa disso, terá muita dificuldade para se integrar até mesmo no universo das relações contratuais que é vigente no espaço público. Estará excluído da maior parte das redes de relações que dão suporte à vida do cidadão que tem casa e família.

André Luís (6 anos) usa uma imagem com um significado muito rico. Ele escreve: “O peixe mora bem. Na casa a gente deve ter bicho. O bicho da rua mora mal. Não tem casa.”³⁵ Morar bem é ter casa, mas é ter uma casa como o peixe que vive dentro do seu elemento e que em nossas representações é visto como um ser em perfeita harmonia com o seu ambiente, que lhe cabe como uma luva. Quem mora bem mora como o peixe na água.

As crianças estabelecem os padrões da boa moradia. Morar bem é ter água encanada, casa com piscina, garagem e elevador. É não ter de se preocupar com o aluguel. É ter uma casa com segurança e conforto. A casa tem de ser grande³⁶. Precisa ter muitas coisas bonitas dentro

dela. Ela mesma deve ser limpa e bonita, com muitas plantas e um quintal bem grande.

“Morar bem é morar numa casa decente”, resume Alexander (9 anos). E, se acrescentarmos o que pensa Lilian (8 anos)³⁷, as coisas se definem ainda mais. “Morar”, diz ela, “é ter uma casa que tem muita coisa”.

Esta maneira de sintetizar a questão da boa moradia é muito abrangente e apropriada. Com ela, se reúnem não só as qualidades da casa enquanto espaço funcional e confortável, mas, também, tudo aquilo que se refere ao seu aspecto estético, social e humano. Uma casa decente é aquela onde, além de se ter as coisas necessárias ao bem-estar material, se mora “com amor”³⁸.

O clima desse “morar com amor” teve uma expressão muito feliz na observação que acompanha o desenho de Wilton (6 anos), que o descreveu para a sua professora: “Morar bem é morar na casa dele, com pai e mãe. A casa deve ter plantas, crianças, borboletas, capim e tomar sol.”³⁹

E por este caminho voltamos ao jardim. É importante que seja uma casa, que seja própria, que dentro dela uma família viva em paz e harmonia. E que tenha um jardim, para “fazer a esperança da casa”, diria Nilda (cf. p. 18).

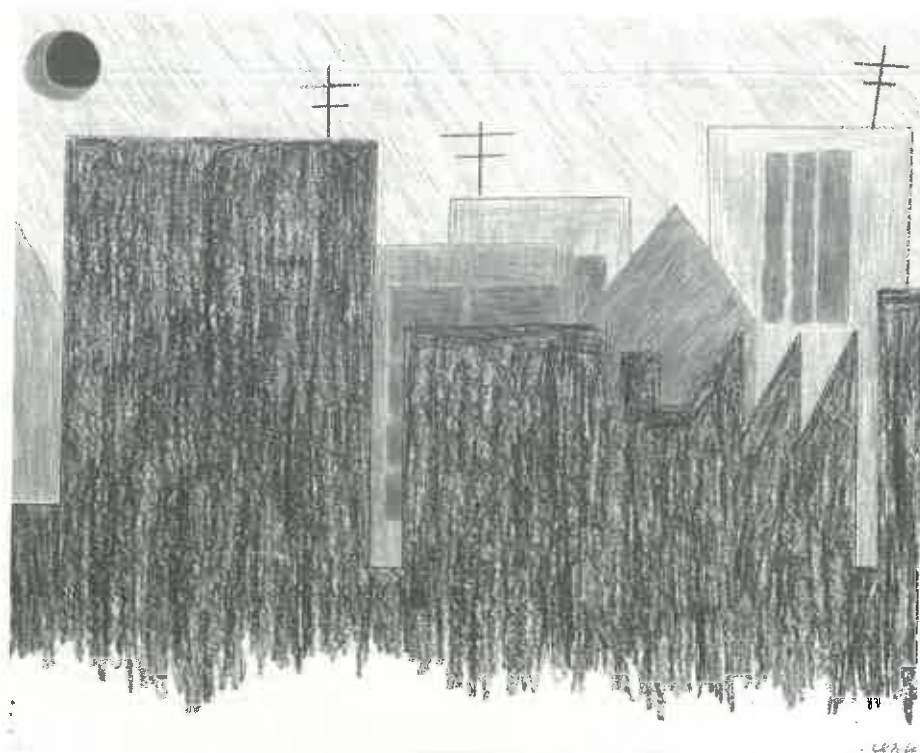
O jardim representa a natureza domesticada. Representa um lugar para o descanso e para o devaneio, como sabem os que gostam de passear nele ou deitar-se à sombra das suas árvores. Para as crianças, significa um lugar de folguedos e brincadeiras, ao mesmo tempo livre, espaçoso e resguardado das incertezas e dos imprevistos que podem surgir na rua. Além de tudo, o jardim é uma forma de expressão e distinção dos que moram na casa. Assume os ares daqueles que o fizeram e cuidaram dele.

Em troca, lhes oferece as mais variadas formas de refúgio, lazer e bem-estar. Por isso faz (ou deve fazer) parte de toda casa que se preza e que se sonha habitar. Ter um jardim já é um sonho na realidade urbana em que vivemos. Mas ter um jardim de verdade, mais do que um sonho, é um passaporte para muitos sonhos que o morador da casa pode tecer e acalantar, quando, por alguns instantes, ou por algumas horas, desfruta o privilégio de estar em casa sem envolvimento com as rotinas domésticas e de estar fora de casa sem se expor ao mundo surpreendente (às vezes, violento) da rua.

NOTAS:

1. EM Darcy Vargas, 1ª série.
2. Elizabeth, 6 anos, EM Alphonsus Guimaraens.
3. "A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa" (Bachelard, 1978:201).
4. Rolso, 9 anos, EM Aduauto Lúcio Cardoso, 2ª série.
5. "Construir é, na sua essência, fazer habitar. (...) É somente quando podemos habitar que podemos construir" (Heiddegger, 1958:191).
6. "Papai e meu tio estão fazendo a casa para minha avó morar com a gente" (Cláudio José, 6 anos, em Alphonsus Guimaraens, 1ª série).
7. EM Paraíba, 3ª série.
8. Jacquelianna, 7 anos, EM Ubaldo e Oliveira, 1ª série.
9. Luciana, 6 anos, EM Roma, 1ª série.
10. "Não gosto da minha casa, porque é apartamento. Gosto dessa (casa), tem espaço" (Sandro, 8 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 1ª série).
11. EM Roma, 1ª série.
12. Fernando Luiz, 6 anos. EM Eurico Dutra, 1ª série.
13. Luís Carlos, 6 anos, EM Roma, 1ª série.
14. Julierme, 7 anos, EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
15. Antônio, 8 anos, EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
16. André, 7 anos, EM Roma, 1ª série.
17. EM Roma, 1ª série.
18. EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
19. EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
20. "A casa não é boa porque tem pouca coisa dentro dela. Falta cozinha e banheiro" (Ana Paula, 9 anos), EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
21. "Meu amigo mora mal porque mora numa casa descontrolada" (Leonardo, 7 anos, EM Gen. Euclides de Figueiredo, 2ª série).
22. EM Gen. Euclides de Figueiredo, 2ª série.
23. Marlon Wilson, 8 anos, EM Roma, 1ª série.
24. "A gente mora num quarto da casa da Dª Dinalva." Anderson, 6 anos, EM Alphonsus Guimaraens, 1ª série.
25. EM Darcy Vargas, 1ª série.
26. "Entre nós, no Brasil, é um sinal de pobreza (e mesmo de indigência social) residir num espaço indiferenciado interna ou externamente, pois, quem reside assim, está certamente sujeito a confusões e misturas, sinal de alta inferioridade social" (Da Matta, 1978:71, nota 1).
27. EM Cel. Berthier, 1ª série.
28. André Luís, 6 anos, EM Paraíba, 1ª série.
Robson, 11 anos, EM México, 3ª série.
Maurício, 7 anos, EM Paraíba, 1ª série.
29. EM Clotilde Guimarães, 1ª série.
30. "Morar bem é morar num edifício de luxo. Morar mal é morar num barraco. Os ricos moram bem porque têm dinheiro. Os pobres moram mal porque não têm dinheiro" (Josemar, 7 anos, EM Gen. Euclides de Figueiredo, 2ª série).
31. "Morar mal é não ter casa" (Daniel, 7 anos, EM Gen. Euclides de Figueiredo, 2ª série).
32. EM México, 3ª série.
33. Cf. Pizarro Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (apênd. Nizza da Silva, 1978:45).

34. "A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso" (Bachelard, 1978:201).
35. EM Paraíba, 1ª série.
36. "Minha casa é pequena, gosto dela mas quero mudar para uma casa maior" (Alexandre, 7 anos, EM Darcy Vargas, 1ª série).
37. EM Francisco Jobim, 4ª série.
38. Desenho de Graziela (7 anos), CE Anísio Teixeira, 1ª série.
39. EM Paraíba, 1ª série.



III

O Centro: “um meio de se achar cada vez mais carioca”

O Centro da cidade é uma representação partilhada por todos que vivem nela. Não é preciso ter ido ao Centro para saber como ele é nas suas linhas gerais. Cada qual pode visualizá-lo através da sua imaginação: “Como eu nunca fui ao Centro eu imagino que tenha muitos prédios, lojas, carros se movimentando de um lado para outro, pessoas iguais a formigas aflitas, muito barulho e muitos assaltos, isto quer dizer que, quem for ao Centro tem que ir prevenido, porque é um grande desafio.”¹ Ninguém, em sã consciência, poderia deixar de subscrever estas palavras, ainda que tentado a acrescentar-lhes algumas reservas ou retificações.

A idéia do Centro como um desafio, em todo caso, é rica, especialmente se a desdobrarmos segundo as suas implicações. Espaço,

atividades, temporalidade e significados, pois cada uma destas dimensões faz parte da representação do que é o lugar central de uma cidade.

As representações do Centro começam pela caracterização do seu espaço, que se recorta como uma figura nítida e imponente sobre o fundo do sistema construído das demais partes que compõem o tecido urbano. Ele é uma espécie de perfil que ajuda a distinguir, localizar e identificar, não só uma área central, mas, como parte pelo todo, a cidade no seu conjunto.

Quem fecha os olhos na cidade tende a evocar esse perfil onde se destacam os arranha-céus. Em conjunto, eles exercem sobre as pessoas uma impressão muito forte. Há os que não gostam. Outros ficam pasmos, admiram e acham bonito. Vão lembrar-se, pela vida afora, da primeira vez em que foram à cidade e do impacto que a massa compacta e vertiginosa dos edifícios lhes proporcionou: "No dia que conheci o Centro da cidade", escreve Simone (12 anos)², "eu o achei o maior barato, pelos seus imensos prédios".

Inúmeras cartas e desenhos se referem ao mesmo tema, destacando os prédios que se elevam e adensam e assumem proporções monumentais diante dos olhos de quem se aproxima. Por isto, quem pensa no Centro "vê" uma porção de edifícios muito altos. E quem vê uma porção de edifícios muito altos "vê" o Centro³. Daí, podemos concluir que o Centro da cidade é também um dos seus marcos mais importantes, podendo representá-la, de pleno direito, como sua metonímia. Um dos traços distintivos mais valorizados das grandes metrópoles, no mundo inteiro, é precisamente o que se convencionou chamar seu *slyline*, o perfil do sistema construído que constitui o seu núcleo central.

Isto, no entanto, não é suficiente quando se trata de delinear a identidade de uma metrópole específica, como o Rio de Janeiro. Para captar uma identidade singular, essa constante é, sem dúvida, útil e necessária. Permite reconhecer Nova York, Londres, Paris ou Moscou. Mas, ao mesmo tempo, há o problema da similitude (do *estilo internacional*) que torna difícil para o espectador menos versado diferenciar, com clareza e sem hesitações, diante de qual destas grandes cidades se encontra.

Se, por um lado, o Centro do Rio se parece com o de outras metrópoles do mundo contemporâneo, há coisas que permitem distingui-lo no meio delas. E isso acontece graças aos marcos, arquitetônicos e naturais, capazes de projetar uma imagem que o torna inconfundível aos olhos dos cariocas.

"Eu acho que o Centro não devia mudar nada porque o Centro é muito bonito. Tem tudo que um centro deveria ter: tem igrejas, escolas; tem também o Ministério da Fazenda e do Trabalho, tem o Museu Nacional de Belas-Artes, o Edifício D. Pedro II, o Ministério do Exército, o Campo de Santana, tem bibliotecas, muito comércio, tem até um aeroporto que se chama Santos Dumont..." A enumeração de Cristiane (8 anos)⁴ abrange um leque muito variado, mas está longe de ser exaustiva.

Além de tudo que ela citou, uma revisão dos desenhos (e também das cartas) permitiria uma considerável ampliação. Através dela, ficaríamos sabendo que são marcos importantes do Centro a Candelária⁵, a Central do Brasil⁶, o Teatro Municipal e a Cinelândia, a Praça XV, o Passeio Público e os Arcos da Lapa, algumas lojas e grandes magazines (Mesbla, Lojas Americanas, Casa Mattos e Casa Cruz), "os prédios de estilo antigo e os teatros que não são encontrados em todos os lugares".⁷ Ou, ainda, a Catedral Metropolitana, a Avenida Rio Branco e a Rua da Alfândega, a Praça Onze, a Avenida Presidente Vargas, o pitoresco e poético bondinho de Santa Teresa — "No Centro da cidade, tem o bondinho de Santa Teresa. Que leva todos com muita firmeza."⁸

Nada disto é surpreendente. Cada enumeração faz suas escolhas. Inclui umas coisas e exclui outras. Em princípio, no entanto, todos poderiam se pôr de acordo sobre essa lista de pontos de referência. Todos estão situados no Centro, quer sejam marcos reconhecidos como tais pelos cariocas em geral; quer representem visões e preferências particularizadas deste Centro.

As surpresas começam a acontecer de repente, quando encontramos recortes inusitados da área central. Assim, há os que incluem nela lugares como o edifício do *Jornal do Brasil* (nas proximidades da Rodoviária Novo Rio), a Praça da Bandeira, o Campo de São Cristóvão e o Copacabana Palace⁹. E até mesmo o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar. Isto nos torna inseguros quanto à delimitação que melhor e mais "corretamente" poderia identificar essa área central. Onde, precisamente, começa o Centro e o que, propriamente, faz parte dele?

Antes de responder a esta pergunta, vale a pena anotar uma formulação esclarecedora: "Meu centro da cidade que visito e vou é o Maracanã. Conheço porque desde pequeno vou lá, pra ver jogo, Papai Noel. E lá é praticamente o único centro que vou e nunca passei de lá." As palavras são de Celso (13 anos), que mora em Bangu¹⁰. E, graças a elas, podemos fixar esses dois pontos: que cada um tem o seu centro e que o centro de cada um depende da distância e da frequência.

A distância determina uma visão mais esquemática e mais generosa quando se trata de localizar a fronteira entre o centro e aquilo que se opõe a ele como um conjunto de lugares não-centrais. Quando nos aproximamos da cidade vindos de muito longe, antecipamos o reconhecimento dos seus signos. E com isso se ampliam os limites do que chamamos centro.

Na verdade, estes limites não existem. Variam ao longo de um gradiente. E suas demarcações dependem da distância não só quando esta é concebida como um afastamento no espaço e no tempo de se deslocar, mas, também, quando se leva em conta a direção desse deslocamento, a procedência de quem se aproxima. O centro não é o mesmo para quem vem da Zona Norte, da Zona Sul ou de Niterói e Paquetá.

A porta de entrada faz muita diferença. Os que vêm da Zona Sul, por exemplo, centram a cidade no Passeio Público ou na Praça XV, que é também o ponto crítico para os procedentes de outros lados da Baía de Guanabara, servidos por barcas e aerobarcos: “Eu considero a Praça XV como o centro da minha cidade, porque ali chegam as barcas de Paquetá e Niterói, e os passageiros se encontram, conhecidos ou não.”¹¹ Quem chega dos lados da Zona Norte, se vier de trem, tenderá a tomar como centro a Leopoldina ou a Central do Brasil¹²; enquanto isso, os passageiros dos ônibus farão suas leituras do centro a partir da Praça Mauá, da Praça Tiradentes, do Largo de São Francisco ou do Castelo. A distância é, portanto, uma questão de afastamento (longe X perto) e de ponto de vista (lugar de onde alguém “vê” o seu centro).

O ponto de vista não depende, entretanto, apenas do caminho que alguém percorre e da porta pela qual entra. Depende também e sobretudo da sua prática de apropriação dos espaços desse lugar central, das atividades que desenvolve dentro dele, dos seus propósitos (o que veio fazer) e dos seus meios (como e por onde vai andar). Esta perspectiva nos leva à representação do centro como o lugar mais urbano do centro urbano.

Um lugar onde se encontra de tudo o que uma cidade pode oferecer e oferece quando e onde pode. No centro, existe a diversidade e tudo o que aí está vem precedido do sinal de mais. Por isto, podemos dizer que este é o pólo marcado da relação entre o ter e o não-ter urbanos. Nada aparece de modo mais claro e explícito nas visões do que os desenhos e as cartas esboçam.

A mistura de tudo e o superlativo de tudo andam juntos. O Centro exerce atração por causa disto: “Vou muitas vezes ao Centro

da cidade porque lá há mais recursos, hospitais e comércios (...)”, escreve um menino da Cidade de Deus. Mais recursos significam não só muitas alternativas, mas alternativas melhores. Há mais coisas e coisas melhores¹³.

O comércio é melhor lá, porque, além da variedade, apresenta a vantagem dos preços mais baixos¹⁴. Tudo é mais barato. As trocas fervilham. Por toda parte há lojas, restaurantes, *boutiques*, bares e lojas de sucos (que se parecem com “fábricas de frutas”) e vendedores ambulantes. Essas coisas sabe quem já foi lá ou quem ouviu dizer: “Eu nunca fui ao Centro da cidade, mas acho que deve ser um lugar e tanto, pois me contaram que é um grande centro comercial onde há grande concentração de camelôs, pessoas que tentam a sorte no Centro da cidade. Ouvi dizer também que é um lugar muito movimentado e onde se pode comprar barato. (...) No Centro da cidade está localizada a Rua da Alfândega, uma rua praticamente comercial.”¹⁵

Por causa disso, alguém definiu o Centro como uma espécie de “bairro para comércio”. As próprias lojas se transformam em marcos, pontilhando e estruturando o território urbano daqueles que vão às compras¹⁶. Os escolares, por exemplo, conhecem um centro que gira em torno da Casa Mattos e da Casa Cruz, onde, no começo de cada ano letivo, procuram livros e cadernos.

Os caminhos são fundamentais. O espaço do Centro e, com ele, a sua imagem dependem essencialmente da rede de lugares que os passos de cada um articulam¹⁷. Dependem, portanto, do que ele veio fazer. Se veio à procura de emprego ou costuma freqüentá-lo a negócios¹⁸. Ou em busca de algum tipo de diversão, nos cinemas, bares, teatros ou no Circo Voador. Às vezes, terá assuntos para resolver em alguma das muitas repartições públicas que lá se encontram. Ou terá vindo participar de alguma festa religiosa, cívica ou profana. Quem sabe visitar algum museu, biblioteca ou exposição...

Muitos trabalham e muitos estudam no Centro da cidade. Em compensação, nem uma só carta, nem ao menos um único desenho, fala em juntar-se a alguma manifestação política — passeata, comício ou ato público. O Centro, enquanto lugar apropriado para a expressão da opinião pública, simplesmente não existe no material das crianças.

Em compensação, poderíamos encontrar um sem-número de informações a respeito da dimensão temporal do Centro da cidade. Em primeiro lugar, aparece o tempo histórico. Existem coisas antigas e modernas. Muitos prédios evocam o Rio de outras épocas. Neste sen-

tido, não são apenas testemunhos de um processo de transformação, mas memória cristalizada de modos de vida que existiram no passado e que se encontram de modo sutil, porém decisivo, na experiência urbana do Rio de nossos dias.

Com relação ao que é antigo, as atitudes são divergentes. Algumas preferiam que fosse como no passado: "Eu achei que deveria mudar, os prédios altos deveriam ser baixos e antigos."¹⁹ Mas há os que não gostam. Vêem o antigo como um obstáculo ao progresso²⁰. Ou como algo que, apesar de sua existência, não consegue estragar os encantos do Centro da cidade: "Eu conheço um pouco do centro da minha cidade. Eu acho que ela é um pouco antiga, mas mesmo assim ela é muito bonita."²¹

O Centro da cidade, no entanto, está submetido, ainda, às transformações provocadas pelos ciclos calendários. Os festejos natalinos, a Páscoa e o Carnaval fazem da cidade uma festa. O próprio visual se altera com a orgia das compras e dos foliões.

Ciclos menores são os que alternam dias úteis e fins de semana. A cara da cidade muda por completo: "As pessoas que vão ao Centro falam que ele durante a semana fica como se fosse um formigueiro. Nos fins de semana, porém, fica tudo vazio, as ruas cheias de lixo que as pessoas nem gostam de andar nelas."²²

A gente poderia acrescentar a tudo isto a alternância dos dias e das noites. Também isso modifica o Centro. Mas esta transformação, como a dos fins de semana, não faz parte da experiência urbana das crianças. No cotidiano, não registram a política e acham que tudo fica vazio quando é sábado e domingo ou durante a noite.

A cidade noturna é uma cidade de sonho como a que encontramos no desenho comentado de Danielle (12 anos): "Apesar de conhecer bem o Centro eu também o imagino. Eu vou contar-lhes como imagino: igual nos desenhos animados, gatos miando ao anoitecer, a sombra dos edifícios e em algum lugar um chiado de janelas se fechando e vozes se embaralhando. Lá em cima, a lua prima-dona toma conta da cidade e vigia o céu da terra. Nenhum barulho, amanhecendo, não tem mais graça, acabou a brincadeira, o meu Centro só existe à noite, onde as fábricas não funcionam nem se escuta o ruído dos carros, e mesmo que eu quisesse, o dia vem chegando e com ele a realidade do Centro do dia-a-dia."²³

Bonito, não é? Uma pequena poetisa em Paquetá sabe diferenciar como ninguém estas duas faces da cidade. Seu cotidiano. Os

trabalhos e os dias. Suas noites. O descanso e a estética do adormecer. Devaneios e realidades do centro urbano.

Os dias são regidos pelo movimento e pela multidão. Há densidade e burburinho em todos os lugares. Um ritmo, constante e rápido. Vaivém de carros e pessoas. Agitação e anonimato. Parece um formigueiro. Ninguém deixa de se impressionar com essa atividade febril. O motivo é simples: na cidade, todos são escravos do tempo, de uma ou outra maneira. Ricos e pobres são comandados pelo relógio²⁴.

Quase sempre é o grande relógio da Central que surge para designar não só o Centro como recorte físico, mas, também, esse clima vertiginoso que parece dominar as pessoas envolvidas nas suas rotinas: "O relógio do Centro da cidade é um ponto muito movimentado e bonito. O relógio é muito grande e dificilmente ele se atrasa ou adianta. Muitas pessoas só vêem a hora neste relógio. Pode passar de carro que dá para ver ele e a hora certa."²⁵

Movimento e multidão — essas duas coisas têm a ver uma com a outra. A prática dos espaços fica complicada. Uma verdadeira arte nas horas de pique. Muita gente, muitas direções e sentidos, muita pressa são as variáveis da rotina do Centro.

Muitas pessoas eventuais, preocupadas, apressadas. Não são dali. Não têm compromisso com o lugar. Passageiros da cidade, trabalhando, comprando e vendendo, visitando, percorrendo.

Muitas gentes, muitos propósitos e muitos caminhos. Muitos afazeres também que se cruzam e combinam: "... o Centro da Cidade do Rio de Janeiro está cada vez mais lindo. Cheio de gente e tem muita agitação. O que mais me atinge fortemente (...) é aquele montão de pessoas pra lá e pra cá, os carros no engarrafamento, os carros buzinando muito e aquela confusão."²⁶

No Centro da cidade, as pessoas se transformam em indivíduos. Perdem sua identidade de pessoas, pois esta só existe quando reconhecida. E para reconhecer é preciso conhecer. Na cidade, no meio da multidão, não há conhecidos, e, portanto, não há pessoas. Só indivíduos igualmente anônimos uns para os outros.

Multidão e mistura são traços característicos, são áreas centrais. Contribuem para o clima de confusão agitada que todos associam a elas, nem sempre com a mesma valoração. Às vezes, o anonimato e a mistura sugerem o caos e a insegurança. No meio de tanta confusão, por exemplo, podem acontecer acidentes e violências. Ou podem surgir os comportamentos desviantes²⁷.

Por outro lado, o movimento pode ser visto de um ângulo positivo. Significa variedade e vitalidade. Sugere animação: "O Centro da cidade é uma coisa esplêndida. O Centro é muito interessante e muito movimentado e as pessoas são muito alegres. A cidade é como se fosse um paraíso de tão bonito."²⁸

Este discurso confunde Centro e cidade, e não é à toa. Se a cidade é mistura de gente e atividades, o Centro é o lugar onde essa mistura é maior. Se a cidade é agitada (em comparação com o campo), em nenhum lugar é tão agitada como na sua área central. Se reúne funções diversas, não há uma que não se encontre nela²⁹. Espetáculo e caixinha de surpresas, em nenhuma parte esta vocação do centro urbano se realiza com tanta intensidade. O centro é a hipérbole da cidade.

Por isto, causa tanta impressão. Uma impressão constantemente renovada: "O Centro da cidade é muito bonito para quem lhe vê pela primeira vez e para quem lhe vê no seu dia-a-dia", escreve Carmem (12 anos)³⁰ e com isto fica resumido o seu caráter extraordinário.

Para voltar à idéia do Centro como pólo marcado, basta ver como aparece em relação com o bairro. Esse confronto se elabora a partir de algumas polaridades. Agitação e calma. Atração e monotonia. Insegurança e tranqüilidade. Desenvolvimento e insuficiência.

De certo modo, todas estas coisas têm a ver com a categoria movimento. O que distingue o Centro da cidade dos bairros é sobretudo a sua dinâmica. Como lá tem de tudo, há um fluxo constante de pessoas que o procuram e o freqüentam com propósitos os mais variados. Por isto, é um lugar agitado em comparação com o bairro que é calmo³¹.

O Centro é um mundo de possibilidades. O comércio variado, os negócios importantes, os lugares bons para se divertir — isto tudo o torna atraente. A ausência dessas coisas, por outro lado, é o que faz do bairro um lugar monótono e sem graça. Quase sempre algo lhe falta, quando é comparado ao Centro, porque este é, antes de tudo, um lugar muito desenvolvido: "O Centro da minha cidade é muito evoluído, nele existem os melhores comércios da cidade."³²

O bairro aparece, diante disto, como um lugar incompleto, mesmo quando considerado na sua área central. É bem verdade que lá também pode ter muita coisa, mas nunca no mesmo grau e qualidade do que existe no Centro. A altura dos prédios, o comércio³³, o alto gabarito das coisas, o seu caráter interessante e vistoso — em nenhum sentido o centro do bairro ganha dele, nem mesmo na fantasia³⁴.

Menos em um único, talvez. O bairro não é tão "desenvolvido", proporciona menos alternativas. É menos atraente e muito menos divertido. Em compensação, é mais seguro e muito mais tranqüilo. Não há tantos assaltantes e mortes³⁵. Há menos poluição. Muito menos multidão e barulho. Não existe "um imenso relógio grande", como o da Central, para controlar o tempo das pessoas. No Centro, tudo é "muito embolado":

"Meu Deus!? Que confusão! Eu devo estar vendo mal, olho de cabeça pra cima, olho de cabeça pra baixo e continua tudo igual..."³⁶

Quem se acostumou a viver num recanto distante, aprazível e pacato como a Ilha de Paquetá, por exemplo, tem todas as razões para se sentir ameaçado pelo imenso movimento que domina o Centro da cidade. Pode reconhecer, apesar disso, que se trata de falta de costume. Dificilmente, no entanto, deixará de ficar aturdido no meio dessa agitação toda: "Quem nunca foi lá fica baratinado a primeira vez, mas depois acostuma. Eu, por exemplo, moro em um lugar muito calmo, por isso é difícil me imaginar no Centro todos os dias. Ficaria maluca com certeza."³⁷

A visão que os moradores de Paquetá têm do Centro está bem longe de ser uniforme. Além dos que temem a confusão, há os que se sentem atraídos por ela. Reconhecem até que outros possam gostar da calmaria, mas não a desejam para si mesmos: "Paquetá é um lugar mais para velhos e crianças, porque é muito monótono e não para adolescentes como eu que adoram uma agitação. Sabe, o Rio é um lugar que eu vivo sonhando em morar."³⁸

A vida num lugar assim ocorre quase sem sobressaltos. Se a ilha não fosse uma atração, exatamente por ser como é — sem carros, tranqüila e bucólica no seu isolamento — um lugar procurado por muitos cariocas e turistas para passear, nos fins de semana e feriados, os dias não seriam diferentes uns dos outros.

Em última análise, qualquer lugar se ressentido da falta de um centro. E, na falta de uma área central própria, só tem a lamentar a distância que o separa da cidade e de todas as boas coisas às quais deixa de ter acesso porque mora longe e não tem dinheiro. Em resumo, limitações geográficas e econômicas representam, numa cidade como o Rio, limitações de consumo³⁹.

Assim, é possível retomar aquela oposição da casa e da rua, considerados na sua qualidade de domínios e categorias sociológicas. A

oposição entre o bairro e o centro recobre aquela que distingue o lugar mais urbano do seu oposto.

Movimento, negócios, comércio e muita gente — essas características do Centro da cidade são também as marcas registradas do mundo da rua. Lá, nos encontramos entre desconhecidos. Cada qual não passa de um estranho. Todos são indivíduos e nesta qualidade estão subordinados ao império das regras impessoais do contrato. É lá que se desenrola, em boa parte, a luta pela vida.

A luta diária para sobreviver está associada ao dinheiro, pois sem ele não se podem satisfazer as necessidades de consumo. E também ao tempo, pois a nossa sociedade gosta de acreditar que uma coisa possa ser convertida na outra. Isso lhe confere uma ambiência peculiar — aquele “clima totalmente diferente” que Priscila apontava, ao observar que lá todos pareciam estar com muita pressa, fossem ricos ou pobres.

A maior densidade, o relativo anonimato, as relações mediadas pelo dinheiro e a tensão de quem “tem de correr atrás”, para ganhar a vida; chegar na hora e não perder a condução — tudo isso torna o Centro um lugar não apenas agitado, mas perigoso. As potencialidades de conflito se multiplicam num universo deste tipo. Quem vai ao Centro está sujeito a enfrentar brigas, assaltos e outras formas de desgaste provocadas por toda essa agitação.

Apesar de tudo, entretanto, ele exerce um explicável magnetismo, que se deve ao fato de que lá encontramos as potencialidades da vida coletiva realizadas num grau mais elevado do que em qualquer outro lugar.

As coisas acontecem no Centro. Esta idéia é muito bem expressa por Clério (13 anos), que resolveu desenhar a Academia Brasileira de Letras, justificando a sua escolha com bastante lucidez: “Com a Academia Brasileira de Letras eu quis demonstrar a sabedoria, a inteligência, essa coisa genial, que é o Centro — o Centro que não é rico nem pobre, ou seja, ele não está nem no Sul, nem no Norte, ele está ali no meio, calma e serenamente no meio, no centro, no lugar onde várias pessoas famosas se encontram sempre para conversar e debater alguns assuntos.”⁴⁰

Algumas idéias se destacam nessa formulação à primeira vista ingênua e deslumbrada. Em primeiro lugar, a concepção clássica do centro como espaço de equidistância social. Norte e sul não significam referências geográficas, neste caso. Representam, no Rio, a oposição entre a riqueza e a pobreza, entre os humildes e os bacanas.

Nesta perspectiva, o centro está no meio. Nem lá, nem cá, pois é o espaço de confluência de todos. Ou assim deveria ser — serenamente. Vale dizer, democraticamente, como a ágora das cidades gregas, que pertencia a todos os cidadãos. Praça de mercado e centro de decisões⁴¹.

Em segundo lugar, vem a idéia do Centro como lugar da cultura, expressa de forma metonímica pela Academia Brasileira de Letras — território institucionalizado do saber, reconhecido e legítimo. Isso apareceu muito. Quantas crianças não falaram dos museus, dos teatros e dos cinemas, dos cursos e das exposições! Daquilo, enfim, que representa o acervo de informações e eventos culturais que uma metrópole, e, em particular, o centro dela, tem a oferecer.

Finalmente, convém focalizar a noção de que se trata de um lugar onde uma elite (“pessoas famosas”), que entende das coisas, se reúne para discutir e debater assuntos de relevância para a sociedade.

Também aí, a Academia pode ser encarada como uma metonímia. Sintetiza todas as instituições e órgãos públicos. Está em lugar do Teatro Municipal, do Museu Nacional de Belas-Artes, do Museu Histórico, da Câmara Municipal, da Assembléia Legislativa, do MEC, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Exército e do Clube Naval.

Mas há uma coisa que está ausente desse texto e que, no entanto, surge em inúmeros outros. A cidade é o espaço da festa. Muitos falam dela como um lugar para onde se dirigem com a finalidade de se divertir. Existem até os que só a conhecem desse ângulo: “Era um dia muito festejado em todos os estados, pois era Carnaval e todos procuravam se divertir da melhor maneira possível, e eu também queria entrar na festa”, relata Mário Sérgio (15 anos). “Peguei um ônibus e fui até a Avenida Rio Branco assistir ao desfile e foi o que aconteceu. No dia seguinte, eu pensei comigo mesmo, eu nunca tinha ido ao Centro, a não ser na Av. Rio Branco. Peguei um ônibus e fui conhecer o Centro. Conheci quase todo o Centro e posso afirmar que é um lugar muito bonito, porém, também, é um lugar muito movimentado, com enormes prédios de bancos e outros, e também muitos monumentos.”⁴²

O Centro se revela, através de tudo isto, não só como uma coleção de lugares, qualidades e eventos extraordinários, mas como um lugar que é, ele mesmo, extraordinário. Marca e ancora a cidade enquanto espaço social, sendo, portanto, largamente responsável pela configuração que esta assume no seu processo de crescimento e expansão.

Serve de referência, modelo e memória. Marca e registra o tempo da sociedade urbana. Com seus monumentos e edificações notáveis, contribui para pontuar o tempo histórico da cidade. Com seus ritmos e eventos recorrentes estrutura e desenrola a seqüência do seu calendário. Define os ciclos que distinguem os dias e as noites, os feriados e o cotidiano, a luta e a festa. Assinala e diferencia os vários domínios ou modos de existência do social — o trabalho, a política, as artes e o lazer.

O Centro costura o passado e o presente da sociedade urbana, projetando o seu futuro. Por isto, se pode chamá-lo de “a cidade” e dizer que é “esplêndido”: “O Centro da cidade é muito bonito, muito movimentado. Lá tem coisas que marcam a gente.”⁴³ E é por isto, também, que ele tem uma função importante na construção da identidade dos que vivem na cidade. “É um meio de se achar muito mais carioca.”⁴⁴

NOTAS:

1. João, 11 anos, EM Roma, 6ª série.
2. EM Min. Edgar Romero, 7ª série.
3. “Sempre que eu vejo prédios altos numa fotografia ou em outro lugar eu me lembro do Centro da cidade. Na cidade há muitos prédios...” (Quélida, 12 anos, EM Min. Adauto Lúcio Cardoso, 3ª série).
4. Col. Metropolitano, 3ª série.
5. “Essa é a Igreja da Candelária, por sinal muito bonita. Quando eu fui à cidade a Igreja foi o que mais me marcou” (Elizabeth, 13 anos, EM Mato Grosso, 7ª série).
6. “Para mim o que mais fortemente identifica o Centro da cidade é a Central do Brasil, onde partem e chegam trens...” (Aline, 12 anos, EM Min. Edgar Romero, 7ª série).
7. Eliane, 13 anos, EM Min. Edgar Romero, 7ª série.
8. Cíntia Regilene, 12 anos, EM Mato Grosso, 7ª série.
9. “O hotel Copacabana Palace atrai muitos turistas que vão para lá abrigar-se e passar lá o Carnaval” (Amauri, 13 anos, EM Min. Adauto Lúcio Cardoso, 6ª série).
10. EM Ubaldo de Oliveira, 7ª série.
11. Erminda, 14 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.
12. “Para mim o que me identifica é o prédio da Central do Brasil com seu imenso relógio, é o terceiro maior do mundo.” Maria de Fátima, 12 anos, EM Min. Edgar Romero, 7ª série.
13. “A maioria da população só vai à cidade no Carnaval ou quando vai fazer compras e para conhecer os seus lindos prédios, lojas, enfim, todas as mordomias que a cidade oferece” (José Alexandre, 16 anos, CIMPA, 8ª série).
14. “O comércio é variado, o preço melhor, muito diferente daqui de Jacarepaguá” (Márcia, 15 anos, CIMPA, 8ª série).
15. Andréia, 10 anos, EM Roma, 6ª série.
16. “Os pontos de referência para mim ir ao Centro são as lojas: Sabina, Americana, Sloper, Café Capital, o Bob’s” (Adriana, 13 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série).
17. “Já fui à Praça Onze (no circo), fui na Praça XV, pegar barca para Niterói, já fui também à Praça da República, Avenida Rio Branco, Rua da Alfândega (fazer compras).”
18. “Todos os negócios são resolvidos no Centro” (Mônica, 12 anos, EM Edgar Romero, 7ª série).
19. David, 8 anos, Col. Metropolitano, 3ª série.
20. “Existem casas antigas que deviam demolir e construir escolas e hospitais” (Vinícius, 9 anos, Col. Metropolitano, 3ª série).
21. Francesco, 13 anos, EM Min. Edgar Romero, 7ª série.
22. Gislene, 15 anos, EM México, 6ª série.
23. EM Pedro Bruno, 7ª série.
24. “Quando chego ao Centro da cidade eu me sinto num clima totalmente diferente. As pessoas só andam com pressa, talvez seja porque as pessoas de alta sociedade não tenham muito tempo livre para andar mais devagar, e as pessoas de classe baixa ou média têm que correr para não perder o trem do metrô ou ônibus ou o horário de trabalho” (Priscila, 16 anos — CIMPA, 8ª série).
25. Ivã, 13 anos, EM Min. Adauto Lúcio Cardoso, 6ª série.
26. Fátima, 11 anos, EM Roma, 6ª série.
27. “Conheço o Centro e para mim é mais ou menos assim: clínicas, bibliotecas, prédios residenciais, igrejas, carros para todos os lados, assaltos, travestis, traficantes de tóxicos.” Murilo, 14 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.
28. Cátia, 11 anos, EM Roma, 6ª série.
29. “Lá tem tudo que a gente quer e o que bem entender” (Cátia, 11 anos, EM Roma, 6ª série).
30. EM Mato Grosso, 7ª série.
31. “O meu bairro, em relação ao Centro, é calmo. O que identifica, para mim, o Centro da cidade é a movimentação diária que existe lá.” Luiz, 10 anos, EM México, 6ª série.
32. Kátia, 11 anos, EM Roma, 6ª série.
33. “... o comércio de Madureira é um dos melhores do Rio de Janeiro, depois do comércio do Centro da cidade.” João Gustavo, 13 anos, EM Min. Edgar Romero, 7ª série.
34. “Eu nunca fui ao Centro; mas eu imagino que seja com muito movimento, lojas, supermercados, prédios altos, lanchonetes de alto gabarito enfim. Porque no centro de Bangu existe também casas, ruas, prédios, mas não tão altos e bonitos como o Centro da cidade.” Simone, 14 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 7ª série.
35. “Eu acho que o centro da cidade é muito movimentado e perigoso. Com assalto e morte. (...) Eu gosto mais do lugar onde eu moro que é tudo parado e sem perigo de assalto.” Sheila Maria, 16 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.
36. Alexandre Luís, 11 anos, CE Anísio Teixeira, 5ª série.
37. Antonieta, 17 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.
38. Regina Helana, 15 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.
39. “Gostaria que o Centro da cidade fosse mais perto, para eu poder ir mais vezes até lá” (Josineide, 16 anos, CIMPA, 8ª série). “... eu só vou lá de vez em quando, também quando eu tenho grana” (Valmir, 17 anos, EM México, 6ª série).
40. EM Clotilde Guimarães, 7ª série.
41. “O grupo humano faz, portanto, a seguinte imagem de si mesmo: ao lado das casas privadas, particulares, existe um centro onde os assuntos são debatidos, e este centro representa tudo o que é ‘comum’, a coletividade como tal. Neste

centro, cada um é igual ao outro, ninguém está submetido a ninguém" (Vernant, 1974, I: 180).

42. EM México, 6ª série.

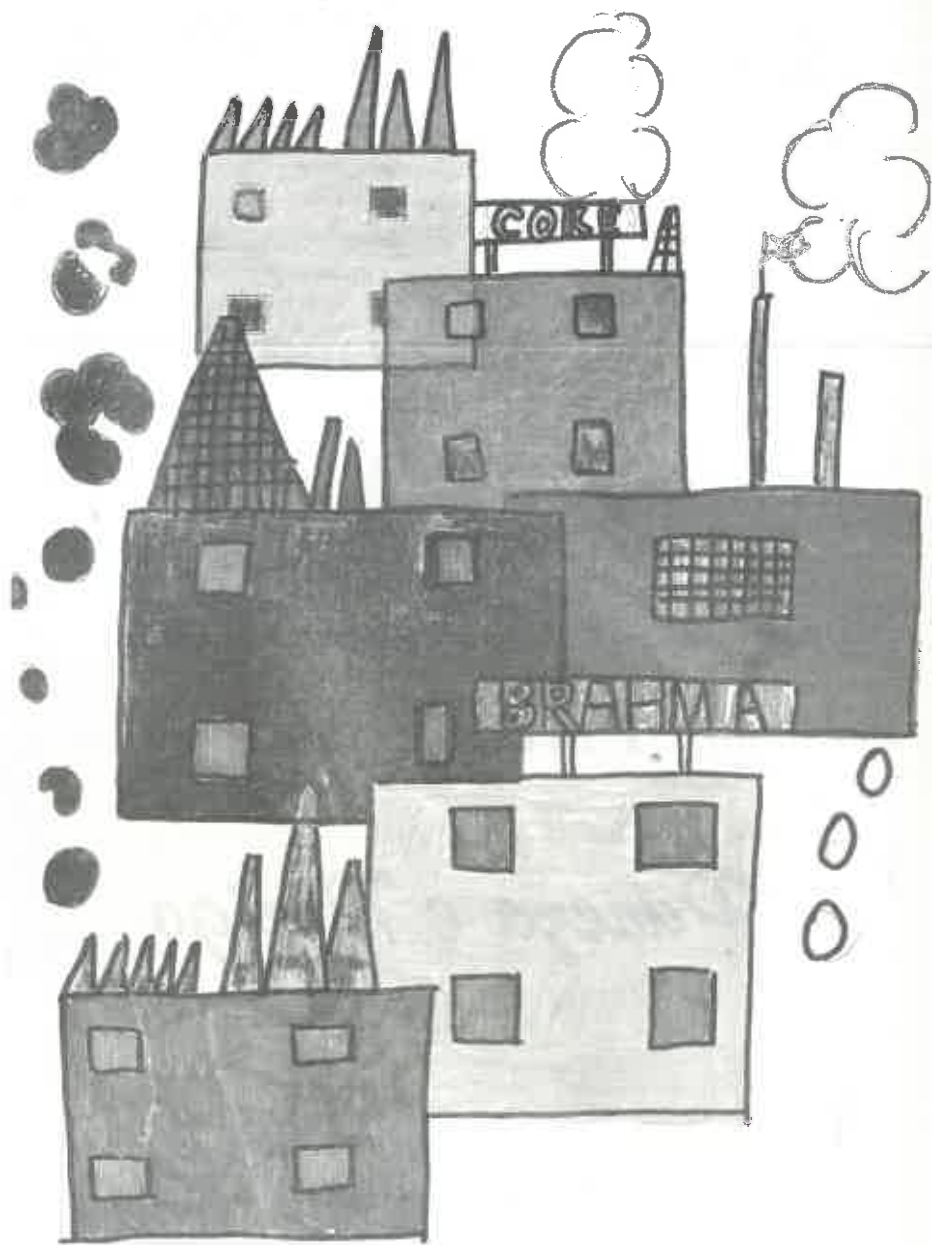
43. Renata, 13 anos, EM Mato Grosso, 7ª série.

44. Cláudia, 14 anos, EM Pedro Bruno, 7ª série.



PARTE III

Pureza e Perigo



IV

Poluição: a maior ameaça ao ser

O Rio de Janeiro que as crianças descreveram não merece ser chamado de Cidade Maravilhosa. Ao contrário, o retrato que as cartas e os desenhos transmitem é o de uma cidade suja e poluída. As formas, as cores e os enredos se ocupam desse universo da imundície com veemência e paixão. Cada carta é uma queixa; cada desenho ilustra uma denúncia. Por isto, todos carregam nos matizes, compondo um mosaico de efeitos dramáticos incontestáveis.

De resto, o tema teve o investimento emocional que merecia, por mais de um motivo. Em primeiro lugar, porque a questão vem interessando à sociedade contemporânea com uma intensidade cada vez maior. Se a questão política inflamou os espíritos do século XVIII e a questão social foi a grande obsessão do século passado, a questão natural parece mesmo ter-se transformado no cavalo de batalha da nossa época¹.

Possui ampla legitimidade. Interessa às autoridades, preocupa os meios científicos e, através dos instrumentos da comunicação de massa, virou motivo da ansiedade e dos comentários de todo o mundo.

Por outro lado, sujeira e limpeza são questões particularmente apropriadas e palpitantes quando se trata de crianças. Uma parte considerável do processo de socialização, na família e na escola, tem que se haver com elas. Desde muito cedo, o grupo exerce, sobre filhos e alunos, uma pressão sistemática com o fito de lhes inculcar os hábitos de higiene que considera desejáveis.

Este trabalho implica o exercício calculado da violência pedagógica. Para domar os impulsos da natureza, é preciso impor-lhes restrições, disciplinando-os quanto à forma. Aprender as regras básicas do asseio é uma experiência marcada fortemente pela repressão. Castigos e sermões fazem a pontuação, muitas vezes dolorosa e humilhante, da história primordial de cada ser humano².

Limpo e sujo são, portanto, categorias que focalizam e solicitam com muita insistência a atenção das crianças, que são instadas a refletir sobre elas a cada passo. Não de maneira abstrata e teórica, mas a partir de fatos, com base em exemplos palpáveis e práticas concretas. Observando, fazendo, errando e sendo corrigido, em casa e na escola, os meninos desenvolvem e aperfeiçoam o exercício constante dos padrões de higiene que a sua cultura lhes impõe.

Assim, o tema "Poluição" tinha a seu favor o sentimento de familiaridade decorrente não só de sua presença no currículo escolar, mas, sobretudo, do seu caráter de experiência vivida no dia-a-dia. A postura das crianças foi, por conseguinte, a de quem estava completamente mobilizado e à vontade para discutir o problema.

A poluição está no ar, em mais de um sentido. Encontra-se nas exortações dos pais, nas aulas dos professores e nas preleções dos adultos. Aparece na imprensa diária. Em rádios, jornais e televisões ocupa o espaço de reportagens inteiras. Frequenta as conversas informais e os debates informados. É um assunto absorvente.

Esse intenso fluxo de informações e enunciados que a questão alimenta (e que se alimenta dela) contribui para suplementar o que cada pessoa sabe a respeito, através da observação e do envolvimento direto. Daí resulta um quadro geral que permite situar, com mais ponderação, o caso da nossa cidade.

Existe uma consciência clara de que a poluição não é um mal exclusivo do Rio de Janeiro, que sequer é o lugar mais poluído do Brasil.

Neste sentido, perde longe para São Paulo, que passa por ser a mais poluída das nossas metrópoles. O problema é do mundo inteiro. Não distingue nem poupa continente ou país. Está presente tanto no campo como nos centros urbanos, embora mais nestes últimos. É vista como se variasse com a escala (e o grau de progresso) dos aglomerados: quanto maiores (e mais modernos), mais sujos³.

A extensão alarmante e o caráter insidioso justificam a frase: "Eu vejo a poluição como a maior ameaça ao homem."⁴ O menino que formulou este lugar-comum fez mais do que usar recurso de estilo. Com ela, a gravidade do assunto encontra a sua expressão mais singela e mais forte. Realmente, poluição está em toda parte, reconhecem as crianças. No Centro e no bairro. Na rua e na praça. E até mesmo dentro da própria casa, como se não tivesse fronteiras, não recuasse diante de qualquer limite, não respeitasse o umbral dos mais protegidos e íntimos dos espaços — os corpos e lares⁵.

Está em toda parte, mas nem sempre é vista. Oculta e ameaçadora, lobo em pele de cordeiro, pode misturar-se à água que se bebe e ao ar que se respira — "Ninguém vê mas todo mundo sente, isto é poluição"⁶.

Ninguém vê, mas todo mundo sente. Porque o ato de perceber vai muito além do sentido privilegiado que é a visão. O corpo inteiro registra os sinais que denunciam a sujeira, mesmo quando esta se disfarça em sutilezas ou se reveste de formas inocentes, na aparência.

A percepção é um ato muito complexo. Põe em jogo cada um dos cinco sentidos. Ora mais este, ora mais aquele. Na maioria das vezes, todos em conjunto. Essa complexidade aumenta ainda quando se considera o dispositivo cultural. Entre quem percebe o mundo que é percebido, o modo (cultura) de perceber seleciona e qualifica, de acordo com os seus valores, o que é possível distinguir e registrar.

Perceber é um processo que depende tanto da cultura⁷ como dos sentidos. E uma das maneiras mais simples de descobrir algo a respeito do dispositivo seletor de cada cultura é observar que formas, fenômenos, procedimentos, coisas ou pessoas são designados por que rótulos classificatórios. Quem ou o que aparece, no discurso, como limpo ou sujo, feio ou bonito, bom ou ruim.

"Limpas são as nossas casas" — dizem as crianças. Limpa é a escola. "Os prédios, por dentro, cheirando a desinfetante" são limpos. Também o são os parques com brinquedos, as árvores com flores. A natureza é limpa, originalmente pura, nos seus rios, lagos, praias e

montanhas. Suja, em contrapartida, é a rua "imunda, cheia de rato, cheia de bicho". O morro é sujo, como sujas são as suas "valas". Sujos são os ônibus e, mais do que tudo, o lixo.

Feio é um mundo com poucas árvores. Feias são as praias poluídas e perigosas. E algumas casas "pintadas de várias cores, mas cores feias" que podem ser vistas na Vila do João⁸. Feio é que existam pessoas marginalizadas — sem emprego, sem roupa e sem comida. As casas comerciais sujas são feias, como os seus proprietários que corrompem os fiscais⁹. Às vezes, a feiúra está nos atos, outras vezes, nas palavras, como demonstram os assaltos, as brigas e as "palavras feias", entreouvidas na rua e pichadas no muro: "Para começar eu gostaria que pintassem as paredes para desaparecer esses palavrões horríveis que estão nos envergonhando."¹⁰

Bonitos são os parques, as praças e as escolas. Também as árvores grandes carregadas de frutas. Bonita é uma casa com balanço no jardim. Uma piscina "com mesa e cadeiras perto", quando esquenta o verão. Flores plantadas pelas pessoas são bonitas. Lindos são os jogos, as crianças brincando, os papos na calçada e o bate-bola na rua, ao entardecer¹¹. Bonita é a natureza. Ruim é o valão que corre a céu aberto. Bom é chuva e sol. A fumaça das fábricas e os gases dos automóveis são ruins. Como ruins são o vento, quando levanta poeira, e a umidade. Bom é o mar, o silêncio, o ar puro e a amizade.

O ato de perceber, quando o tomamos na acepção mais concreta, consiste na captação sensorial do meio ambiente e envolve a utilização de diferentes códigos. Há informações que dependem do sentido da visão. Outras pertencem à esfera olfativa. Ao lado destas, vêm ainda as que recaem na competência da audição.

A cada um destes códigos cabe um lugar no processo da percepção. Podem ser escalados de acordo com a sua importância absoluta (ou "natural"), referidos ao quadro puramente biofisiológico, que integram na qualidade de "aparelhos", e em virtude do respectivo grau de participação que os distingue na tarefa de construir o mundo objeto percebido.

Nesta escala a visão predomina. É responsável pela decodificação da maior parcela dos estímulos. Contribui de modo considerável para o desempenho das técnicas do corpo dentro de um mundo cujo espaço é tridimensional. Cumpre um papel destacado no processo de memorização. Pode sintetizar e analisar imagens. Registra cores, profundidades e texturas. Propõe, procura e reconhece padrões.

A condição de *animal predominantemente visual*¹², no entanto, não dá conta da complexidade da percepção humana, quando esta é considerada como um todo. Na ação integrada dos diversos códigos sensoriais, o tato, a audição e a capacidade olfativa não ocupam um lugar menor. Têm suas funções específicas e irreduzíveis, distanciando-se da visão menos pelo seu grau de envolvimento no ato de perceber e mais pelo seu modo ou estilo de participar deste ato.

Os odores são mais difíceis de classificar e recordar do que as imagens. Em contrapartida, possuem um extraordinário poder evocativo. Uma fragrância passageira, como que suspensa no ar, casualmente, pode trazer de volta instantes, lugares e acontecimentos do passado. Os aromas transportam, e, graças a eles, podemos recuperar, como presenças vividas, pessoas, objetos e situações. Os cheiros podem reproduzir a magia completa de um momento. E podem fazer isto porque são a câmara de espelhos do caleidoscópio. Juntam e compõem uma infinidade de fragmentos. Remetem a um mundo de detalhes que, no contexto rememorado, se associava à sua presença sutil. São como texturas das experiências familiares e extraordinárias que marcaram a vida das pessoas¹³.

Apesar das dificuldades de registro e refinamento, existe uma classificação dos odores. O cheiro de comida é bom, pois, além da satisfação do apetite, significa os ritos da comensalidade, o grupo doméstico que se reúne em torno da mesa e do prato predileto. Representa a vida do corpo, o preenchimento de uma necessidade orgânica; e a vida do grupo, que depende dos laços de subsistência. Ao redor da mesa, se constrói, identifica e incorpora a família, tecendo e tramando sua intimidade.

Outros aromas, tocando outros registros, despertam outros prazeres¹⁴. Quanta coisa não tem "o perfume das flores da minha casa", de memorável e prazerosa lembrança: "Na minha casa tem um cheiro de flor."¹⁵ Cada casa exala um *blend* inconfundível para quem cresceu e viveu dentro dela.

São as flores, as iguarias, as roupas, os corpos e os objetos que compõem a identidade olfativa de um lugar ou ambiente. Cada um não é somente o que come, mas também o ar que respira. Ou, como diriam os esquimós Netsilik, é bom viver "cercado pelo cheiro das próprias coisas"¹⁶.

As valas de esgoto, a fumaça das padarias, a sujeira das ruas e o escape dos automóveis cheiram mal. "O lixo é um fedor", diz uma

carta, com jeito de repulsa e reprovação. Ao contrário da comida, do perfume das flores, da roupa e dos corpos asseados, que alimentam as lembranças e constroem positivamente a vida, os dejetos exalam odores desagradáveis.

Incomodam porque não servem para nada. São detritos que existem apenas enquanto conotações negativas dos processos de transformação que uma sociedade desenvolve. São o reverso, as coisas sujas, as substâncias perniciosas. Fazem mal à saúde e ferem os sentimentos¹⁷.

A mesma coisa vale para os sons. Os barulhos normais de uma casa produzem sensações tranquilizadoras. As brigas e gritarias, seja em casa, seja na rua, são desagradáveis. "Bom é o silêncio", que não é apenas o resultado da ausência de ruídos, mas a qualidade da harmonia sonora dentro de um ambiente.

Ruim é o barulho dos aviões, das fábricas e dos automóveis¹⁸. Não de modo geral e abstrato, mas concretamente. O estrondo dos aviões que, dia e noite, passam por cima das casas e bairros que a fatalidade (e o planejamento) colocaram no seu roteiro; a zoeira da fábrica que repercute na vizinhança onde alguém quer estudar ou tirar uma sesta; o zumbido incessante do trânsito que percorre a *minha* rua, o *nosso* bairro.

Desagradáveis são os rádios "loucamente altos"; as vitrolas e televisões "ligadas no último volume"¹⁹. Péssimos são os caminhões da Comlurb que, além dos ouvidos, agridem os moradores também pelo seu mau cheiro e aspecto.

Os diferentes códigos sensoriais formam um todo que se realiza no ato da percepção. Perceber é uma atividade que consiste na mobilização do corpo dentro do mundo, para o mundo e em função do mundo, num verdadeiro processo de comunicação. Nossos sentidos são os canais desse processo. Trazem estímulos e levam respostas. Emitem e recebem²⁰.

Mas entre o que vai e o que vem está a cultura, dentro da qual os sentidos foram programados para estabelecer a relação dos homens com o mundo. Por isso, as imagens, os cheiros e os ruídos são sempre passíveis de uma adjetivação. Dizemos que são bons ou ruins, feios ou bonitos, perfumados ou fedorentos. De acordo com essa caracterização, se reconhecem possíveis benefícios ou malefícios, provenientes do ambiente exterior, em primeiro lugar para o próprio corpo.

Coisas feias, ruídos desagradáveis, emanações malcheirosas — tudo isso tem a ver com a sujeira. "Poluição é ar com sujeira de um

modo visual e auditivo."²¹ Outras fórmulas, nem sempre tão pitorescas, permitiriam acrescentar-lhe, ainda, o "modo olfativo".

Maus odores, ruídos agressivos e aspectos repugnantes são, portanto, modalidades do sujo. Representam ameaças para o bem-estar físico dos indivíduos. São fatores de desequilíbrio para a saúde das pessoas e das comunidades.²²

Cada uma destas formas, que a poluição assume, pode causar problemas para o organismo humano. Desde simples alergias até doenças tidas como incuráveis. Atinge a capacidade respiratória e auditiva das pessoas. Às vezes, assume formas assustadoras, fazendo, por exemplo, "crianças nascerem sem cérebro". Em muitos casos podem vir a causar a morte de quem se vê exposto a ela.

Além das pessoas, no entanto, a poluição agride a natureza. Enfraquece as árvores, prejudica os animais e torna impuros os próprios elementos — "acaba com os peixes e com o oxigênio do ar"²³. Nem o ar, nem a água ficam imunes.

A contaminação das águas e da atmosfera "acaba com a flora, a fauna e com nós mesmos", sentencia um menino. E, como afeta corpo e meio ambiente, a poluição se torna um perigo para as formas de vida que merecem a nossa simpatia²⁴, em particular, a nossa própria espécie, naturalmente: "desse jeito não vamos sobreviver por muito tempo".

Perigo para a natureza, perigo para os homens, "a poluição está acontecendo no mundo inteiro, mais em São Paulo, onde tem mais gente"²⁵. Muitas pessoas juntas geram a poluição. As crianças estão de pleno acordo com os urbanólogos quando culpam a densidade das grandes metrópoles pelos transtornos da saúde e do meio ambiente.

O Rio de Janeiro está cheio de lugares poluídos. Cada carta conta uma história. Existe uma verdadeira topografia da poluição urbana. Cada lugar que ela registra tem o seu problema. Na Ilha do Governador, são as praias sujas, por culpa dos navios que fazem a limpeza dos seus tanques dentro da Baía de Guanabara.

Além disto, há o barulho dos aviões. Em Paquetá, é a sujeira dos cavalos. Na Barra, é o problema das lagoas, onde deságuam muitos esgotos. Em Santa Cruz, é a *vala do sangue*, alimentada pelo matadouro. Na Penha, é o curtume. O Méier se queixa do barulho dos automóveis, enquanto os moradores da Saúde reclamam do cheiro da fábrica de açúcar. Copacabana sofre com a invasão das

calçadas pelos carros, sem falar no trânsito intenso e ruidoso, a qualquer hora do dia e da noite.

Uma imagem é recorrente, tanto na visão dos técnicos, quanto no discurso das crianças. Uns e outros encaram a cidade como se ela fosse um grande ser vivo. Ela se movimentava. Respirava. Consome e expele substâncias. Exala cheiros e emite sons.

A metáfora é sedutora. Parece bastante convincente pensar a cidade a partir dela. Podemos imaginar um imenso organismo que precisa sobreviver, satisfazendo determinadas necessidades. Precisa de certa quantidade de ar para a respiração. De água, abastecimento alimentar, materiais de construção e fontes de energia. Vive de consumir coisas.

Do seu metabolismo, no entanto, resultam resíduos que devem ser eliminados. Os gases, os efluentes líquidos, os detritos sólidos — tudo isso precisa ser expelido. Esse processo se revela problemático, pois em cada uma destas variantes da sujeira se esconde uma ameaça para a saúde dos moradores (para seus corpos) e para o bem-estar do próprio centro urbano²⁶.

Assim como os homens que a habitam, também a cidade possui um corpo. Todo o problema da poluição encontra nesta idéia o seu referencial básico. O corpo serve de modelo para qualquer especulação sobre a sujeira. Qualquer forma que esta venha a assumir, é sempre a fisiologia do organismo humano que lhe propicia os melhores exemplos e as ilustrações mais expressivas.

Serve para definir as noções de saúde, beleza e higiene, dentro de uma determinada cultura. Traça a fronteira que separa o normal do patológico. Sustenta os juízos estéticos. Demonstra as regras de pureza. O corpo é a matriz simbólica da própria idéia de poluição²⁷.

A limpeza está associada à saúde. Tudo o que é sujo é também, potencialmente, uma ameaça para a integridade do organismo. A preocupação com a sujeira tem um motivo funcional. É preciso combatê-la para evitar a doença. Assim, à primeira vista, poderíamos ser levados a pensar que a poluição envolve, essencialmente, as questões relativas à patogenia e higiene.

Algumas observações das crianças, no entanto, pareceriam enigmáticas, ou mesmo absurdas, se fosse tudo tão simples. O inventário que fazem incluir elementos surpreendentes e obviamente deslocados dentro da perspectiva do "materialismo médico"²⁸. Um exemplo destes é a nostálgica afirmativa: "Esses pobres mendigos ficam abrigados na

Praça da Harmonia e ela era tão bonita."²⁹ Na mesma linha, são catalogados como "formas de poluição" os *hippies* de uma certa praça do Méier e os maconheiros, que parecem existir em toda parte, indistintamente³⁰.

Nestes enunciados transparece mais do que o receio pela contaminação do corpo. Talvez esteja aí o motivo de sua estranheza. Há uma evidente conotação valorativa no lamento da beleza perdida da Praça da Harmonia. O problema não é só de saúde, embora este aspecto não esteja descartado. O mendigo, o *hippie* e o maconheiro são vistos como pessoas sujas, desleixadas e, em muitos casos, são portadoras de doenças.

Não nesta qualidade, apenas, que são classificados entre as demais encarnações da sujeira. Além de sujos (e, quem sabe, contagiosos), carregam o estigma do que é antiestético e moralmente suspeito. Por isto, têm a capacidade de contaminar não só os corpos sãos, mas, também, os valores sadios.

Para além do caráter patogênico da poluição aparece a sua natureza essencial. Ela é, antes de tudo, a desordem; aquilo que está fora de lugar e esquadro; o que ultrapassa os limites, por deslocamento ou excesso. Poluído é o que não se enquadra no sistema; o que extravasa a medida e transgride o padrão³¹.

Os sistemas e padrões, entretanto, existem na medida em que se aplicam dentro de contextos definidos da prática social. As coisas não são, em si, sujas ou limpas. O fato de serem de um modo ou de outro depende de como se apresentam. De como se configuram na relação com os homens e com as outras coisas.

Muitos desenhos ilustram este caráter relativo da poluição. Ela existe quando "a fábrica está na mesma rua do hospital". Ou quando aparece "uma placa de silêncio" e, junto dela, "carros fazendo barulho, buzinando". "Pessoas jogando lixo fora das lixeiras, e a própria lixeira limpa." A padaria é boa ao produzir o pão e ruim porque expele fumaça. A radiovítrola incomoda após as dez horas, quando deveria haver silêncio.

A própria natureza não é sempre uma vítima da poluição. Há casos em que ela contribui de modo direto para provocar a sujeira; quando chove demais, por exemplo, e as encostas desmoronam, as valas transbordam, as ruas e as casas inundam: "Outro problema seríssimo é o esgoto da minha comunidade, quando chove as ruas não asfaltadas ficam um verdadeiro rio. Com isto pode causar sérias doenças com essas ruas alagadiças que estão propriamente poluídas."³²

Tudo o que ostenta o atributo da liminaridade, do que está à margem, deslocado com relação às linhas nítidas e princípios ideais do sistema, define uma transgressão e, com ela, a desordem. E a desordem é perigosa. Indesejável. Por isto, vamos encontrá-la sempre do lado do outro. Ou exorcizá-la, acusando-o de ser responsável por ela³³.

"Na casa do vizinho o banheiro tem mau cheiro." Parece um adágio popular, mas foi encontrado, tal e qual, numa das cartas. Mais adiante, como de encomenda, lemos: "O banheiro da minha casa não tem mau cheiro." Nestas duas frases, se resume toda a atitude diante da poluição. Sujos são os outros. Desordeiros são eles: "O povo joga lixo nas ruas."³⁴

A fronteira entre o limpo e o sujo passa entre o *eu* e o *outro*. Passa também entre o *dentro* e o *fora*. Entre a *casa* e a *rua*. Quando alguém diz "... limpas são apenas as nossas casas, porque nas ruas é que estão as sujeiras e quem suja são algumas pessoas que nem a casa é limpa"³⁵, está sintetizando o fundamental sobre a poluição: a sujeira que se encontra na rua vem de casa. Quer dizer, são pessoas sem a noção de um mundo ordenado, limpo e harmonioso que reproduzem, no espaço coletivo, os padrões indesejáveis da desordem, da sujeira e do conflito.

Limpos somos nós. Com tudo aquilo que pertence a este coletivo no qual nos incluímos. Os *outros* a gente nunca pode saber. Os favelados, os pobres e desamparados; os *hippies*, os mendigos, os maconheiros; os travestis e as prostitutas; os desocupados — todos estes são, ao menos potencialmente, gente perigosa. A todos eles se associa, mais ou menos implícita, a idéia da sujeira, seja de caráter material, seja de cunho moral.

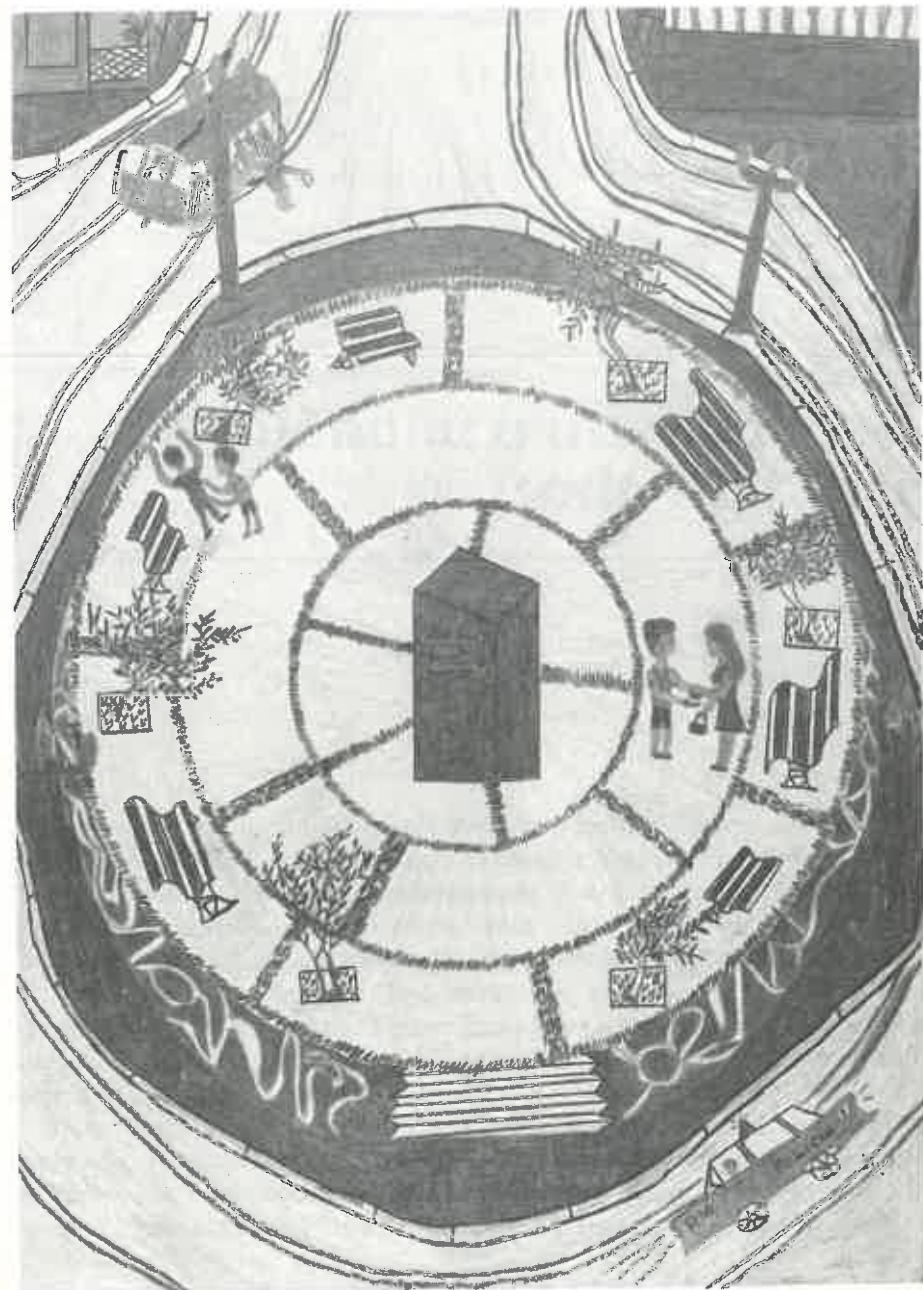
O *outro* assume as mais diferentes caras. Ora é o maltrapilho, ora o mal-intencionado, o mal-encarado. Mas pode ser também aquele que é simplesmente diferente de nós quanto a alguma forma de comportamento. Por isto, o que os ouvidos do fiel reconhecem como música sagrada, os ouvidos do vizinho, que tem outra crença e afiliação religiosa, detectam como poluição sonora³⁶.

O que identifica esse *outro*, que o cidadão ordeiro e preocupado teme, é a sua posição na sociedade. Ele está nas fronteiras dela. Às vezes, já do outro lado. Vive para além das regras, numa terra-de-ninguém. Convive com tudo o que a sociedade considera sujo, feio, baixo e ruim³⁷. A simples existência dele já é uma violação da norma. Nele se projetam todas as formas patológicas. Dele se espera desde a doença e o mau cheiro até a violência.

NOTAS:

1. A tese é de Serge Moscovici que a defende no seu *Essai sur l'histoire humaine de la nature* (1977).
2. "... as maiores violências praticadas em nossa sociedade contra uma criança se ligam à introjeção nela das regras de higiene..." (Rodrigues, 1980:117).
3. "A poluição é um dos maiores problemas das grandes cidades como: Rio de Janeiro e São Paulo" (Júlio César, 12 anos, EM Francisco Jobim, 7ª série).
4. Carlos Aberto, 11 anos, EM Darcy Vargas, 6ª série.
5. "Hoje estamos com a poluição em todos os lugares — em casa, nas ruas e em todos os lugares que vamos" (Alexandre, 11 anos, Col. Metropolitano, 5ª série).
6. Osvaldo, 9 anos, CE Anísio Teixeira, 3ª série.
7. "Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas" (Da Matta, 1981).
8. Cláudia, 12 anos, EM Clotilde Guimarães, 5ª série.
9. "Porque as pessoas que investigam as casas comerciais que estão sempre sujas não as multam, verdadeiramente, pois é só o comerciante arranjar um dinheiro para elas e tudo bem. Resultado, a sujeira continua surgindo..." (Adriana, 13 anos, EM Francisco Jobim, 7ª série).
10. Isabel, 10 anos, EM Gen. Euclides de Figueiredo, 4ª série.
11. "No meu bairro as coisas bonitas são o jogo de bola, o papo na calçada" (Gilvandro, 12 anos, EM Gonzaga da Gama F²., 5ª série).
12. Yi-Fu Tuan, 1980:7.
13. "... o odor não retém a atenção senão para reportá-la ao que o cerca" (Sperber, 1978:116).
14. "Os cheiros que me agradam são os sonhos que os homens vendem e os cheiros que me incomodam são os da vala. As coisas boas são as chuvas e o sol, de ruim é o vento e a umidade" (Edileuza, 12 anos, EM Darcy Vargas, 6ª série).
15. Adriana, 10 anos, EM Cel. Berthier, 2ª série.
16. Lynch, 1960:127.
17. "Sabe Sr. Presidente, o Senhor nem imagina como é ruim a gente ter que viver num lugar onde há esgotos transbordando no meio da rua e cheiro insuportável do lixo nos bairros, rios cheios de bichos e sujeiras" (Kátia, 15 anos, EM Alphonsus Guimaraens, 5ª série).
18. "Os barulhos que me incomodam são dos carros que passam na rua e os barulhos que eu aprecio são os dos navios que vêm do alto-mar e quando estão chegando tocam seu lindo apito" (Carlos Alberto, 11 anos, EM Darcy Vargas, 6ª série).
19. "Na rua onde eu moro há alguns problemas. O meu vizinho às vezes coloca a radiovitrola na maior altura e de noite, quando todo mundo vai dormir" (Maria da Glória, 11 anos, EM Clotilde Guimarães, 5ª série).
20. "A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo" (Yi-Fu Tuan, 1980:14).
21. Lúcia, 10 anos, EM Santa Catarina, 5ª série.
22. "Poluição é a nossa destruição. Por quê? Porque nós não podemos respirar nosso ar da salvação. A poluição faz tudo isso: faz pessoas morrerem de intoxicação, faz crianças ficarem doentes, faz tudo isso..." (Ismael, 11 anos, EM Gonzaga da Gama F²., 5ª série).
23. Nicole, 12 anos, Col. Metropolitano, 5ª série.
24. "Isto é uma fábrica, ela está poluindo os seres do mar. Eu resolvi fazer uma fábrica poluindo o ser do mar. Porque eu sei que na realidade existe, e sei que eles serão

- prejudicados. Resolvi escrever sobre eles, os seres que eu mais gosto" (Ivã, 11 anos, EM Clotilde Guimarães, 5ª série).
25. "Estou muito preocupado com essa poluição que vem prejudicando muita gente. Eu sei que a poluição está acontecendo no mundo inteiro, principalmente em São Paulo que é o estado que tem mais gente" (Eliete, 12 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 5ª série).
26. Pierre Claval (s/d, p. 307ss) desenvolve esta imagem.
27. "O corpo, como tentamos mostrar, fornece um esquema básico para todo simbolismo. Dificilmente, existe alguma poluição que não tenha alguma referência fisiológica primária" (Douglas, 1976:198).
28. Douglas, 1976:46/7.
29. Aislán, 13 anos, EM Darcy Vargas, 8ª série.
30. "A única praça que tem é pequena e fica toda tomada pelos *hippies*, além dos mendigos" (Ana Flávia, 10 anos, Col. Metropolitano, 5ª série). "Pois nem na praia se pode passear por causa dos *chincheiros* que ficam na praia fumando" (Lucimar, 15 anos, EM Rodrigo Otávio, 4ª série).
31. "Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados" — (Douglas, 1976:50).
32. Ana Cristina, 14 anos, EM Min. Adauto Lúcio Cardoso, 7ª série.
33. "... nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais" (Douglas, 1976:51).
34. "... e os responsáveis disso são as pessoas que não compreendem que viver na sujeira é o maior desastre" (Marilene, 12 anos, EM Clotilde Guimarães, 5ª série).
35. Renato, 13 anos, EM Darcy Vargas, 6ª série.
36. "Somos também obrigados a dormir com a poluição sonora de tipos de religião que as pessoas ficam fazendo um barulho terrível durante a noite, que mal podemos dormir" (Adriana, 13 anos, EM Mato Grosso, 8ª série).
37. "Entretanto todos têm essa característica em comum: são pessoas ou princípios que 1) caem nos interstícios das estruturas sociais, 2) estão nas suas margens, ou 3) ocupam seus níveis baixos" (Turner, 1974:112).



V

Violência: o que vemos a todo instante

Os episódios de violência são bastante frequentes em uma cidade grande. Não há morador que não saiba contar mais de um. Estas histórias se referem a acontecimentos dos quais o narrador ouviu falar, ou dos quais tomou parte, seja como espectador, seja como protagonista (em geral, na condição de vítima).

Um destes casos é o do homem que escapou de ser assaltado quando voltava do teatro. Tinha saído um pouco antes de terminar o espetáculo, preocupado com a hora tardia. Andava de passo apertado, como se pressentisse algum perigo.

Quando já se encontrava perto de sua residência, viu o caminho barrado, repentinamente, por vários negros que brandiam facas e porretes, anunciando o assalto. Desesperado, começou a gritar por socorro. Esmurrou portas e janelas, na esperança de que o acudissem. Tudo em vão.

Apesar das luzes acesas, as casas pareciam surdas, cegas e desertas. Nem o mais leve rumor ou movimento. Na rua, o escândalo dos gritos e o eco dos punhos aflitos acabaram pondo em fuga os bandidos, temerosos da intervenção de algum morador ou da polícia, pela qual a vítima clamava aos berros.

De parte alguma, no entanto, veio auxílio. Por isto, o apavorado personagem teve de encontrar uma saída por conta própria. Para casa não podia continuar, pois os negros haviam se afastado naquela direção. Não lhe restou, portanto, senão a alternativa de buscar acolhida na residência de amigos que moravam nas imediações. A salvo, conseguiu dormir até o dia claro. Só então pôde voltar para sua casa.

Nem sempre, entretanto, o final desse tipo de aventura é feliz. Um relato dramático conta outra passagem violenta da vida urbana. Desta vez, tudo aconteceu num bairro próximo ao Centro e à luz do dia.

Um senhor, que passava, foi interceptado por dois homens altos e fortes. Diante dos olhos de outras pessoas que se encontravam na rua, à espera de condução, a vítima foi coagida a entregar todo o seu dinheiro. Como se isto não fosse o suficiente, os assaltantes ainda lhe deram várias socos, não se retirando a não ser depois de lhe terem feito muitas ameaças.

As pessoas que estavam no ponto de ônibus não esboçaram o menor gesto de solidariedade, limitaram-se a assistir ao episódio, paralisadas pelo medo. E, quem sabe, aliviadas por não serem elas mais do que testemunhas do acontecido.

Com exceção do desfecho (e da hora), os dois casos têm muitos pontos comuns. Aconteceram na mesma cidade. Relatam um mesmo tipo de agressão. E apresentam, ambos, o aspecto chocante, quando não da indiferença (emoção improvável diante de situações como estas), pelo menos da passividade dos cidadãos frente a cujos olhos e lares os fatos narrados ocorreram.

Tudo muito parecido, exceto por um detalhe — mais de um século e meio separam as duas histórias. A primeira se deu no Rio de Janeiro, quando o século XIX mal havia despontado. E seu herói era um viajante estrangeiro, através de cujo relato ela chegou até os nossos tempos¹.

A outra é recentíssima. Tinha acabado de acontecer quando foi registrada por uma das testemunhas atônitas. E sua narrativa pode ser encontrada na carta que Paulino, um garoto de doze anos de idade, aluno de uma Escola Municipal na Saúde, escreveu ao Governador, preocupado com a violência urbana².

Este contraste de épocas não parece irrelevante quando se leva em conta um dos lugares-comuns que se cristalizam a partir da leitura do material das crianças. Nele encontramos, a cada tanto, a imagem de um passado menos turbulento. Os infortúnios do oficial prussiano, porém, sugerem uma versão bem menos otimista. A tranqüilidade ancestral assume antes contornos míticos, quando se consultam outros depoimentos sobre o Rio de Janeiro de D. João VI.

O português Luís Joaquim da Silva Marrocos, escrevendo à sua família em Lisboa, entre 1811 e 1821, descreve um quadro bem pouco idílico da pacata metrópole, cuja população ainda não tinha ultrapassado a escala de uma pequena cidade provinciana. “Nesta cidade e seus subúrbios” — conta — “temos sido muito insultados de ladrões, acometendo estes e roubando sem vergonha, e logo ao princípio da noite; de sorte que têm horrorizado as muitas bárbaras mortes que têm feito; em 5 dias contaram-se, em pequeno circuito, 22 assassinios, e em uma noite mesmo defronte da minha porta fez um ladrão duas mortes e feriu um terceiro gravemente”³.

As cartas escritas pelas crianças, em 1983, causam um impacto semelhante àquele que devem ter sofrido os familiares de Marrocos ao lerem seu relato. Os desenhos só tendem a corroborar esta impressão assustadora. Quem não conhece o Rio, lendo as cartas e olhando os desenhos, provavelmente desiste de visitar a Cidade Maravilhosa, pois esta haveria de parecer-lhe mais perigosa do que maravilhosa.

A violência assume, antes de tudo, um caráter de experiência cotidiana. Como vítima ou testemunha, ou através dos meios de comunicação⁴, transformando em *voyeur*, o habitante da metrópole convive com ela no seu dia-a-dia. Ouve casos e conta casos, vividos, presenciados ou referidos por outros. Comenta o que lhe vem através da imprensa. Se espanta, se indigna e se apavora. É público e co-autor do discurso sobre a violência, ao mesmo tempo. Fala dela com a mesma familiaridade com que discute o custo de vida, o preço das passagens de ônibus e o resultado do futebol.

E tem medo. Sabe que a violência existe. Acredita nela. Pode até desenvolver teorias a respeito de suas causas, mas dificilmente se acostuma com ela. Assusta-se sempre que se vê atingido pelos seus súbitos aparecimentos. Por isto, a visão da violência é a de uma fatalidade iminente, mas que ataca de surpresa. Assusta porque é visível e porque pode-se apresentar a qualquer instante: “... nos assusta, já que a vemos a todo momento”⁵.

O clima de medo, no entanto, tem a ver, em grande parte, com a quantidade de espaço e o tom emocional que os meios de comunicação de massa dedicam ao tema, como as crianças percebem com toda a clareza: "Eu acho que o principal disto tudo são os jornais que fazem muito alarme."⁶ E sem o respaldo da legitimidade que dá força a esta mesma opinião quando vem de cientistas sociais, igualmente preocupados com o assunto, embora se expressem com muito mais cuidado⁷.

A maioria das crianças aceita e reproduz esta versão alarmista a respeito da insegurança que cerca o morador da cidade grande. Ao mesmo tempo, revela uma percepção bastante diferenciada dos avatares da violência urbana. Desenvolve verdadeiros ensaios de classificação. Distingue categorias, como "violência corporal" e "violência espiritual" (ou "mental"). À violência "concreta" ("das armas", ou da força física) opõe a "violência das palavras". É capaz de identificar as formas sutis de que ela se reveste, como os "preços altos" ("que atingem o consumidor"), o "abandono do menor", "as portas fechadas" aos ex-presidiários (ou aos desempregados).

O inventário exaustivo das formas concretas, às quais se referem aos ensaios tipológicos, aponta o assalto como o lugar-comum do cotidiano violento: "... assaltos constantes nas ruas, nas casas, à tarde, à noite, de madrugada, quase sempre."⁸ É o recordista entre os demais crimes⁹, onde se destacam ainda os furtos, raptos, brigas (às vezes, homicídios), o linchamento, os tóxicos e o contrabando. Um lugar especial cabe, nessa lista, à "violência sexual". Não só pelas muitas referências que lhe são feitas, mas, sobretudo, porque é considerada uma forma particularmente contundente de agressão¹⁰.

Os estupros combinam a "violência corporal" e "espiritual", pois são capazes de "traumatizar" as pessoas. Além da integridade física, afetam a pessoa na sua dignidade moral. Machucam o corpo e a alma. É um "crime imperdoável", pois deteriora a identidade social da própria vítima que, além de sofrer no corpo, se vê forçada a conviver com o estigma da honra perdida. Carrega a vergonha de uma condição moral maculada e os efeitos que possam advir desta para a integridade do eu, quer dizer para a condição psicológica do indivíduo¹¹.

Embora diferente quanto à natureza, o trânsito se destaca igualmente como forma de violência muito presente em nossa cidade. As crianças têm de enfrentá-lo no trajeto para a escola. Por isto, são particularmente atentas quando se trata de denunciar o que, para muitos adultos, não passa de uma fatalidade incorporada ao quotidiana-

no, que como tal perdeu o caráter alarmante. Assinalam os acidentes, atropelamentos ou ainda a agressividade que marca o comportamento dos motoristas. Estes não só correm demais, como não respeitam as regras capazes de garantir um relativo grau de segurança aos pedestres. E os escolares são pedestres por excelência. Aprendem a se locomover dentro do trânsito e a se defender dos seus perigos. Tanto em casa, como na escola, ouvem constantes preleções sobre o procedimento correto para atravessar uma rua ou tomar uma condução.

Por causa disto, ficam perplexas ao constatarem a distância entre o que aprendem e a prática que podem observar todos os dias. Sabem que as calçadas são o caminho reservado aos que se deslocam a pé, mas a cada passo são obrigadas a se desviarem dos automóveis que insistem em usá-las como se fossem estacionamentos naturais.

Aprendem a utilizar as faixas de segurança, nos cruzamentos sinalizados, mas percebem também que é preciso desconfiar, pois nem sempre os carros acatam essa convenção. Para elas, este tipo de infração é particularmente aflitivo, porque têm muito menos condições de exigir que a regra seja respeitada. Não é à toa que pedem, com insistência, mais guardas de trânsito, passarelas e sinais.

Sentem-se inseguras. À mercê de motoristas que, além de não assumirem qualquer responsabilidade quanto ao bem-estar de seus passageiros, são, em muitos casos, grosseiros e mal-humorados. Registram as encarnações sutis da violência no trânsito, e não apenas os eventos espetaculares que costumam se enquadrar na categoria dos "acidentes"¹².

Assaltos, estupros e agressões no trânsito acontecem na cidade inteira. Isto não impede, no entanto, que a representação da violência se dedique a desenvolver uma verdadeira geografia dos lugares perigosos. A partir dela, se pode definir uma espécie de eixo estereotípico que compreende o Centro, a Zona Norte e a Baixada Fluminense¹³: "No Rio, há lugares perigosíssimos como a Baixada Fluminense que foi considerada em todo o mundo como a mais violenta e a mais aterrorizante e foi até chamada de Cidade do Crime."¹⁴

Esta geografia não é de modo algum ingênua. Implica o reconhecimento de um conjunto de fatores condicionantes da violência que são sociais ou espaciais, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Assim, são considerados lugares atual ou potencialmente violentos todos aqueles onde vive gente pobre. Perigosas são as favelas¹⁵, os cortiços ("cabeças-de-porco"), os conjuntos habitacionais, ou mesmo os subúrbios (as áreas periféricas da cidade).

Esses lugares são duplamente perigosos, pois lá se encontram, além das piores condições de saneamento, os contextos sociais mais problemáticos. O estigma que pesa sobre os moradores destas áreas deriva, ao mesmo tempo, da poluição, da pobreza e da marginalidade. As favelas são insalubres, miseráveis e abrigam pessoas consideradas perigosas.

As crianças usam repetidamente as expressões "lugar esquecido", "lugar abandonado" ou "marginalizado", quando se referem a este tipo de meio urbano, embora não se mantenham passivas diante desta visão. Muitas delas vivem em lugares assim e sabem que a constelação da sujeira, miséria e violência é inaceitável, por mais que possa parecer lógica. Ser pobre não significa necessariamente ser sujo: "... olhe para o problema das favelas, porque não quer dizer que somos pobres que podemos viver na imundície." Nem significa ser bandido: "Em vez dos policiais tomarem conta da favela, os ladrões é que tomam conta."¹⁶ Os pobres, mais do que agentes da poluição e da violência, são as suas vítimas mais imediatas.

Como nos mapas das cosmografias antigas ou nas representações cosmológicas dos povos primitivos, também as crianças concebem o mundo da violência urbana, com seus territórios, caminhos, continentes e recantos a partir de um centro que são elas mesmas, que é o seu lugar dentro da cidade. São humanamente egocêntricas e etnocêntricas¹⁷. Têm informações muito precisas sobre os pontos mais perigosos do lugar onde vivem. Meninos e meninas de Santa Teresa apontam a Escada Guilherme Marconi, o Largo do Guimarães, o Curvelo, a Rua Bento Lisboa, os Arcos da Lapa, os bairros de Flamengo, Botafogo, Copacabana e Leblon, além da indefectível Baixada Fluminense, como lugares perigosos da cidade.

A enumeração não deixa margem a dúvidas. Quanto mais próximo o lugar, mais precisa a informação sobre a sua topografia problemática. Na medida em que se progride na direção da periferia do mapa, há uma tendência à generalização. As distinções se perdem por completo quando se atribui à Baixada, como um todo, o caráter de reduto da violência: "... um dos lugares mais perigosos do país."¹⁸

Há muitas coisas mais que se podem extrair dessa lista de lugares violentos. A distância social reforça e consolida o estereótipo. Quanto mais longe, menos distinto é o outro. Por isto, do mesmo modo que a poluição, também a violência tende a ser-lhe atribuída¹⁹.

Este outro pode ser tanto aquele que vem dos confins do espaço geográfico da cidade, como aquele que se encontra nos confins do seu universo social. Em muitos casos, a distância física e a distância social se recobrem. De certa forma, isto é o que se espera. Parece natural. Do mesmo jeito que parece natural considerar próximos (semelhantes) aqueles que partilham o mesmo espaço.

Em outros casos, sempre desconcertantes, o próximo está longe. Move-se no mesmo espaço, vive no mesmo lugar, mas, assim mesmo, é um estranho. Está perto porque podemos vê-lo. Passamos por ele na rua: "Eu na rua já vi muitas vezes o ladrão que me assaltou."²⁰

Ao mesmo tempo, está a milhas de distância na estrutura social. Ou circula nos limites do universo moral. Pertence às suas fronteiras externas. Por isto, a proximidade com ele é causa de escândalo. Desafia a "ordem natural das coisas", com relação à qual se define como anomalia. Como tal, sua simples presença serve para reforçar os contornos da ordem e manter aceso o zelo pela pureza das classificações²¹.

Existem pessoas que põem em risco esta pureza pelo simples fato de existirem dentro de determinados espaços. Ninguém parece admitir, muito menos gostar, de vizinhos favelados, prostitutas, travestis, maconheiros e assaltantes, em particular quando se vê obrigado a dividir com estes "indesejáveis" os lugares do seu dia-a-dia²². "Onde eu moro, existem maconheiros e eles ficam logo na praça, lugar mais bonito do nosso bairro."²³

A distância na estrutura social vai de par com a estranheza moral. A contigüidade no espaço surge, nessas circunstâncias, como uma aberração. É percebida como uma agramaticalidade, que sugere o perigo da contaminação, limitando as possibilidades de apropriação dos espaços urbanos.

A consciência das restrições que resultam desta proximidade ameaçadora é formulada por uma menina que mora no Leblon, nos arredores da Cruzada São Sebastião — "a favela da Cruzada". Uma vizinha, cujo caráter problemático se acentua ainda mais, quando se leva em conta que, na mesma rua, existem duas delegacias e uma igreja²⁴.

Mas nem isto parece ser o suficiente para conter as ondas de violência das quais se considera que a "Cruzada" seja o foco de irradiação.

Assim, é como se existissem lugares onde a violência está em casa. Lugares onde parece não só previsível, mas até compreensível. Não surpreende, embora não se justifique. Está dentro dos seus limites. É

atribuída ao outro, localizada e exorcizada nele. Lugares violentos, pessoas violentas²⁶.

No pólo oposto, encontram-se pessoas e lugares que, por natureza e definição, excluem a própria idéia da violência. São incompatíveis com ela. Estão cercados de uma aura de respeito que deve torná-los imunes. Pessoas sagradas, lugares sagrados. Atos de agressão cometidos nestes lugares e contra estas pessoas caracterizam o paroxismo da violência sem limites. Desencadeiam sentimentos de indignação e revolta. Repugnam à consciência moral que os registra de forma enfática e com perplexidade. Quem haveria de esperar uma agressão dirigida contra velhos e crianças? Como admitir que nem as igrejas e escolas gozem de segurança?²⁶

O que dizer do assalto praticado num parque infantil? Como se pode viver quando não se está ao abrigo dos roubos e das agressões dentro da própria casa?

Os lares, as escolas, as igrejas e os parques infantis são mundos sob controle. Supostamente invioláveis. Cada um deles abriga grupos e atividades aos quais se confere um valor especial. São lugares estratégicos para a reprodução dos laços sociais, verdadeiras fábricas da ordem. Ali, devem reinar a harmonia, a integridade, a pureza e o respeito. As emoções e os exemplos sadios. A solidariedade e o sentido de communitas²⁷. Qualquer uma destas coisas exclui a sujeira tanto como a agressão.

A rua, em contrapartida, sempre pode ser perigosa. Porque não é muito previsível. Afirma-se, ao contrário, como o universo do inesperado. E este surge, às vezes, sob formas agressivas: "Nós não temos segurança mais nem dentro de nossa casa, ao sairmos para fora não sabemos se voltamos vivos ou não."²⁸

Se a casa, que a Constituição define como "abrigo inviolável do indivíduo", não lhe proporciona segurança, sair para o mundo da rua vira mesmo uma questão de vida ou morte. Por isto, é vista como reduto privilegiado do desastre, dos infortúnios, das aventuras e da violência.

Perigosas são, sobretudo, as ruas onde transita muita gente, ou as ruas desertas, em particular quando são mal iluminadas e correm ao longo de grandes extensões de morros ou faixas desabitadas. Perigosas são também as passarelas e passagens, os viadutos e os becos²⁹.

Em todos estes casos, a segurança parece ser uma questão de visibilidade. Física ou social. Existem coisas que não se podem ver

porque não há iluminação pública. Ou porque acontecem nos baldios cobertos pelo matagal. Nos espaços indevassáveis. Mas há outras coisas que não são vistas porque não há olhos. Como no caso dos logradouros desertos. Ou os olhos não vêem porque não podem, ou não há olhos para ver.

Um terceiro caso é o dos olhos que podem ver, mas não querem. Onde há muita gente, e onde esta muita gente simplesmente está de passagem, há muitos olhos e muita coisa para se ver. E, no entanto, há também um sem-número de coisas que passam pelos olhos das pessoas e não são vistas. Como na história do assalto presenciado pelas pessoas que estavam no ponto de ônibus quando um senhor foi roubado e esmurrado.

Olhos somente não bastam. É preciso que cada par deles esteja disposto a assumir um compromisso com o que vê. Que não sejam indiferentes ao que se passa diante de seus narizes. Sem isso não há segurança na rua, só estranhos³⁰.

E dos estranhos nunca se sabe o que esperar, pois são percebidos como atuais ou potenciais portadores de patologias, tanto do corpo, como do comportamento.

Alguém que, levado pela fome, pela necessidade e pelo desespero, ataca o seu próximo para lhe tomar dinheiro, executa um ato de violência. Este procedimento, no entanto, é, por sua vez, produto de uma violência anterior — a da miséria, a do desemprego, a do desamparo.

Quando os atos de violência partem de pessoas carentes parecem mais compreensíveis. Faz sentido imaginar que gente faminta e sem perspectivas de obter regularmente o alimento de que necessita para garantir a sobrevivência de sua família venha a cometer furtos, roubos ou, até mesmo, assaltos. Nada disto é considerado legítimo. E, no entanto, manifesta-se uma certa complacência com relação a estes transgressores, pois seus motivos são muito fortes. Respondem a uma situação-limite com recursos igualmente extremos³¹. A violência dos necessitados é fruto de uma conjuntura cuja responsabilidade ultrapassa os indivíduos e deve ser imputada a um estado atual da sociedade.

"Não é só pobre que é ladrão, não, existem filhos-de-papai-e-mamãe (ricos) que roubam para se divertir", adverte José Carlos (12 anos), abrindo um novo caminho para reflexões sobre as causas da violência urbana. Em oposição ao desespero dos necessitados está a

frivolidade daqueles que não teriam motivos para transgredir as normas sociais, já que nada lhes falta nos termos de uma sobrevivência digna e folgada³².

Estes fazem parte de uma categoria de gente que comete crimes por "vício", "prazer", "canalhice" ou "maldade". São violentos e perversos. Seus delitos nada têm a ver com a sobrevivência cotidiana. Não podem ser compreendidos em função da crise econômica, do desemprego ou da miséria. Sua coerência é antes de natureza moral. Praticam a violência desnecessária e irracional que não recua diante de velhos ou crianças, igrejas e escolas. Para eles, a violência é um modo de viver, não um meio para sobreviver. Traficantes, contrabandistas, estupradores se enquadram nesta categoria, com muitos outros indivíduos socialmente desajustados, como os pivetes e os toxicômanos.

O que acontece com eles é percebido como fruto de um desequilíbrio estrutural, que pode ser atribuído a muitos fatores diferentes. Entre eles, as "más companhias", as falhas na educação, uma vida familiar cheia de problemas ou os traumas de uma infância abandonada.

As crianças procuram explicar a violência buscando os caminhos de sua gênese. Neste esforço, distinguem a *necessidade* e a *revolta* como matrizes do comportamento desviante. Há os que cometem delitos porque sua condição de desamparo, quanto aos requisitos mais básicos da sobrevivência, os leva a isto³³. Do outro lado, estão os *revoltados*, cujos motivos não são as panelas vazias, a falta de cobertor, a conta de luz vencida ou a ação de despejo.

São impulsionados pela carência dos bons ensinamentos e exemplos, que não tiveram, pela escola que não puderam frequentar, pelas relações familiares deterioradas que os fizeram sofrer. Daí, o prazer da transgressão. O crime cometido por divertimento. A agressão sexual, para "satisfazer os seus desejos". Desafiam a ordem social, vingando-se dela: "mas, tem pessoas que fazem isto por vingança, por revolta"³⁴.

Em síntese, não há violência que não seja produto de uma violência anterior. A desordem é sempre filha de si mesma, ou de uma ordem pervertida, o que vem dar no mesmo. Ela é causa e efeito ao mesmo tempo. O denominador comum da *necessidade* e da *revolta* é sempre conseqüência do funcionamento deficiente de algum dos muitos planos e suportes da organização social³⁵.

A família, a escola, os grupos de amigos, o trabalho ou o ambiente urbano podem falhar na tarefa de prover o indivíduo com sólidas bases materiais e princípios morais consistentes.

O desempenho, o abandono de menores, a rejeição do ex-presidiário e o desconforto de determinados meios urbanos ("... a violência é mais predominante nas favelas e nos morros onde moram as pessoas que são revoltadas...")³⁶ são fatores que as crianças apontam lado a lado com o "descaso" (pelas pessoas e pela natureza), com a desumanidade e com a falta de solidariedade, como sendo críticos para a compreensão da violência urbana.

No final das contas, a visão das crianças permite dizer que a fronteira entre a necessidade e a revolta é relativa. Não há desamparo material sem repercussões sobre o estado emocional e moral da pessoa. O desemprego implica muito mais do que um estômago vazio. Significa uma ruptura da normalidade cotidiana da existência³⁷. Analogamente, não há desconforto moral que não tenha implicações para a ordem concreta das coisas. Para a segurança do morador na rua, no bairro ou na cidade.

A categoria *segurança* assume, nas cartas, um duplo sentido. Refere-se, em primeiro lugar, ao estado de resguardo efetivo diante da violência. Neste sentido, designa a ordem. Ter segurança significa estar a salvo dos atos de violência. Não se sentir ameaçado por assaltantes, tarados, motoristas agressivos, fome, miséria ou poluição.

No outro sentido, *segurança* designa as forças legítimas de vigilância e repressão de todos os eventuais fatores ou agentes da violência. Neste caso, porém, surge um paradoxo. Enquanto dispositivo de controle, a *segurança* não deixa de ser problemática, pois, entre as diversas formas de agressões às quais o cidadão se vê exposto, aparecem insistentes referências à "violência policial".

Cada vez que se fala dela, o tom é de indignação: "Certa vez eu vi policiais agredindo um indivíduo na rua e depois jogá-lo no camburão como se fosse um animal", conta, acrescentando que "mesmo os ladrões e viciados devem ser tratados como seres humanos"³⁸. Indignação que resulta de uma anomalia classificatória — a síndrome do policial bandido³⁹, o único da tribo dos violentos que não tem perdão.

A ação policial desperta uma forte ambivalência nas crianças. Sobre ela pairam todo o tipo de suspeitas. "Corrupção" ("...policiais corruptos que invadem casas e fuzilam os moradores"), "omissão" ("os policiais não fazem nada para nos proteger"), "incompetência" ("a polícia quase sempre chega atrasada"), ou, até mesmo, a acusação aberta de "violência" ("e até mesmo a polícia comete violência contra a população")⁴⁰.

Em contrapartida, quase não há carta que não peça policiamento, pois, na verdade, todos parecem acreditar na estrutura que lhe confere o papel de guardião principal da ordem. Segurança é sinônimo de proteção policial. Querem uma “polícia mais ágil, mais equipada e mais honesta”⁴¹, mas querem polícia nas ruas. De preferência, em cada esquina e vinte e quatro horas por dia. Paradoxos da segurança.

NOTAS:

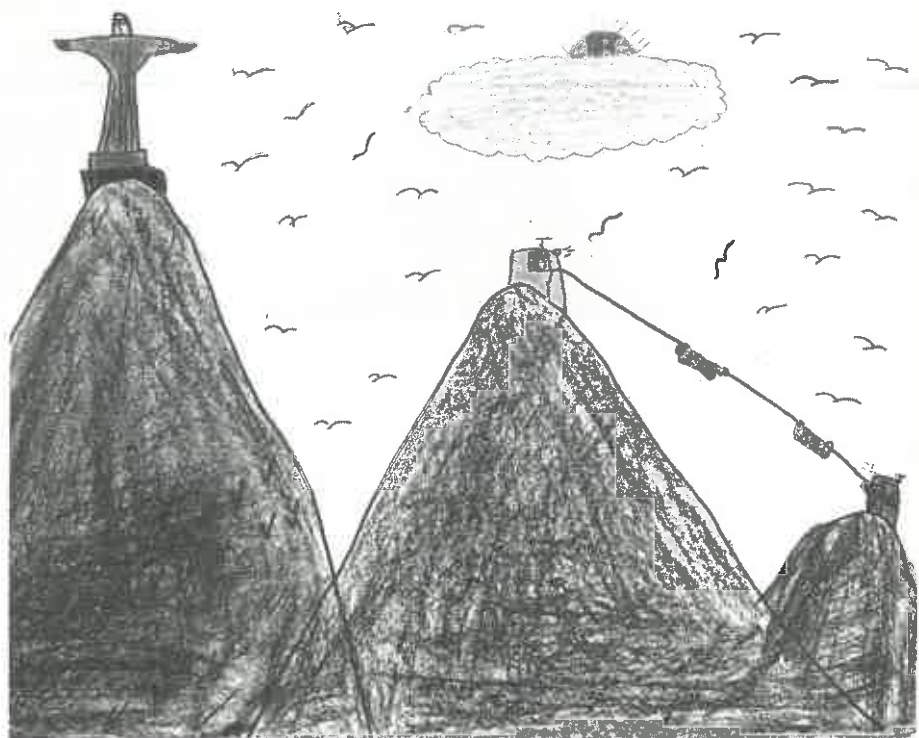
1. O autor é o oficial prussiano von Leithold que conta suas impressões e desventuras cariocas aos seus patrícios, de parceria com um sobrinho e companheiro de farda (cf. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, 1966:91-93).
2. Paulino, 12 anos, EM Darcy Vargas, 7ª série.
3. A citação está em *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro 1808-1821*, Nizza da Silva, 1978:107.
4. “No nosso país, nas televisões, nas rádios e nos jornais nós só lemos e escutamos — ‘Morto ontem à noite menor com 18 facadas’, ‘Preso cantor português porque os policiais pensavam que era traficante.’” (Vanda, 12 anos, EM Gonzaga da Gama Filho, 7ª série).
5. Márcia, 13 anos, EM Gonzaga da Gama Filho, 7ª série.
6. Márcia, 13 anos, EM Gonzaga da Gama Filho, 7ª série.
7. “... sem menosprezar o problema da criminalidade, o mínimo que se pode dizer é que a ênfase atribuída ao tema pelos meios de comunicação tem servido, de certa forma, para focalizar a questão de maneira parcial e deformada...” — conforme palavras de Lúcio Kowarik e Clara Aut (in Boschi, org. 1982).
8. Vania, 13 anos, EM Rodrigo Otávio, 7ª série.
9. “O assalto, por exemplo, é o tipo de violência mais adotado” (Cristiane, 10 anos, EM Roma, 7ª série).
10. “Existem várias formas de violência, mas a pior delas é o estupro, um homem qualquer que seja de tirar a honra de uma moça” (Márcia, 13 anos, EM Roma, 7ª série).
11. A propósito: “sobre uma categoria do Espírito Humano: A noção de pessoa e a noção do eu” (Maus, 1971).
12. Bem ao contrário do que pensam certas análises da violência urbana (cf. Kowarick & Aut, 1982:44/5).
13. “Na minha opinião, um dos lugares mais perigosos e com mais freqüência dessas violências são: a Central, a Praça XV, a Cinelândia” (Célia, 15 anos, EM México, 7ª série).
14. Jorge, 14 anos, EM Santa Catarina, 7ª série.
15. Linha 416 Usina—Forte: A Viagem do Medo na Rota da Favela. O que pode parecer um título de romance policial urbano é, na verdade, um resumo do dia-dia de centenas de passageiros habituais do 416, da CTC. Duas vezes por dia, em média, os coletivos são saqueados; senhoras são atacadas e ficam sem jóias e bolsas; e cobradores ficam sem o dinheiro da caixa. Com revólveres ou na mão grande (roubo por intimidação, sem uso de armas), menores e adultos têm facilidade de fugir — pelas portas em mau estado, rumo aos vários morros e favelas no itinerário da linha (*Jornal do Brasil*, 28/agosto/1983).
16. Robson Luiz, 16 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série.
17. “Os seres humanos, individualmente ou em grupo, tendem a perceber o mundo com o *self*, como o centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais” (Yi-fu Tuan, 1980:34).
18. Egnaldo, 13 anos, EM Clotilde Guimarães, 6ª série.
19. “Nós, moradores de Paquetá, queremos dizer que temos pouca segurança, porque os ladrões vêm para a ilha do Rio” (Júlio, 11 anos, EM Pedro Bruno, 6ª série).
20. Carmem Lúcia, 10 anos, EM Francisco Jobim, 6ª série.
21. “Resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (Douglas, 1976, 50-51).
22. “Eu também gostaria que o senhor tirasse dos becos os travestis e as prostitutas que também estão dando ou sempre deram para assaltar as pessoas que inocentemente vêm dos seus trabalhos” (Aparecida, 14 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 6ª série).
23. Ana Cristina, 14 anos, EM Eurico Dutra, 7ª série.
24. “Isso tudo é perto do meu edifício e esse é em frente de uma praça onde crianças e jovens não podem freqüentar (Paula, 12 anos, CE Anísio Teixeira, 7ª série).
25. “Outro lugar bastante perigoso é a Praça Serzedelo Correia com seus bicheiros, pivetes, mendigos e sem nenhum policiamento” (Fabiano, 12 anos, EM Roma, 7ª série).
26. “Uma coisa que ninguém esperava era o roubo que houve na igreja e também o roubo na escola” (Evelize, 15 anos, EM Pedro Bruno, 6ª série).
27. Turner, 1974.
28. Shirley, 12 anos, EM Clotilde Guimarães, 6ª série.
29. “Há também lugares perigosos em Botafogo, como a Rua General Polidoro, que além de ser vazia por causa do cemitério, falta de iluminação, e isso faz com que seja mais facilitado o trabalho dos assaltantes” (Magda, 17 anos, México, 7ª série).
30. “Cada par de olhos adicional (e cada acréscimo no seu alcance) beneficia as áreas monótonas e cinzentas. Porém, se não houver olhos lá e se as mentes por detrás desse olhos não tiverem a quase inconsciente confiança em um apoio geral da rua para conservar a civilidade, as luzes serão insuficientes” (Jacobs, 1961:52).
31. ... “eu não culpo os que roubam pois não têm comida nas casas, culpo sim, os que roubam por prazer, os que matam. Esses sim deviam ser condenados à morte” (João Luís, 14 anos, EM Eurico Dutra, 8ª série).
32. EM Clotilde Guimarães, 6ª série.
33. “Eles assaltam não por divertimento mas por necessidade de comer” (Marcelo, 13 anos, CE Anísio Teixeira, 7ª série).
34. Heliolga, 15 anos, EM Rodrigo Otávio, 7ª série.
35. “A solução (...) é que os senhores arrumem um jeito de acabar com os problemas do Rio de Janeiro, pois são estes problemas que se juntam na cabeça da pessoa que fica a ponto de explodir, e assim se forma a violência” (Alcino, 12 anos, EM Darcy Vargas, 7ª série).
36. Mauro, 14 anos, EM Gonzaga da Gama Filho, 7ª série.
37. “O desemprego é uma ruptura que vai muito além dos seus aspectos econômicos. É todo um plano essencial da sociabilidade que se esboroa — o exílio do território familiar da fábrica ou do escritório — isto causa feridas profundas.” Claval, s/d: 461.
38. Carlos Francisco, 15 anos, EM Darcy Vargas, 7ª série.
39. “Pois o funcionário que abusa do poder é tão ilegítimo como um usurpador, um pesadelo, um parafuso solto, um peso morto no sistema social.” Douglas, 1976:131.

40. Joelnir, 13 anos, EM Paraíba, 7ª série. "Não é matando os bandidos que eles vão melhorar, porque matar não é crime? Como é que tem policiais que matam os bandidos!!!" Márcia, 11 anos, EM Paraíba, 7ª série.
41. Cristiam, 13 anos, EM Paraíba, 7ª série.



PARTE IV

Céu e Inferno



VI

Cartão-postal: venha conhecer uma Cidade Maravilhosa

Quando se deseja saber como as crianças vêem o Rio de Janeiro, a questão que se coloca é a da imagem da cidade. Os temas que trataram da violência e da poluição projetaram um quadro negativo neste sentido. Era preciso um contraponto. Daí, surgiu a idéia do cartão-postal.

Queríamos saber como apresentariam o lugar em que vivem às pessoas que não vivem neste lugar. Por isto, resolvemos propor-lhes que escrevessem ou desenhassem um cartão-postal da sua cidade ou do seu bairro, caso preferissem esta alternativa.

O cartão deveria ser endereçado a parentes, amigos ou conhecidos distantes. Seu intuito seria o de convidar estas pessoas a passarem algum tempo no Rio. Deveriam convencê-las de que a viagem valia a

pena. Este era, em linhas gerais, o contexto dentro do qual foram produzidas as imagens e os discursos. Por isso, é preciso compreendê-los em relação com a proposta tal como formulada pela pesquisa¹.

Em primeiro lugar, trata-se de saber o que significava para as crianças a própria idéia de cartão-postal. Há muitos textos que se ocupam disso. Alguns chegam mesmo a esboçar uma pequena teoria dos postais, explicando como deviam ser as imagens retratadas neles.

Em certos casos, os autores são radicais. Excessivamente seletivos, nada lhes parece suficientemente bom para figurar numa vista da sua cidade. Então, acabam desistindo e confessam desanimados: "Queria te mandar um cartão-postal, mas as vistas são horrorosas. Eu gostaria que tirassem fotografias bonitas, com a cidade limpa, lago sem poluição, tudo bonito. Por isso lhe mando uma simples cartinha, sem cartão-postal."²

Entre seletivos e complacentes, no entanto, surge, com bastante nitidez, um modelo de cartão-postal. As vistas devem ser bonitas. Cada paisagem tem que apresentar-se com um resplendor de limpeza. Os marcos naturais não podem faltar — mar, céu, árvores, montanhas e praias. Alguns fazem questão até das estrelas.

Uma cidade, porém, é algo mais do que o seu quadro natural, por mais favorecido e grandioso que este possa apresentar-se. Ela é um artefato construído pelos homens e está cheia de criações notáveis do engenho humano. Quem pensa em uma metrópole é levado de modo "natural" a evocar as maravilhas da modernidade que se encontram e concentram aí. Maravilhas da natureza e conquistas do progresso são temas prediletos do cartão-postal. Mas é como se isso não bastasse. As pessoas esperam ver nos postais não somente registros de uma atualidade impressionante e sedutora, mas, também, testemunhas capazes de evocar a lembrança de outros tempos: "E, como eu digo, devia ser um pouquinho antigo, as paisagens, o Pão de Açúcar, bondinho de Santa Teresa e Campo de Santana."³

Os dicionários definem o postal. É um "pequeno cartão retangular e selado para correspondência pelo correio sobre assuntos que não requerem segredo"⁴. Essa fórmula é pobre em comparação com o que dizem as crianças. Quando estas propõem paisagens, marcos e monumentos, coisas antigas — tudo limpo e bonito —, mostram uma compreensão perfeita da natureza do postal. Elas sabem que ele serve, não só como veículo de mensagens "que não requerem segredo", mas, também, como um discurso sedutor. Como tal, deve contar o que todos

podem (e devem) saber, e encantar, mostrando o que todos deveriam ver com seus próprios olhos. Por isso, combina a letra (as palavras) e a figura (as imagens). Transmite a boa notícia e a visão deslumbrante ou pitoresca. É positivo. Mostra sempre o melhor lado das coisas ou o seu lado mais pitoresco⁵.

Para seduzir, há toda uma retórica peculiar nos cartões-postais. O estilo é marcado por expressões que destacam o extraordinário ("você vai conhecer coisas que na sua cidade não tem") e o encantador: "venha conhecer o meu mundo maravilhoso, ele tem coisas muito bonitas, muito lindas como o bondinho do Pão de Açúcar, como os aviões e os lindos carros e como a linda natureza"⁶.

Esta retórica apregoa belezas, novidades e movimento. Gasta e repete superlativos. A cidade é "fascinante", "importante" e "movimentada", qualidades que vêm sempre acompanhadas dos mais diversos advérbios de grandeza e intensidade. O que existe nela é "lindo", "encantador", "agradável". O ambiente é "muito alegre". Ela é "divertida", "comunicativa" e "muito bonita". Cheia de "coisas famosas". "Nossas maravilhas que são tão faladas no mundo todo." Em suma: o Rio de Janeiro "é o maior barato".

Para não faltar com a verdade, entretanto, precisamos desdizer em parte uma afirmativa feita anteriormente. Nem todos os cartões-postais mostram apenas os aspectos favoráveis de nossa cidade. Também as crianças sabem, perfeitamente, que o Rio não é feito só de maravilhas⁷. Há muitos defeitos também. Coisas que funcionam mal. Lados menos encantadores que os cartões não se esquivam de mencionar.

Quando resolvem destacar algum aspecto negativo, no entanto, o procedimento é curioso. Apresentam o defeito, mas lembram as virtudes. Diante delas, o traço desfavorável fica minimizado; em alguns casos, tem-se até a impressão de que serve apenas para ressaltar, ainda mais, as qualidades positivas.

Certos postais falam do que é feio ou ruim ou mal organizado apenas para observar, em seguida, que estes problemas existem em toda parte⁸. É verdade que o Rio está poluído e cheio de perigos, mas qual é a cidade grande que não tem este tipo de problema? Uma metrópole enfrenta algumas dificuldades que são inerentes à sua condição de metrópole. E nem por isto se torna menos atraente: "Você tem reparado como a nossa cidade cresceu? Apesar dos problemas de assaltos, poluição, ela continua linda."⁹

Uma visão bem menos otimista, como a de Rosane (12 anos)¹⁰, pode inverter tudo, transformando a cidade numa espécie de capital da violência: "Todas as cidades tem violência, mas a minha é demais. (...) Aqui tem muita violência e muita morte. Eu até tenho medo de viver aqui."

Será que estamos diante da mesma cidade? Sim e não. Se considerarmos que Rosane e Andréia vivem no Rio de Janeiro, a resposta é afirmativa. Mas, se levarmos em conta que Rosane mora na Cidade de Deus, então não se trata da mesma coisa. São duas experiências urbanas diferentes. E dois níveis de generalidade. Do Rio, como um todo, se pode dizer que, apesar de violento, continua lindo. Da Cidade de Deus dificilmente se poderá afirmar o mesmo.

De certa forma, estes contrastes tornam a cidade interessante. Os perigos, especialmente quando vistos a distância, podem transformar-se em simples promessas de aventuras. Ocasões e tempo para alguma narrativa emocionante, eles viram uma espécie de condimento forte da experiência urbana. Nestas circunstâncias, vale a pena conhecer o Rio não só apesar deles, mas até por causa deles.

Em alguns momentos, chegamos mesmo a pensar que, por detrás das listas de defeitos, escondia-se, mal disfarçada, a vontade de se vangloriar com uma vida cheia de surpresas, imprevistos e riscos, como só na cidade grande pode ser encontrada: "Você pode conhecer muitas e muitas coisas que você não conhece, porque na sua cidade não tem", escreve Marcelo (8 anos)¹¹. Esta é uma característica marcante dos cartões-postais. As crianças fazem inventários do que a cidade tem. Com isso, criam uma oposição entre o centro urbano e o que chamam de "mato", destacando os marcos e as paisagens extraordinários, as atrações e os programas, em torno dos quais gira o movimento. Por isto, a cidade é divertida e o mato, não¹².

Paisagens, marcos, programas e visitas obrigatórias ("você não pode deixar de conhecer") fazem parte dos ritos da hospitalidade. Apresentam o visitante ao lugar que, durante alguns dias, será a sua casa. Quem recebe um hóspede deseja fazê-lo sentir-se à vontade e, para isto, procura criar entre ele e o ambiente o maior número de laços positivos.

Um cartão-postal quer impressionar. Literalmente, transmitir impressões por meio de palavras ou figuras que possam dar um gosto ou uma idéia antecipada do que se vai conhecer. Mas, também, despertar no outro a curiosidade e o desejo. Atrair e cativar. Daí, os panoramas

deslumbrantes, os monumentos grandiosos, os espetáculos arrebatadores e as curtições especiais que a cidade proporciona e que os cartões inventariam e divulgam.

O Rio de Janeiro é muito rico em paisagens. Um sem-número delas são passeios obrigatórios. A natureza, por si só, justifica a viagem a "uma das mais belas cidades do mundo, conhecida pelo contraste das lindas praias com as verdes montanhas"¹³. E são justamente as "verdes montanhas" que dão à cidade alguns dos seus mais celebrados pontos de referência: o Corcovado, com o Cristo Redentor; o Pão de Açúcar, que guarda a entrada da baía e fascina as crianças com o seu bondinho ("de açúcar"); e a Floresta da Tijuca, onde existem grandes borboletas azuis, esquilos e recantos para descobrir nas tardes quentes do verão.

Menos selvagens, embora não menos atraentes, a Quinta da Boa Vista, que as crianças adoram "por causa dos bichos"; o Jardim Botânico, "cheio de flores, árvores e pássaros"; e a Ilha de Paquetá, onde se pode andar de bicicleta, cavalo ou charrete, "como antigamente", fazem parte da maioria dos roteiros que as crianças propõem aos seus futuros visitantes. Ao lado dessas "belezas naturais" aparecem, com frequência, os produtos mais ilustres da criação humana — grandes avenidas, praças, fontes e chafarizes, as movimentadas ruas de comércio do Centro, os exemplares da arquitetura histórica ou moderna, edifícios representativos do Poder Público, igrejas, palácios e terminais de transporte.

Esses elementos compõem um conjunto que não parece ter sofrido mudanças radicais nos últimos trinta anos. Entre os brinquedos educativos dos anos cinqüenta, havia um jogo de cartas (um quarteto) dedicado ao Rio de Janeiro. Em quarenta e oito figuras, apresentava tudo aquilo que merecia ser visto e conhecido. As imagens de então são essencialmente as mesmas que surgem nas cartas e desenhos que descrevem o Rio contemporâneo. Atualmente, este joguinho talvez incluísse a Ponte Rio—Niterói, o Aterro do Flamengo, a Avenida Chile e uma vista da Barra. Pouca coisa mais.

Uma cidade, no entanto, não é apenas um apanhado de pontos turísticos e exemplares arquitetônicos. É também, e sobretudo, o seu jeito de ser. Movimento, ritmo, espírito. Um modo próprio de levar a vida: "Para mim o Rio é um estado muito bonito, alegre, e comunicativo, o carioca alegre muito, porque o carioca é um povo brincalhão e alegre. É o carioca que faz o Rio ficar mais bonito ainda, você precisa conhecer."¹⁴

Cada cidade pode ser designada por algum atributo que sintetize seu modo de ser. A Paris se atribuem os dotes do espírito, a inteligência. Roma significa o mundo. Nova York representa a atividade, intensa e febril. Londres encarna a experiência¹⁵. O Rio de Janeiro encontra sua expressão mais adequada na comunicatividade dos seus alegres e descontraídos habitantes. É freqüente ver o Rio associado à diversão¹⁶, porque aqui “tem pessoas muito alegres e muito desenvolvidas”, como diz Sônia (9 anos)¹⁷, numa referência pitoresca ao caráter desenvolto e avançado do carioca.

Esse caráter irreverente, lúdico e sensual da cidade só pode ser apreciado plenamente quando o visitante toma parte nos grandes ritos coletivos — a praia, o samba e o futebol. São programas indispensáveis para quem deseja conhecer o Rio¹⁸.

Ninguém esteve no Rio se não curtiu um dia de sol na praia, uma tarde de clássico no “maior estádio do mundo” ou uma noitada de samba na quadra de uma grande escola, pois, nestas ocasiões, é que se evidenciam os valores do corpo e do estilo emocional que o carioca preza, admira e pratica:

“As pessoas daqui dizem que bom mesmo é morar em frente à praia, ouvir o barulho do mar indo e voltando, as ondas estourando etc.... Tenho que ir embora, hoje vai dar uma praia daquelas!”¹⁹

“Você conhece o Maracanã? Pois quando vier ao Rio, não perca um jogo do Flamengo. Você vai ver que coisa linda aquele colorido vermelho e preto das bandeiras, camisas e faixas. E o calor da galera quando o Zico faz um gol.”²⁰

“Existem coisas lindas para conhecer no carnaval, que é uma grande folia, todos brincam, se fantasiam.”²¹

Para além das atrações comuns que as grandes cidades oferecem (parques de diversões, circos, cinemas, teatros, restaurantes e centros comerciais), samba, carnaval, praia e futebol são os artifícios do encantamento com que a imagem do Rio gosta de fascinar os seus moradores e os hóspedes que recebe do mundo inteiro.

A força desta imagem é tão grande que, por todo o canto no estrangeiro, é ela que representa o próprio país. As florestas luxuriantes que descem das encostas; o ritual do corpo bronzeado na areia branca; as tardes de arrebatamento e paixão no anel do Maracanã; e as noites quando todas as cores e luzes se misturam no delírio do samba, onde se confundem o suor, a alegria, as vozes, os ritmos e os corpos de negros, mulatos e brancos, ricos e pobres, nativos e turistas — para muitos, isto é o Brasil.

Quem vive no Rio sabe disso. Aprende, incorpora e representa o papel de carioca para encantar o estrangeiro. Quem gosta de se bronzear ao sol, preguiçosamente, cair no samba, vibrar na torcida de um grande clássico do futebol e de mostrar isto tudo às visitas que recebe pode se considerar carioca e brasileiro.

O que esta imagem reúne não passa, em última instância, de um conjunto de lugares-comuns. No primeiro momento, o que as crianças diziam ou desenhavam nos pareceu simples e óbvio demais, frustrando as expectativas de inúmeros recortes inéditos da nossa paisagem urbana e, através dela, da nossa sociedade.

Com um pouco mais de atenção, no entanto, foi possível penetrar na significação desse discurso. Para além do aspecto redundante e superficial do óbvio, começou a consciência de que o lugar-comum dos cartões-postais era não só pertinente, mas que nele se escondia toda a sutileza do propósito ao qual serve.

Quando alguém escreve um cartão-postal, quer mostrar ao outro um lugar. Mais do que isso, quer estabelecer com o destinatário um laço comum. Partilhar a experiência dos olhos e da emoção. Quer dividir a alegria e a admiração que uma paisagem lhe inspira. Seduzir e conquistar.

O lugar-comum é precisamente a arma mais eficaz desse processo de sedução. Através dele, o que se projeta é uma identidade. Um postal da Torre Eiffel ou do Arco do Triunfo ou da Place de l'Etoile não peca pela originalidade. É o que se espera receber de um amigo que esteja visitando Paris. Da mesma forma, não faz mal receber de Roma uma vista do Coliseu ou da Fontana di Trevi ou de São Pedro, mesmo que todos esses lugares não nos sejam estranhos, pois fazem parte de qualquer folheto turístico ou reportagem sobre a Cidade Eterna.

Ninguém que já tenha estado em Nova York deixará de reconhecer a cidade diante de um postal tão óbvio quanto o Central Park ou a silhueta de Manhattan. A partir deles, poderá recordar não só estes lugares, mas tantas outras paisagens e características desta cidade quantas sua experiência lhe tenha proporcionado durante a viagem. Mesmo alguém que não tenha jamais visitado Londres pode “reconhecê-la” quando se encontra diante de uma vista do Big Ben ou de um cartão-postal que represente o trânsito de Picadilly Circus com os grandes ônibus vermelhos de dois andares que despertam a curiosidade divertida do turista e a ternura nostálgica do londrino que, longe da sua terra, olha para esse postal com saudade.

Cartões-postais servem, portanto, para fazer conhecer, reconhecer ou lembrar os lugares que existem em nossa experiência ou

imaginação. A força do lugar-comum consiste no seu poder evocativo. Graças a este poder se produz o efeito de encantamento e naturalização que é o segredo da arte de seduzir.

Ao desenhar e descrever o Rio de Janeiro para seus amigos ou parentes de outros estados ou cidades, as crianças se utilizam de uma retórica verbal e figurativa através da qual se constrói e qualifica uma imagem positiva, colorida e lúdica da vida urbana carioca. Cada postal é uma síntese de elementos marcantes da paisagem familiar aos seus moradores, representando não só o meio físico, com suas particularidades naturais e arquitetônicas, mas, ainda, um quadro vivo de símbolos, costumes e lembranças que é o seu patrimônio comum.

Mostrar a alguém como é o Rio significa falar do Corcovado, das praias, do mar e das montanhas, dos grandes marcos da arquitetura, da vegetação tropical, do jeito alegre e comunicativo dos cariocas que gostam de sol, samba e futebol.

Estas coisas não aparecem nos postais. São temas do cancionista popular, das conversas quotidianas, da divulgação turística e até mesmo dos jogos infantis, como o quarteto que mencionamos anteriormente²².

Algumas destas coisas têm valor de emblema. O Cristo Redentor do Corcovado é a mais importante delas. É o símbolo da cidade. Aquilo que se vê antes de tudo quando se olha para o Rio de Janeiro ou quando se pensa nele. Este caráter emblemático resulta, em primeiro lugar, da relação espacial determinada pela realidade topográfica; em segundo lugar, do caráter único que este marco referencial apresenta e, finalmente, da carga de significados que é capaz de condensar²³.

"Na minha cidade a paisagem que eu mais gosto é o Corcovado. Lá tem a estátua do Cristo e tem uma escadaria dentro dela. Do alto dá pra ver o Rio de Janeiro inteiro. É lindo."²⁴

Esta observação permite descobrir o alcance do símbolo. De qualquer ponto da cidade é possível distinguir a silhueta do Redentor. Mas ele não é só o que se pode ver a partir de qualquer ponto. É também o lugar de onde se podem ver todos os pontos do Rio.

Quem olha o Cristo de braços abertos faz uma série de associações. "Vê" a hospitalidade de que o carioca se orgulha. Sente o valor sagrado da imagem, cuja bênção parece velar pela cidade e pelos seus habitantes. Percebe a relação que existe entre a natureza, o engenho humano e a dimensão do sagrado.

Quem contempla a cidade lá de cima tem dela a mesma perspectiva do Cristo. Pode vê-la inteirinha. Abraçá-la toda com o olhar. Observar e analisar o seu espaço. Localizar e distinguir bairros e regiões. Compreender sua organização e morfologia. Para além de todas estas façanhas intelectuais, no entanto, esse ponto de vista lhe permite emocionar-se com o que vê: "Quando você chega lá, você vê a paisagem e fica deslumbrado, pois a paisagem é muito bonita. Você pode ver tudo: a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Jóquei Clube, parte da Baía de Guanabara e uma pontinha das praias."²⁵ "Quando a gente vai ao Corcovado é bonito porque a gente vê toda a cidade do Rio de Janeiro bem pequenina, mas quando a gente desce vê o tamanho da nossa cidade."²⁶

NOTAS:

1. A propósito, consultar o folheto anexado ao final do trabalho.
2. Ana Letícia, 9 anos, EM Calouste Gulbenkian, 4ª série.
3. Cristiane, 9 anos, EM Calouste Gulbenkian, 4ª série.
4. Caldas, Aulete.
5. "Substitui a carta e é mais pessoal do que um telegrama ou um telefonema como notícia ou informação ou como comunicação ou expressão afetiva. É turístico pelo que propaga, através de vistas por vezes brilhantemente coloridas de paisagens, de monumentos, de realizações novas, de figuras humanas, de artes, de trajes, de costumes, característicos de um país, de uma região ou de uma cidade" (Freire, 1978:146).
6. Alessandra, 9 anos, EM Cel. Berthier, 3ª série.
7. "Nesta cidade maravilhosa, é claro que não é tão maravilhosa assim; como toda cidade, tem seus defeitos pequenos e grandes." Constance, 10 anos, EM Roma, 4ª série.
8. "... mas apesar de ser alegre e bonita tem lá seus defeitos (...), ora todos os estados e países também têm os seus defeitos." Melissa, 8 anos, EM Roma, 4ª série.
9. Andréia, 9 anos, EM Roma, 4ª série.
10. EM Alphonsus de Guimaraens, 4ª série.
11. EM Coronel Berthier, 3ª série.
12. "Venha conhecer o Rio. Você se diverte muito todos os dias. Você aí nesse mato, aí no Amazonas não é divertido." Denis Alexandre, 9 anos, EM Roma, 4ª série.
13. Celina, 11 anos, CE Anísio Teixeira, 6ª série.
14. Melissa, 8 anos, EM Roma, 4ª série.
15. Pritchett, 1962:4.
16. "Venha conhecer o Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa, a cidade mais divertida do Brasil" (Dimas, 9 anos, EM República da Colômbia, 4ª série).
17. EM Roma, 4ª série.
18. "... irmos às praias da Zona Sul ou assistirmos a um embalo de samba e qualquer escola de samba. Vamos ao Corcovado ou ao maior estádio de futebol do mundo, o Maracanã" (Cristiane, 12 anos, EM Clotilde Guimarães, 3ª série).

19. Ana Claudia, 12 anos, CE Anísio Teixeira, 6ª série.
20. Camel, 9 anos, EM Roma, 4ª série.
21. Ana Cristina, 10 anos, EM Clotilde Guimarães, 3ª série.
22. Verso das cartas dos quartetos editados pela Cia. Editora Melhoramentos sobre o Rio e São Paulo.
23. Lynch, 1960:8.
24. Luciana, 8 anos, EM Rodrigo Otávio, 3ª série.
25. Ana Lúcia, 12 anos, CE Anísio Teixeira, 6ª série.
26. Silvio, 9 anos, EM Roma, 4ª série.



VII

Aos pés do Corcovado: o inferno das práticas quotidianas

Quem vê a cidade do alto tem uma experiência inesquecível que é fruto não só da sua beleza, mas do paradoxo de abranger com o olhar uma totalidade, cuja escala o ultrapassa infinitamente. O espaço e o símbolo conjugam suas forças. Proporcionam ao espectador a perspectiva poderosa da visão divina. Aos seus pés está a cidade inteira, pequenina como um brinquedo de armar.

Do alto se divisa o recorte sinuoso da Baía de Guanabara, traçando arabescos de praias e enseadas. Linhas rendilhadas de areias e espumas. O tecido matizado dos espaços construídos, brigando ao longo de sua fronteira com a onda verde que desce das encostas. As formas se esmeram e se multiplicam.

Na Zona Sul, o espelho da Lagoa descansa, incrustado nos reflexos vagos do seu entorno de árvores, edifícios e colinas. Em contraste com esta superfície densa e polida, que imita a luz e a cor do dia, o Aterro do Flamengo se diverte na sucessão de padronagens caprichosas e verdes cambiantes.

Do Centro, com sua majestade eriçada de arranha-céus, o Rio de Janeiro se espraia na direção da Zona Norte, seguindo o caminho das grossas artérias de asfalto por onde se arrasta ou apressa o fluxo multicolorido dos veículos. Contra o fundo da ponte se destacam, solitários ou em bandos, os guindastes que se debruçam sobre as embarcações no porto.

Protegida do mar pela sólida muralha de edifícios que acompanha o bordado das praias, a cidade parece esparramar-se quando se recolhe à baía. Abandona a dimensão vertical. Corre preguiçosa e prolixa, em direção aos limites incertos da Baixada, onde se distende, rarefaz e dispersa, a custo estruturada e contida pelas malhas da Leopoldina e da Central do Brasil.

Aos olhos do Cristo Redentor, o Rio de Janeiro se desdobra, revelando-se através de tonalidades e texturas. Planos de uma rugosidade agressiva e compacta se contrapõem a vertentes de dorso escamado, como a arrogância dos edifícios de muitos andares ao mimetismo plástico das favelas. Os grumos e os grãos de areia se agrupam e alternam, opondo prédios e conjuntos a casas e quintais. Aqui, uma cromatografia severa de cinza, acolá, um delírio expressionista de verdes, rosas e azuis.

Do Corcovado, a cidade se apresenta como mapa e maquete. Visível e estática. Oferecida à curiosidade do visitante e ao (re)conhecimento do nativo. Abstraída do seu movimento, posando soberba e tranqüila, diante das câmeras e dos olhares que a exploram e registram. Assim se realiza uma espécie de magia, somando e confundindo apreensão sintética e riqueza analítica. De uma só vez, os olhos podem compreender e dissecar. Compor e distinguir os elementos deste quadro único¹.

A descida equivale a um mergulho no cotidiano. De repente, a escala muda. O brinquedo cresce até o incomensurável. O espectador se transforma numa vítima da chave do tamanho. Vira um microscópico juguete na maré inquieta das mil coisas que o cercam, limitam e envolvem. Passa de espectador a ator, assumindo os papéis que lhe cabem nesse fluxo incessante dos enredos da cidade.

A visão do alto é, em qualquer sentido, extraordinária. Passeio de domingo, visita de turista. Não se vai ao Corcovado todos os dias. Não se vê o Rio de lá a toda hora. Mas a toda hora se vive o Rio, com os pés no chão. De dentro dele, misturado no seu movimento. Integrado aos seus dramas. No Cristo Redentor, a cidade existe como objeto percebido. Como seqüência de vistas ofertadas à contemplação intelectual e afetiva. Quietos, irradiando imagens e impressões.

Aqui embaixo fervilha o caldeirão do dia-a-dia. Uma dimensão que não se pode perceber a partir do Corcovado, embora se saiba muito bem que existe. Lá em cima ela não importa. Importa o cartão-postal. Aqui em baixo, importa e muito. É o mundo das práticas rotineiras que constituem a vida dos habitantes da cidade. Lá em cima ela parece pequena. Aqui embaixo se revela enorme. Do Cristo ela se apresenta como um céu radioso. Aos pés dele, no entanto, se transforma no inferno de todos os dias.

Quando muda a perspectiva, também o discurso se altera. Não está mais falando ao visitante ou ao nativo deslumbrado para encantar e seduzir. Assume outra tonalidade emocional. Mais áspera, mais incisiva, mais crítica, embora não menos apaixonada. Às vezes, soa lamurioso; outras, severo e reprovador. Está sempre cobrando. Desenvolve uma estratégia de sedução às avessas. Parece dizer: *veja como eu estou carente e faça algo por mim*.

A cidade do cotidiano é vista pelo olhar do quotidiano, que não está preocupado com o que ela tem, com suas vantagens, belezas e aventuras, mas com o que o morador precisa, usa ou merece. O que lhe importa são os aspectos funcionais da vida urbana. Suas necessidades e os meios para satisfazê-las. Não quer saber da visão ufanista que sustenta nas ocasiões especiais e festivas. Olha para dentro. E nem sempre gosta do que vê.

Abandono e esquecimento são palavras-chave desse discurso da necessidade. A própria formulação do tema pode ser considerada responsável por isso. Quem pergunta ao habitante da metrópole como vão os serviços e os equipamentos, as atividades e os trabalhos do seu dia-a-dia, pode se preparar para ouvir uma relação queixosa das inumeráveis deficiências de que toda cidade grande parece estar repleta.

Todas essas deficiências têm a ver com o conjunto das práticas que, à maneira "microbiana", e de forma singular ou plural², organiza determinado sistema urbanístico. São os procedimentos quotidianos (habituais) necessários à viabilização de um certo modo de vida

urbana. Tudo aquilo que faz esta vida urbana funcionar dentro dos padrões e das expectativas que o habitante tem. São o *modus operandi*³ na cidade.

O seu estilo de vida resulta da articulação dinâmica do que é preciso fazer, com as condições, mais ou menos adequadas, para fazê-lo e com as formas de conceber essa relação. Para que seja boa, a vida urbana deve atender a necessidades, tais como habitação, trabalho, estudo, deslocamento e lazer. Os requisitos que tornam tudo isto possível, no entanto, são constantemente submetidos ao crivo das experiências, inscritas na tradição urbana, e das esperanças, que se projetam sob a figura de uma cidade ideal.

Essa inspeção diária tem o dom de abolir as disposições críticas, quer pelo lado positivo, quer pelo seu oposto. Ou se acha tudo ruim, ou se perde a noção do que está ruim. Ou falta tudo, ou tem de tudo. Embora esta última atitude seja a menos representativa. A maioria tende mais a achar que falta tudo. E, quando pode, trata de reivindicar extensas melhorias, ainda que o faça com rodeios e eufemismos. Nem por isso deixa de lado qualquer um dos seus anseios, mesmo os mais ingenuamente delirantes: "Gosto muito da minha cidade", confessa um menino, "mas também gosto um pouco do meu bairro, só que está faltando um pouco de coisa. Queria que a cidade fosse mais alegre, baixasse um pouco a temperatura, tivesse uma praia bem limpa"⁴.

Nem todas as pautas de carência, no entanto, são tão curiosas como esta, embora possam apresentar listas bem mais longas e específicas de problemas e necessidades. Algumas mais parecem ladainhas. Outras são ponderadas, pesando os teres e haveres. Reconhecem as virtudes da cidade ou do bairro sem esquecer os seus defeitos. Situam-se entre o pólo do "falta tudo" e do "tem tudo": "Vivemos no bairro de Jacarepaguá onde há muita pobreza, falta de emprego para todo mundo, muitos assaltos, tiroteios, falta de segurança, muito lixo, falta de escolas públicas para todo mundo, falta de casas para a população, falta de sinalização nas ruas, falta condução para a população porque os ônibus que nós temos são poucos, há falta de limpeza em geral, falta de esgotos e canalização de água, falta de quadras de esportes, falta também de praças, de mais verde, mais árvores...."⁵ "Vivemos no bairro de Jacarepaguá, um bairro residencial, onde há algumas escolas, postos de saúde, escolas de samba, feiras, igrejas, associação de moradores e algumas fábricas. Apesar de ter essas coisas, ainda necessitamos de

outros benefícios, como por exemplo: mais escolas, área de lazer, saneamento básico. Há muitas pessoas necessitando de moradia, mais creches, quadras de esporte. Os jovens estão necessitando de alguns cursinhos dentro do nosso bairro, como curso de inglês, datilografia."⁶

Divertir-se e deslocar-se, morar, trabalhar e estudar — estão aí todas as grandes categorias em que se dividem as práticas rotineiras daquele que vive na cidade. E mais a saúde (limpeza e saneamento), seja do corpo, seja da alma (igrejas), sem esquecer a tranqüilidade, a segurança. Tudo o que é necessário e suficiente para fazer o morador sentir-se amparado, atendido, feliz.

Ou quase tudo, pois todas estas reivindicações (íamos esquecendo a associação de moradores) giram em torno da qualidade do meio ambiente urbano enquanto mais ou menos apto para satisfazer expectativas de consumo. E, como tais, são variáveis.

Para alguns bairros, a carência se instaura desde o que é básico. Precisam de água, luz e esgoto, pois é duro, humilhante e perigoso viver na escuridão e na sujeira. Ninguém gosta de carregar intermináveis latas de água, entra dia, sai dia. Ninguém quer ter de descobrir, por conta própria, o líquido necessário para o banho, para cozinhar e matar a sede.

Enquanto isso, as preocupações de outros bairros começam onde os anteriores sequer ousam chegar. Almejam uma extensão do Metrô. Um *shopping center* sofisticado, com muitas e variadas lojas, com teatro, cinema e outras distrações. Querem um número maior de relógios digitais nas ruas. Há lugares onde as crianças sonham ter sinalização de trânsito, ao passo que outros querem melhorar a que já possuem. O necessário, em síntese, é sempre contextual e controverso.

Carência e provimento são qualidades do meio urbano que, no Rio de Janeiro, se opõem como a Zona Norte à Zona Sul. A representação desta linha de clivagem é recorrente. A Zona Norte é menos bem atendida do que a Zona Sul. Ou do que o Centro da cidade. Lá tem de tudo, trabalho, comércio, escola, transporte, lazer e diversão. Do Centro à Barra se estende, verdadeiramente, a Cidade Maravilhosa, como observa, com segurança, Felipe, 11 anos: "Se você vier ao Rio com a intenção de que vai encontrar a *Cidade Maravilhosa* não ande no subúrbio, dê atenções somente à Zona Sul."⁷

Esta oposição se reduplica, no entanto, dentro da própria Zona Sul. Basta lembrar das favelas, onde as condições de vida urbana são,

pelo menos, tão precárias como em grande parte dos subúrbios. Apesar de se localizarem lá onde a cidade é maravilhosa, não têm saneamento básico satisfatório e padecem de quase todos os inconvenientes, impondo aos seus moradores as mais duras e desconfortáveis condições: "Esses pobres-coitados (os favelados) que às vezes não têm o que comer e onde dormir."⁸

Do mesmo modo, a Zona Norte pode se vangloriar, quando chega a um centro mais importante como Madureira. Lá existem muitas coisas que se encontram na Zona Sul: "No bairro de Madureira há um grande comércio, há lojas, igrejas, duas grandes escolas de samba, escolas, clubes, feiras livres, supermercados; mas o que mais impressiona são as lojas, as grandes lojas, lojas de calçados, farmácias, lojas de enxovais, lojas infantis, lojas de produtos domésticos etc., e também lojas que vendem de tudo."⁹ Bons são os lugares bem providos de tudo. Estejam na Zona Sul ou em qualquer outra parte da cidade. Ao mesmo tempo, não há como negar o fato — os lugares que melhor atendem às demandas de água, esgoto, luz, telefone, coleta de lixo, policiamento, assistência médico-hospitalar, ensino, áreas de lazer, creches, oportunidades de trabalho e diversão se encontram "do lado de cá do túnel", como diria o morador de Copacabana, Ipanema e Leblon.

Esse lugar-comum da imagem do Rio — o contraste entre a rica e bem equipada Zona Sul e a Zona Norte, pobre e carente, não mereceria qualquer destaque, a não ser porque nos dá a oportunidade para refletir sobre o aspecto contextual e controvertido das necessidades. Às vezes, quem mora no mesmo lugar não pensa a mesma coisa sobre o que faz (ou não) falta ao seu bairro.

Um ótimo exemplo deste tipo de divergência são os cemitérios e as fábricas. Alguns acham que seu bairro deveria possuir estas coisas, outros são inteiramente contrários a elas. Quem as considera enquanto elementos que prestam serviços e dão emprego se coloca a favor. Quem encara o aspecto poluidor de ambos prefere não tê-los na vizinhança ("não tem cemitério graças a Deus")¹⁰.

As fábricas ora são boas, porque representam mercado de trabalho, para quem mora ali perto, e progresso; ora são ruins porque fazem barulho, provocam mau cheiro e poluição. De acordo com essa visão diferenciada variam também as soluções propostas. Quem está preocupado com emprego sugere a instalação de equipamentos preventivos. Se o que importa resguardar, no entanto, é o caráter residencial, com todos os seus requisitos, então as preferências

recaem no deslocamento das fábricas para outras áreas. "Eu só quero sinceramente que a fábrica que fornece muitos empregos vá para longe, de preferência para longe da cidade, para que possamos viver sem poluição."¹¹

Quem esperasse encontrar uma postura definida e homogênea das crianças quanto ao meio urbano que é ideal no que se refere à articulação das diferentes práticas e atividades sairia frustrado. Como os urbanistas, também elas se dividem diante do dilema da segregação ou mistura das atividades e funções. Algumas propõem saneamento: "...peço que retirem sua fábrica do lugar em que está e mudem para um lugar mais apropriado onde quase não tenha moradores, de preferência longe da cidade"¹², enquanto outras reclamam porque no seu bairro não existe tudo o que o morador deseja ou precisa: "No bairro onde eu moro não tem tudo que se precisa: hospital, banco, delegacia, área de lazer, supermercados..."¹³

A situação ideal, no entanto, tende a ser identificada com a diversidade urbana. O melhor lugar é aquele que tem de tudo um pouco, como é o caso de Copacabana: "No meu bairro, nós (os moradores) temos de tudo: diversos tipos de lojas, fábricas, escolas, centro de comércio, igrejas, clubes, praças, parques, feiras etc. Todas essas formas de trabalho são muito importantes para o meu bairro, é bom ter acesso a todos esses locais no mesmo bairro."¹⁴

Esta síntese dá uma idéia de como seriam os centros de bairro se fossem como deveriam ser. A noção da auto-suficiência desempenha um papel muito importante nas avaliações que as crianças fazem, não só da realidade que conhecem, mas da própria concepção do que seja uma cidade.

É sintomática, neste sentido, a expressão "minicidade" com que uma carta se refere ao Méier. Através dela, se esclarecem os insistentes e repetitivos inventários de coisas (serviços, equipamentos ou atividades) que as pessoas gostariam de ter no lugar onde moram.

Se dependesse das crianças, cada bairro deveria contar não apenas com uma quantidade suficiente de moradias, mas, ainda, com toda a infra-estrutura necessária para proporcionar condições essenciais à função do habitar. Luz, água e esgoto antes de mais nada.

Além disto, entretanto, há muitos outros requisitos que contribuem para que um nível mínimo de conforto e qualidade urbana seja alcançado. Entre eles, se destaca o comércio, que deve ser o mais variado e atualizado possível: "O que mais impressiona em Madureira são as

lojas." Ou como diz um verdadeiro pregão a respeito de Bangu: "Lojas fartas e repletas, onde conforto e sofisticação são constantes... Tudo isto dá oportunidade de num só lugar satisfazer várias necessidades."¹⁵

Um comércio "bastante desenvolvido" valoriza o lugar. Não basta, porém, que seja farto e variado. É preciso, ainda, que apresente boas condições de atendimento. Higiene, organização, honestidade e boa educação é o que todos desejam. Além de preços acessíveis. A sofisticação é bem-vinda. Muitos sonham com um *shopping center*, verdadeiro símbolo de *status* para qualquer bairro, pois garante a possibilidade de consumir nos mais variados níveis. Significa movimento e diversão dentro dos padrões consagrados pela modernidade. Ter um *shopping* representa a própria idéia de um meio urbano privilegiado, pois é nos meios urbanos associados à noção do privilégio, como a Zona Sul, que se encontram esses tipos de arranjos das atividades comerciais e recreativas.

"O BarraShopping é um lugar seguro, porém monótono. Lá os pais podem deixar suas crianças brincando tranqüilamente no 'piso-lazer', enquanto fazem as compras. Já com os adolescentes a coisa difere um pouco. Eles podem ir ao cinema, patinar no gelo, brincar nos *flippers*, ou lanchar, mas infelizmente o BarraShopping é um lugar monótono."¹⁶

Um centro comercial como este parece muito com uma rua interiorizada. Um lugar onde muitas coisas se encontram misturadas dentro de um espaço bem mais controlado do que o da rua. Daí a segurança maior para todos. Adultos tranqüilos entretidos com o ritual das compras, crianças brincando no resguardo do seu "piso-lazer". Cada coisa em seu lugar.

E não por mero acaso. Cada detalhe do arranjo é estudado e planejado para estabelecer a melhor relação entre espaço e atividade. O próprio tempo tem outra feição. E o lugar tem de tudo. Com a exceção sintomática da fábrica, não há o que não se possa encontrar ali. Até igreja e hotel podem existir nesta espécie de cassino do consumo urbano sofisticado¹⁷, que se dedica mesmo a produzir suas próprias "ruas" e "praças".

O comércio nas ruas e o comércio de rua são diferentes. As feiras, os camelôs e as ruas de comércio aparecem, quase sempre, vítimas de reclamações. Ou são "pouco desenvolvidas" ou são careiras (menos na Rua da Alfândega, onde todos acham tudo mais barato), ou são sujas, atravancadas e inseguras.

Alguém se referiu à feira do seu bairro como um duplo risco de assalto. Ao mesmo tempo, as críticas às feiras não escondem a importância que todos lhes reconhecem, seja como forma quotidiana de provimento das necessidades domésticas, seja como oportunidade de trabalho em tempos difíceis.¹⁸

O movimento nesse tipo de meio urbano pode alcançar os níveis de uma Babel de veículos, vendedores, transeuntes, pregões¹⁹, ruídos e atividades. As conotações atribuídas ao caos das ruas, no entanto, não são puramente negativas. Acentuam a poluição, as calçadas invadidas por carros e barraquinhas, o congestionamento decorrente, mas sabem que existe um outro lado: "O Méier — minicidade, cinzenta, escura e sombria, com poucas árvores que quase sempre são maltratadas e disputadas pelos carros, pelas pessoas e pelos camelôs que insistem em ocupar a calçada. Mas sempre aparece alguém ou alguma coisa para alegrar a calçada, como o feixe de cores no chão, pintado, ou os vendedores ambulantes a vender seus produtos mágicos."²⁰

Quer dizer, a rua pode ter lá seus defeitos. Agressiva, sim. Atravancada, certamente. Insegura, muitas vezes. A única coisa que não se diz dela é que dá tédio. Uma rua é sempre interessante e desafiadora.

À tranqüilidade dos adultos e das crianças, nos *shopping centers*, se contrapõe o tédio dos adolescentes. Momento crítico da socialização, e, como todas as passagens, a adolescência está ligada à descoberta, à busca de um horizonte mais abrangente, à aventura, em suma. E esta tem muito menos possibilidades de ocorrer num *shopping* do que na rua, onde o inesperado cruza com os passantes a cada esquina.

Apesar disto, as reivindicações batem, com insistência, na mesma tecla. Em toda parte querem centros comerciais, como os da Barra e os da Zona Sul. Grandes complexos de ruas comerciais voltadas para dentro, domesticadas. Uma menina se expressa, a propósito, na ordem direta: "Não me perguntem", diz, "o que eu quero, pois se fosse como eu gostaria meu bairro seria simplesmente a Zona Sul"²¹.

A oposição constante da Zona Norte à Zona Sul é compreensível senão como imagem dotada de significação paradigmática. Serve como um par conceitual quando se trata de construir uma visão da cidade. São referências espaciais concretas com uma clara dimensão metafórica.

Quem diz Zona Sul se refere (de modo explícito ou não, porém inevitável) a uma série de coisas que a distinguem da outra metade

do Rio de Janeiro. Quem diz Zona Norte traça uma linha no espaço urbano, passando, esquematicamente, por um limite físico que todo carioca sabe definir com bastante clareza.

Como espaço-área, a Zona Norte abrange uma série de bairros. Mais do que esse continente geográfico, no entanto, ela vem a ser uma constelação de lugares (ambientes urbanos) marcados por um estilo de vida. Em relação à Zona Sul é desprivilegiada. Tem e dá menos *status*. Falta-lhe em sofisticação o que lhe sobra em modéstia. Serviços e equipamentos são piores; há equipamentos piores; há menos atividades de lazer²² e as fábricas são excessivamente numerosas.

Há momentos em que orientar-se neste emaranhado de proposições, freqüentemente contraditórias (na aparência), que saltam das cartas e desenhos, parece uma tarefa inglória. Isto decorre da grande variedade de contextos representados. De modo geral, no entanto, nenhuma das crianças protestaria se disséssemos que o que elas gostariam era que no seu lugar tivesse de tudo.

E há lugares, na Zona Norte, tanto como na Zona Sul, onde tem de tudo: "Para falar a verdade", escreve uma menina, "não tenho queixas do meu bairro, porque tudo que procuramos aqui em Santa Cruz tem"²³. No mesmo sentido, vale a observação que atribui à Madureira a qualidade de "maior centro comercial". Ou aquela que assinala: "Copacabana é um bairro que tem de tudo um pouco."²⁴

Assim se delineia um gradiente, entre o lugar que não tem nada e o lugar que tem tudo. De um lado, a restrição, do outro, a possibilidade. Aqui, o movimento, lá, o controle. Os lugares onde não tem nada, seja na Zona Norte, seja na Zona Sul, são "parados", "monótonos", em alguns casos, "esquecidos". A falta de diversidade urbana gera a monotonia, da mesma forma que a diversidade excessivamente programada dos grandes centros comerciais. Em ambos os casos, o que se nega, com maior ou menor sutileza, é a vida da rua, com sua agitação, mistura e imprevisibilidade, com o seu inferno de práticas que se articulam e embaralham ao sabor da ausência de planos e controles.

Onde há de tudo, também há coisas ruins. Assaltos, confusões, poluição, congestionamentos. E muito ruído. Não há meio urbano sem custos. Toda cidade tem o seu inferno, além do céu. E em nível das práticas quotidianas é que estes custos são assinalados e vividos. Avaliados e criticados. Por isto, o discurso sobre atividades, trabalho, serviços e equipamentos reclama, exorta, pede ou lamenta. Faz listas de falhas. Expede alertas e brande ameaças, esgrimindo um pes-

simismo retórico que procura sensibilizar alguém capaz de resolver as deficiências e incrementar as qualidades.

Voltamos ao ponto de partida. À maravilhosa cidade vista do Corcovado corresponde o Rio das práticas quotidianas. Do alto, a cidade funciona por uma espécie de magia oculta e incomparável. Numa dimensão terra a terra, ela se desdobra no caos das atividades que a fazem viva e viável. Em geral, os moradores têm muitas críticas com relação a todos os elementos da sua rotina. As crianças, também. Menos quando se trata de um tipo especial de atividade — aquela em que a cidade lhes serve de lazer e diversão. Objeto de um consumo existencial não pragmático, fonte de prazer. No dia-a-dia, a cidade revela-se, então, um dispositivo poético.

NOTAS:

1. Esse contraponto entre a perspectiva do alto e o mundo chão de práticas quotidianas segue uma análise brilhante e poética da oposição entre o ver e o caminhar nas cidades que é de Michel de Certeau (1980:171ss).
2. Michel de Certeau, 1980:178.
3. Pierre Bourdieu, 1972.
4. Alexandre, 16 anos, EM Calouste Gulbenkian, 8ª série.
5. Marco Antônio, 15 anos, CIMPA, 8ª série.
6. Sheila, 15 anos, CIMPA, 8ª série.
7. CE Anísio Teixeira, 6ª série.
8. Marina, 14 anos, EM Presidente Eurico Dutra, 8ª série.
9. Márcia Maria, 13 anos, EM Ministro Edgar Romero, 8ª série.
10. Cristiane, 9 anos, Col. Metropolitano, 4ª série.
11. Carlos Renato, 15 anos, EM Presidente Eurico Dutra, 8ª série.
12. Carlos Renato, 15 anos, EM Presidente Eurico Dutra, 8ª série.
13. Sandra, 16 anos, CIMPA, 7ª série.
14. Glause, 15 anos, CEAT, 8ª série.
15. Andréia, 15 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 8ª série.
16. Rosemay, 13 anos, EM República da Colômbia, 8ª série.
17. Venturi — espaço que organiza o ritmo e o tempo/exclui o tempo ordinário (de fora/da rua) para criar outro, regularizado e homogêneo.
18. "A feira é um meio de sobreviver; no mundo em que vivemos há milhares de desempregados sem uma ocupação na vida. O único meio de superar essa crise é comprando mercadoria e revendê-la nas feiras." Vera, 18 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série.
19. "... além do mais ainda temos os camelôs por perto, o que deixa os transeuntes completamente desbaratinados." Jackeline, 13 anos, Col. Metropolitano, 8ª série.
20. Lívia, 12 anos, Col. Metropolitano, 7ª série.
21. Maria Graças, 17 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série.
22. "As atividades aqui são poucas como o grupo de jovens das igrejas e as áreas de lazer que ficam quase vazias, pois, a maioria das crianças vai para a Zona Sul onde

há quase regularmente atividades esportivas e show nas areias de Ipanema, Barra, Copacabana etc." Simone, 13 anos, EM Darcy Vargas, 8ª série.

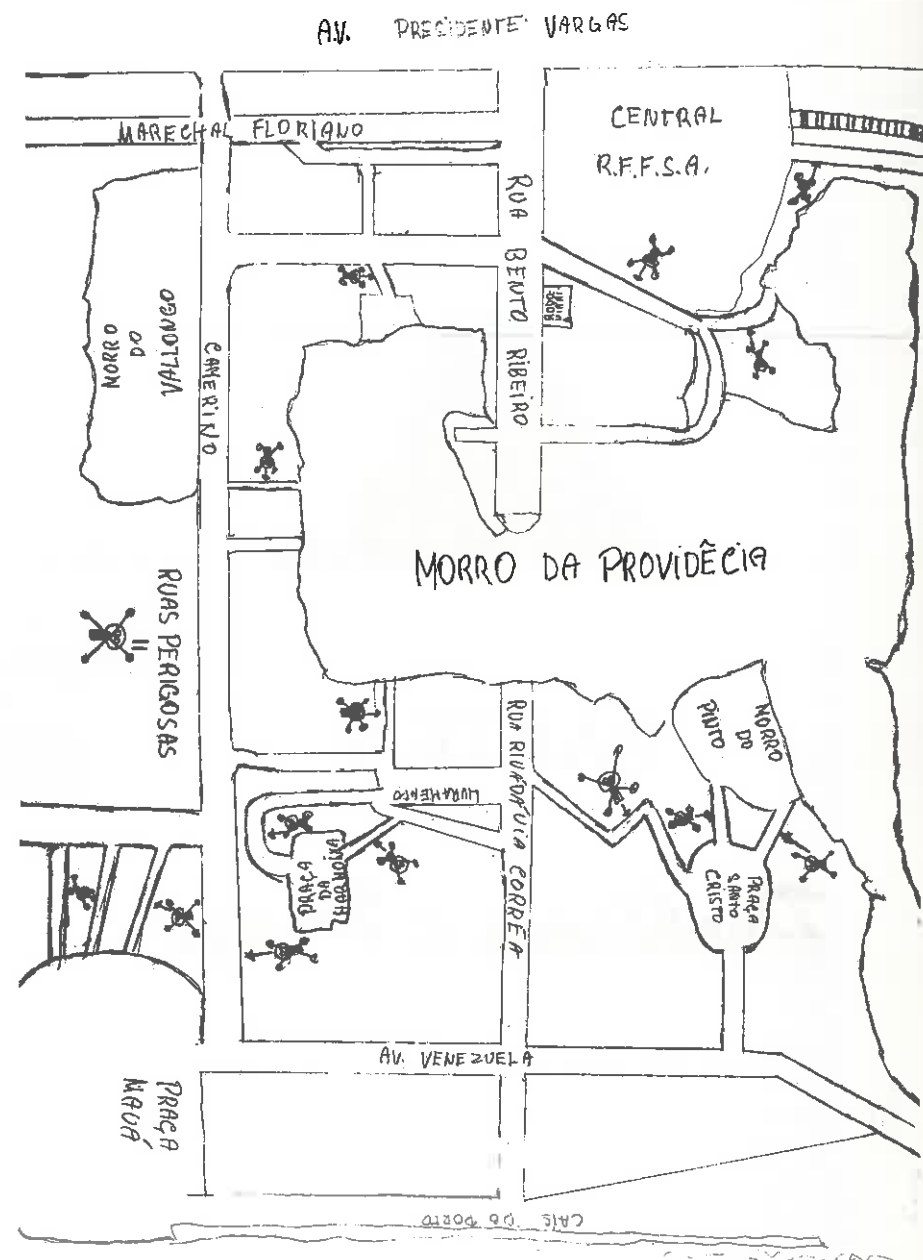
23. Liliane, 15 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série.

24. Alexandre, 16 anos, EM Roma, 8ª série.



PARTE V

Problema e Prazer



VIII

Deus na terra ou o povo amigo: a cidade como problema

As crianças podiam escrever a quem quisessem. Sem restrições de forma ou conteúdo. Custaram a crer, mas acabaram se convencendo desta liberdade inusitada. Podiam se dirigir às Associações de Moradores ou ao Governo, o que fizeram com uma dose considerável de entusiasmo, franqueza e ingenuidade. Era como se há muito tempo esperassem por isso.

A ansiedade com relação ao destino das cartas é muito grande. Não são raros os casos em que aparece explicitamente. Uma pontinha de dúvida surge cada vez que alguém manifesta seu desejo, sua esperança ou sua surpresa. Todos gostariam de saber que suas cartas chegaram ao destinatário. Que realmente foram lidas e, o que é ainda mais importante, compreendidas e consideradas.

Afinal, quem não gostaria de poder falar diretamente, sem as limitações do estilo formal-burocrático dos requerimentos, ofícios e abaixo-assinados, com gente que tem o poder de amenizar o seu dia-a-dia? E quem, nestas circunstâncias, não ficaria preocupado com a repercussão das suas sugestões ou pedidos? Ainda mais quando se acredita na possibilidade de obter medidas imediatas para os muitos problemas que o carioca encontra no seu cotidiano.

Dirigir-se a uma autoridade, ainda que a mais próxima, nunca é tão simples quanto parece. Mesmo quando se trata de um representante (ao menos do ponto de vista formal-jurídico) daquele que escreve ou fala. Esta dificuldade transparece na variedade das soluções adotadas.

O tom das cartas varia muito. Oscila entre o tratamento cerimonioso e a informalidade. Há cartas que alinham todos os títulos, além do nome completo, daquele a quem são endereçadas.

Usam os excelentíssimos, os ilustríssimos e até os meritíssimos. Estes últimos, em geral, de forma inadequada. Outras adotam uma linguagem coloquial. São espontâneos. Tratam o interlocutor com familiaridade, conferindo-lhe graus de parentesco, como o de vovô ou titio. Ou tratando-o de amigo. Existem os que fazem questão do estilo epistolar. Procuram expressões rebuscadas, selecionando palavras que julgam à altura do destinatário. Outros não se preocupam de modo algum com a forma literária. Escrevem como falam, com simplicidade e colorido emocional.

Quem escolhe manifesta preferência e confere crédito. Entre o Governo e as Associações de Moradores, o coração das crianças não chegou a balançar. A maior parte ficou com o Governo. Não há muitas dúvidas quanto a quem pode e manda, como este e outros indícios ainda mais claros permitem afirmar: "... acredito que o senhor pode (fazer coisas boas), pois quem está mandando é o Senhor..."¹ E não interessa apenas quem pode ou quem manda. Interessa quem faz. Mandar consiste, antes de tudo, em poder fazer.

Por isto, quase ninguém se lembrou dos deputados e vereadores. Apenas três dos três mil e tantos missivistas confiaram suas queixas e anseios a representantes do Poder Legislativo. Todos os demais resolveram se endereçar às autoridades executivas, mesmo quando usavam o recurso peculiar de personalizarem o coletivo destas autoridades, ao escrever, por exemplo, "Sr. Governo".

Com todas as possíveis variações da tonalidade afetiva, as autoridades são sempre as mesmas: Presidente, Governador e Prefeito.

Esparadamente aparecem administradores regionais, presidentes e diretores de órgãos públicos, um ou outro ministro ou secretário de governo. Mais do que o Presidente da República e o Prefeito, no entanto, o Governador se destaca como a autoridade à qual todos atribuem a sensibilidade para acolher suas reclamações (ou suas denúncias) e capacidade para tomar as providências ou ordenar as soluções.

Esta preferência tem suas razões, certamente. As eleições, recentes ainda, não são um fator desprezível, neste sentido. Muitas cartas se estendem em congratulações e votos de sucesso. Expressam confiança lado a lado com expectativa. São cartas dirigidas não só ao governante, mas à pessoa investida neste posto, como se esta se revelasse merecedora de fé pela simples presença de sua imagem pública. Na formulação singela de uma menina: "Acredito que o Senhor seja a pessoa que demonstra ser quando é entrevistado: uma pessoa simples e tratável."²

A pessoa ocupa um lugar muito importante nas definições do que vem a ser o Governo. O Governo é sempre uma pessoa³. No singular, ou no plural. Grupo de pessoas. O que todas elas têm em comum é a faculdade de resolver problemas. São pessoas que podem solucionar os problemas, não só do país, da cidade ou do bairro, mas das outras pessoas.

Neste sentido, o que se espera do Governo é simplesmente tudo. Ele deve conseguir empregos, ainda que para isto seja necessário contratar os desempregados. Deve oferecer alternativas de reintegração aos ex-presidiários. Cuidar do menor abandonado. Educar as crianças. Proteger a gente honesta e trabalhadora da violência. Resolver a situação do povo, em particular dos mais humildes e carentes⁴.

Isto não basta. Espera-se que ele cuide da pavimentação das ruas, da iluminação pública, da higiene urbana (esgotos, limpeza das ruas, manutenção dos logradouros). Ou que intervenha nas relações de vizinhança, impondo o respeito à lei do silêncio, reprimindo o mau cheiro da peixaria e tomando providências quanto aos mendigos da praça. Ele deve atuar no sentido de "unir a comunidade"⁵, ao mesmo tempo em que lhe garante serviços eficientes, equipamentos limpos e adequados, num meio urbano recendendo a saúde e beleza.

A função do Governo é dar assistência e distribuir benefícios. Para isto, tem de saber de tudo. Agir em todas as causas⁶ e velar sobre todas as coisas. Como se fosse uma grande dona-de-casa, responsável pelo

bem-estar moral e material de sua família. É o grande provedor de tudo e de todos.

A idéia do Governo como pessoa (ou pessoas) está intimamente relacionada à sua concepção como ordem providencial. Assim, a extensão do seu poder é da mesma escala das suas responsabilidades. Isto é formulado muitas vezes, na ordem direta: "Eu vejo o Governo da minha cidade como um Deus na terra, pois todos esperam que seja um Governo que puna todos em seus erros, mas também que nos ajude a resolver os nossos problemas."⁷

Esta visão se delineia nas imagens que compõem uma verdadeira retórica da confiança. A todo momento surgem expressões de submissão que traduzem a certeza de que "estamos todos nas mãos do Governo". Dele vai depender a nossa salvação. É preciso que nos estenda a mão, a nós, os humildes, os moradores do bairro, a todos os que somos desprotegidos de alguma forma. Quanto mais desvalidos, mais dependentes e esperançosos. Mais carentes de atenção e cuidados. São expressões de fé recorrentes que marcam o estilo dessa retórica suplicante.

Estes ritos verbais de humilhação introduzem um modo sutil, mas transparente de cobrar responsabilidades. Há uma expectativa de retribuição de créditos. O Governo corre o risco de decepcionar quem acredita nele⁸. Basta não cumprir o que prometeu. Assim, na retórica da confiança se encontra latente um pacto de promessa e dívida. E, como todos sabem, só as pessoas podem prometer, pois só elas têm uma personalidade moral e, portanto, um compromisso com a palavra empenhada.

A relação é tensa. Pode-se transformar de uma hora para a outra no seu contrário. Da mais absoluta confiança no mais completo ceticismo. Este, porém, gera um modelo que é o anterior, só que de pernas para o ar. Ao invés da esperança, o desalento. No lugar da fé, a suspeita. Não há saída, a não ser a do fatalismo magoado, que se evidencia em frases de desencanto e recusa. Sentem que "as pessoas não têm as esperanças de um dia melhor, nem de governo melhor"⁹.

A inversão que se opera, a partir daí, é total. As pessoas não fazem mais a menor diferença. Restam os governantes reduzidos à sua expressão mais formal e genérica onde todos se equivalem, merecendo o sentimento que se estende através deles, a toda sua prática: "Não me meto em política, pois odeio isso. O Governo para mim é tudo a mesma coisa."¹⁰

Os céticos percorrem o mesmo caminho dos crentes. Só que em sentido contrário. Distanciam-se, arredios e ressentidos. Constroem uma carapaça para ficar ao abrigo das desilusões. São críticos impiedosos. Acusam o Governo de omissão, no que tange a todos os seus problemas.

Esta atitude, no entanto, é apenas o reverso da anterior. Aponta a sedução das campanhas eleitorais, com suas promessas e manobras. Tudo não passa de uma farsa em torno de interesses imediatos. Não o começo de uma relação de reciprocidade, capaz de assegurar proteção, apoio, auxílio, de um lado, e confiança, respaldo e torcida¹¹, de outro. Mas uma troca interesseira, condicionada pelo ganho imediato, um comércio de votos e favores: "Tem pessoas que enquanto são candidatos prometem muita coisa, mas o importante é fazer, mas depois que ganham não querem nem saber."¹² Contrato de hoje para hoje mesmo.

Por isto dizem, nessa verve crítica, que só na época das eleições é que se pode conseguir do Governo aquelas coisas que ele deveria proporcionar aos cidadãos em todos os dias de seu mandato. Sentem-se traídos e decidem nunca mais acreditar.

Ao mesmo tempo, revelam, na sua desilusão, a cumplicidade. O Governo, no fim das contas, é alguém do qual se devem conseguir certas coisas. Quase todas, aliás. Desde a solução dos pequenos problemas da vizinhança até a correção do modelo socioeconômico. Mas dele também se pode esperar tudo. Inclusive que não cumpra nada do que prometeu.

Nesta oscilação, entre a confiança irrestrita e o desamparo angustiado, a única hipótese que parece inteiramente descartada é a da iniciativa autônoma do próprio cidadão na luta pelo equacionamento e pela solução dos problemas que o atingem na sua vida rotineira. Esta omissão, no entanto, é surpreendente quando se leva em conta o desenvolvimento recente do fenômeno das Associações de Bairro.

As Associações de Moradores receberam muito menos cartas do que o Governo, o que por si mesmo constitui um dado significativo. As fórmulas de endereçamento são menos pessoais. Dirigem-se à Associação como um todo, raramente destacando nomes ou lideranças. Usam os termos "representante", "dirigente", ou "presidente". Às vezes, nem isto. Falam com a Associação de Moradores enquanto entidade coletiva. Isto, porém, não exclui a idéia de que são as pessoas (ou grupos de pessoas) que configuram a Associação.

Também estas pessoas têm algo a ver com a resolução de problemas. São definidas como “pessoas interessadas”. Ou como “pessoas preocupadas” com as carências de outras pessoas. Com os problemas do bairro, primordialmente. O universo de pessoas entregue ao interesse ou à preocupação das Associações é delimitado com clareza. A expressão “determinado espaço geográfico” é esclarecedora: “A associação de moradores é o conjunto de pessoas que se preocupam com um determinado espaço geográfico, por isto chego até ela para expor os problemas do meu bairro.”¹³ Através dela o campo de ação das associações assume contornos precisos: o bairro, o lugar onde se mora.

Quando se encontra, nesse contexto, uma referência à “comunidade”, é dos moradores de um determinado espaço urbano que se está falando. Essa comunidade está referenciada no terreno. Ela se individualiza e se distingue na medida em que se reconhecem fronteiras que a separam de outras do mesmo tipo.

A comunidade consiste, essencialmente, no fato de ser morador. E ser morador significa partilhar com os demais moradores não só um recorte físico do espaço urbano, com suas virtudes e defeitos, mas todo um modo de vida.

A experiência de viver em uma cidade pode ser muito diferenciada. Morar em Copacabana, na Barra da Tijuca, em Nova Holanda ou na Ilha do Governador não é a mesma coisa, embora tudo isto seja o Rio de Janeiro.

É preciso ter algo em comum para que um certo conjunto de pessoas se reconheça como um grupo definido. Para que exista isto que chamamos de comunidade. E o que os moradores de um bairro têm em comum é justamente esta porção da cidade que é o lugar onde moram. É aí que se encontram os *bens comuns*. As ruas, praças e calçadas por onde transitam todos os dias. A condução que os leva ou traz, nos seus caminhos costumeiros. A paisagem do dia-a-dia, com os dramas do dia-a-dia. Os bens comuns e os males comuns. O barulho, o ar poluído, o trânsito agressivo, a insegurança. Os buracos das ruas, a falta de luz, o esgoto a céu aberto.

Morar é compartilhar de tudo isto. Mas isto não é tudo quando se trata de uma comunidade de moradores. Existem ainda os fatores menos evidentes. O fato de se mover num lugar. Dentro de um universo onde tudo tem nome. Onde as referências sociais e espaciais são sólidas como uma segunda natureza, conhecidas como a palma da mão. Entranhadas, automáticas, habituais e, só por isto, menos evidentes.

O modo de vida, compreendido como a relação com um ambiente total, é o fundamento da noção de pertinência a um lugar. E a base do compromisso mais direto que pode existir entre o morador e o lugar. O que os moradores têm em comum são determinadas coisas, que constituem o ambiente urbano do bairro, e determinados valores. Morar em Santa Cruz, no Conjunto do Campinho, em Botafogo ou na Tijuca significa ter seu cotidiano *nestes* lugares.

A vida diária, no entanto, consiste na prática dos espaços e dos valores que identificam o modo de vida do bairro. Este, como lugar por excelência do cotidiano, vive as deficiências e virtudes da sua condição urbana e social. Com ela, vão variar os problemas. Só o que não varia é que todos têm problemas.

A história dos movimentos de moradores ensina que todos eles surgiram em função de problemas relacionados com a vida quotidiana¹⁴. Questões mais ou menos graves, conforme o caso, surgiram porque era preciso fazer alguma coisa com relação ao desafio comum. Era preciso discutir, protestar, se defender, reivindicar os seus direitos.

É desta forma que as Associações de Moradores são vistas pelas crianças. Como lugares onde as pessoas se reúnem para debater as questões que afetam sua rotina de modo ameaçador. A estes lugares se vai com a finalidade de expor idéias e sugerir soluções. Ou medidas a serem postas em execução para obter certas providências capazes de garantir o bem-estar da comunidade (“na nossa vida em comum”).

A relação que o movimento de moradores tem com os problemas, no entanto, não é a de quem pode, quer e vai resolvê-los por si mesmo. É antes a de quem deve levantá-los, discuti-los para, em seguida, encaminhá-los às autoridades. Este é o sentido das reiteradas formulações que vêm nas Associações uma tribuna de onde partem apelos, abaixo-assinados, reclamações e protestos. Uma Associação de Moradores consiste em: “Um grupo de pessoas que se interessa em resolver problemas do seu bairro; nele, os seus componentes enviam uma carta ao Governador com os problemas do seu bairro.”¹⁵

A idéia de uma ação direta parece não caber neste esquema com muita facilidade. Há pelo menos três obstáculos — a falta de recursos (“não possuem bases financeiras”), o dilema da participação (“o pessoal daqui são muito desorganizados”) e o respaldo oficial (“não contam com a colaboração do Governo”).

A dificuldade dos recursos financeiros é mais sutil do que parece à primeira vista. Em princípio, poderia ser resolvida mediante as

diferentes formas de levantamento de fundos. Pela cobrança de uma taxa dos associados, como algumas dessas entidades o fazem. Mas isto não deixa de ser, por seu lado, uma fonte de novos problemas. Cobrar taxas suscita a expectativa de quem contribui quanto ao destino do seu dinheiro. Em troca dele, as pessoas esperam receber certos benefícios. É como se comprassem o direito às soluções, ou às providências que gostariam de ver tomadas. A desconfiança germina depressa no coração do morador, quando os resultados tardam ou simplesmente não vêm (“o responsável só quer pegar o dinheiro dos moradores”). Nestas horas ele se sente lesado e passa a exigir ação — “reuniões para reclamar os direitos do bairro e não só para ficar explorando os pobres moradores que não têm dinheiro”.

Mobilizar os moradores para a luta por objetivos comuns é uma questão de vida ou morte para as associações. De resto, uma batalha constante, mas nem sempre bem-sucedida. Muitos sequer sabem da existência de uma Associação de Moradores no bairro. Outros sabem, mas nunca foram lá. Não conhecem a Associação, nem sabem como se faz para participar. Pedem informações. Dizem mesmo que gostariam de participar, mas quase ninguém participa realmente.

Alguns não têm tempo. Outros se contentam com pagar taxas. Há os tímidos, que têm vergonha de expor suas idéias em público. Um ou outro contorna esta inibição, falando pessoalmente com os dirigentes para apresentar suas opiniões e dar os seus palpites.

Os jovens enfrentam uma barreira estrutural no seu contato com a Associação de Moradores. Ressentem-se da falta de atenção que suas opiniões encontram entre os membros adultos e dirigentes. Consideram-se excluídos. Reduzidos ao silêncio e assim desestimulados de continuar participando: “Eu já fui sócia, mas como era muito jovem quase não participava. Resolvi sair; gostaria que os jovens pudessem expor as suas idéias.”¹⁶

Em certos casos a rejeição é antecipada. O receio de não ser ouvido, ou levado a sério, bloqueia qualquer veleidade de participar (“não aceitariam as idéias de um garoto”).

Se dependesse de bons propósitos, qualquer Associação seria concorridíssima. A maioria quer participar. Melhor — diz que gostaria de. Mas é preciso não acreditar que estes protestos sejam mais do que demonstrações de simpatia. Votos piedosos. Não devem, pois, ser compreendidos como afirmação de um compromisso futuro, que poderá acontecer ou não. Tal como ocorrem são fórmulas de retórica. Dizem o

convencional. São ritos verbais. Servem para expressar apoio moral e, muitas vezes, para se eximir de envolvimento.

Com relação às Associações, ressurgiu a mesma atitude básica que já havia se manifestado diante do Governo. Em face de ambos, a postura adotada é a do torcedor. Representa incentivo, eventualmente aplauso. Mas implica, também, a vaia indignada. As críticas, a cobrança implacável, o descrédito e o ressentimento.

As relações entre o Governo e a Associação de Moradores, enquanto representações no discurso das crianças, são cheias de ambigüidades. Existe uma tendência a encará-los como instâncias complementares. Como se pertencessem à mesma estrutura. Por isto, se imagina e espera que as ações de ambos se realizem de comum acordo. De forma integrada e harmônica, pois, embora os dois sejam responsáveis pelo bem-estar do bairro, desempenham papéis diferentes na busca deste objetivo. Um deve apontar os problemas, o outro, resolvê-los. O morador reclama, denuncia e reivindica. O poder público ouve, pondera e toma as providências necessárias: “A Associação existe para levar problemas ao Governo, cabendo a este resolvê-los.”¹⁷

A noção de um vínculo “natural” da Associação com o Governo é sugerida com muita insistência. Alguns vão ao ponto de aconselhar, não só a obrigatoriedade de cada bairro ter uma Associação, como ainda imaginam que a iniciativa da criação das AMs caiba ao Governo¹⁸. Cada Associação, ponderam outros mais avessos a uma hierarquização burocrática, poderia ter um representante do Governo, ao menos. Esta idéia é coerente com a proposta de uma comunicação permanente dos moradores com os governantes. Com um representante da autoridade pública junto à Associação, as queixas e demandas chegariam mais rápidas e seguras aos ouvidos certos.

O perigo da ambigüidade está nos extremos. Numa ponta, a problemática possibilidade de identificar a Associação como um governo do bairro: “É um governo dentro de um bairro, de uma rua, dirigindo os problemas”¹⁹, na outra, a idéia de que ela constitui um antigoverno, uma formação defensiva diante do poder público.

No papel de Governo local, a AM fica sujeita a toda uma pauta de desconfiança. Ao ceticismo, às expectativas e frustrações dos moradores sempre que os resultados não correspondam aos seus desejos ou necessidades: “O Governo e a Associação são uns grandes enganadores. Desde que me entendo por gente, ouço melhorias aqui, melhorias ali e no fim das contas exatamente zero.”²⁰

Na condição de antigoverno, a AM suscita duas atitudes. A primeira, temerosa, receia o conflito. Contra o poder público nada se pode conseguir. Ao contrário, é preciso contar com ele, ter o seu apoio e cultivar a sua benevolência, pois já se sabe de antemão que a corda arrebenta sempre do lado mais fraco. Que nunca é o do Governo. Por isso é melhor invocar o seu auxílio. Pedir, encarecer, rogar e esperar: "Estenda sua mão para o meu bairro e para a Associação, pois são poucos os auxílios que o governo vem dando. Sozinha ela não pode fazer nada."²¹

A outra atitude é de desafio. De luta. Para ela, a AM é um baluarte dos interesses locais, em particular quando estes se encontram ameaçados pela ação das autoridades, quando estas parecem conspirar contra os direitos legítimos dos moradores: "É um modo de protesto dos moradores contra a má atuação dos órgãos públicos."²²

Quem pensa assim admite a hipótese da iniciativa independente. Não é preciso contar com o Governo para tudo. Há coisas que podem ser feitas sem a sua participação²³. Raramente, no entanto, esta possibilidade é encarada como viável. Para que o fosse era necessário que as Associações fossem menos fracas.

Mas em que precisamente está a força ou a fraqueza de uma Associação? Mais do que na falta de recursos financeiros, o problema parece estar no grau de união. A maioria das cartas se refere às dificuldades para conseguir isto. Queixam-se da "falta de organização". Expõem os efeitos negativos da discriminação racial e social ("Por incrível que pareça")²⁴.

A dificuldade de unir os moradores é a questão fundamental. Preocupações com a insuficiente capacidade de mobilização que as AMs revelam são constantes. Elas precisam da adesão do maior número de moradores. Sua eventual força depende disso. De certo modo, ela precisa convencer o morador, obtendo seu apoio e sua colaboração militante. Só nestas condições poderá tentar convencer o Governo de que vale a pena atender às reivindicações que leva até ele.

Para sensibilizar (ou "conscientizar") os moradores, entretanto, a AM não pode ser "apagada". Tem de fazer coisas de impacto. E estas dependem de luta e política. De impor reivindicações ou conseguir "favores". "Associações de Moradores são pessoas encarregadas de fazerem reunião e discutirem com os moradores, o que seu bairro precisa. (...) E o que for obtido mandarem para uma autoridade maior, no caso, o governador."²⁵ Além disto, a Associação precisa se divulgar²⁶.

Ser conhecida e reconhecida. Falar de si e fazer falar de si, o que só é possível com carisma pessoal ("gente que saiba falar bem e arrastar os outros") ou através da obtenção e distribuição de benefícios. Sejam eles pequenos — o "cestão", as atividades de lazer, a luz. Sejam de maior alcance, como os relacionados com segurança, educação, saúde e moradia.

Por mais divergentes que sejam os juízos a respeito das Associações de Moradores, há um consenso quanto ao seu papel de mediação: "São representantes do bairro que discutem os problemas com o Governo."²⁷ Configuram o bairro diante das autoridades e técnicos do Estado e do Município. Falam e representam em nome dele²⁸.

Se este tipo de atuação constrói uma ponte para fora do centro do bairro, a Associação não pode se limitar a ele. Precisa exercer também uma mediação para dentro. Precisa juntar os moradores em torno de objetivos comuns em função de ameaças que atinjam a totalidade, ou apenas determinados grupos relevantes. As duas pontes dependem uma da outra. Para contar como suporte interno será preciso desempenhar-se bem diante do Governo. A posição diante deste, por sua vez, depende de ter atrás de si o bairro. Uma coisa alimenta a outra. Quando uma delas falta, a outra falha.

Uma carta se refere à Associação de Moradores do seu lugar usando uma expressão singela e cheia de significado. "É um povo amigo", diz²⁹. A idéia pode parecer imprecisa e genérica, apesar (ou por causa) da carga afetiva contida nela. Ao mesmo tempo, uma exploração atenta do que implica esta afirmação revela a sensatez da fórmula. Amigo é quem dá importância. É quem aprecia. Valoriza. Tem afeição por alguém ou por alguma coisa. É um aliado. Alguém com quem se pode contar.

Talvez por isso as Associações traduzam nas suas siglas e nomes esta noção. Elas pretendem reunir os amigos do lugar. Todos, de preferência, pois quanto mais amplo o círculo, mais forte a aliança. Os amigos do bairro são os que se sentem responsáveis, que assumem a personalidade moral do bairro. Tomam posição diante dele (e de seus problemas) e tomam a sua (dele) posição (ou defesa) perante o que lhe é exterior, como as autoridades governamentais. Tomar posição significa refletir, ter opiniões, manifestar preferências e propor escolhas, visando ao bem-estar futuro que se quer e projeta para o lugar onde se vive: "Eu gosto de opinar sobre nossos problemas para que amanhã sejamos gente simples mas que viva bem."³⁰

NOTAS:

1. Maurício, 13 anos, EM Calouste Gulbenkian, 7ª série.
2. Maria Márcia, 17 anos, EM Paraíba, 8ª série.
3. Os moradores do West-End de Boston vêm as coisas da mesma forma. O Governador (as agências) é identificado com as pessoas e seus comportamentos são explicados em termos de interesses e motivações. Cf. Gans, 1962:164-5.
4. "Por favor, Sr. Governador, olhe pelos pobres desamparados." João Batista, 15 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série. A mesma coisa, aliás, espera também da AM: "Para mim o governo e a associação de moradores é um conjunto de pessoas que têm como dever resolver os problemas das pessoas mais carentes" (Robson Luiz, 16 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série).
5. "Se o governo da nossa cidade for bom, ele ajudará a unirmos" (Marcelo, 16 anos, EM Roma, 8ª série).
6. "Eu acho que em tudo o governador tem de tomar providências" (Thereza Christina, 15 anos, EM Roma, 8ª série).
7. Jorge Luiz, 19 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 8ª série.
8. "Nós aqui estamos depositando nossos votos de confiança no senhor. Espero que não nos decepcione" (Ivã, 14 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série).
9. Ana Lúcia, 14 anos, EM Pres. Eurico Dutra, 8ª série.
10. Maria Angélica, 13 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 8ª série.
11. "Sr. Governo, lute pelo Estado e saberá que há milhares de pessoas torcendo por você. Desejo-lhe sorte" (Roberto Carlos, 16 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série).
12. Ana Maria, 15 anos, EM Roma, 8ª série.
13. Glória Maria, 14 anos, EM Min. Edgar Romero, 8ª série.
14. Santos, 1982.
15. Márcio, 12 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série.
16. Ana Paula, 14 anos, EM Pedro Bruno, 8ª série.
17. Marco Antônio, 16 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série.
18. "No bairro onde eu moro não existe uma Associação de Moradores, mas eu gostaria que o governador criasse uma" (Luís Alberto, 13 anos, EM Min. Edgard Romero, 8ª série).
19. Alfredo Antônio, 13 anos, EM Roma, 8ª série.
20. Maria Salete, 17 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série.
21. Jorge Luís, 13 anos, EM Darcy Vargas, 8ª série.
22. Sandra, 12 anos, EM Calouste Gulbenkian, 8ª série.
23. "A nossa Associação de Moradores é muito fraca, porque tem muitas coisas para serem feitas que não precisam esperar pelo governo" (João Batista, 15 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série).
24. "A Associação de Moradores do meu bairro eu acho fraca, pois não temos aquela união, pois por incrível que pareça há preconceitos raciais e sociais no meu bairro" (Marcelo, 16 anos, EM Cel. Berthier, 8ª série).
25. Marilene, 17 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 8ª série.
26. "Precisa ter mais comunicação com a comunidade, organizando reuniões e campanhas" (Maria Cristina, 12 anos, EM Calouste Gulbenkian, 7ª série).
27. Sílvia, 17 anos, EM Ubaldo de Oliveira, 8ª série.
28. "A Associação de Moradores significa uma organização que zela pelo lugar onde mora (...). Serve para que todas as pessoas tirem uma conclusão, então ela vai para o representante que depois manda uma autoridade que resolverá o problema" (Gilson, 16 anos, EM Francisco Jobim, 8ª série).
29. "... uma das coisas de bom que tem em Paquetá é a Associação de Moradores; é um povo amigo" (Ana Paula, 12 anos, EM Pedro Bruno, 8ª série).
30. Isabel Cristina, 15 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série.



IX

Lazer e Diversão: Significados para a minha alegria

Duas coisas marcaram o tema “Lazer & Diversão” — a grande variedade no destino das cartas e a predominância do desenho como forma de expressão. Muito significativas, ambas. A primeira porque aponta para a multifocalidade dos aspectos lúdicos da vida urbana. E a segunda porque nos revela algo sobre a concepção do tema na escola — lazer e diversão é um assunto para “os menores”. Estes dois pontos merecem toda atenção.

Quando se trata de enfrentar os problemas inerentes à condição urbana, as escolhas são limitadas de antemão àquelas instâncias às quais cabe, consensualmente, zelar pelo funcionamento, o mais eficiente possível, das atividades, serviços e equipamentos de uso coletivo. Por isso ninguém hesita muito. Escreve ao Prefeito, ao Gover-

nador ou até mesmo ao Presidente da República. Os mais realistas se dirigem aos diretores dos órgãos públicos responsáveis pela questão que os aflige.

Mas quando o assunto é lazer e diversão, e tem a ver com todo mundo, cada um pode escolher o seu interlocutor onde bem entenda. Pode escrever às autoridades, aos parentes e amigos, às figuras públicas de sua galeria de heróis (um menino endereçou sua carta ao Zico) ou a quem mais queira dirigir-se para apresentar suas opiniões, manifestar seus desejos e expor suas críticas.

Lazer e diversão correspondem à dimensão cósmica de produção e reprodução da experiência quotidiana, explorando as virtualidades poéticas obliteradas pelo funcionalismo mecânico e sem graça das rotinas. Nesta dimensão, se pode brincar na cidade e brincar com a cidade¹. E deste modo juntar o que normalmente está separado, estabelecendo relações diferentes com diferentes espaços, atividades e grupos.

Em segundo lugar, vem uma coincidência marcante com o tema "moradia" — ambos foram sempre (ou quase sempre) atribuídos às duas primeiras séries do 1º grau, em oposição a "Governo & Associação de Moradores" e "Atividades & Trabalho", que foram desenvolvidos nas séries terminais, principalmente na oitava. Assim se compreende o predomínio dos desenhos e da palavra infantil traduzida pelas informações e comentários dos professores que deviam perguntar aos alunos pelo significado dos seus desenhos.

O resultado é curioso. De repente, a cidade aparece como um brinquedo. Não mais, entretanto, como o modelo armado que os olhos podiam abranger, contemplar e analisar da perspectiva do Cristo Redentor, mas como um modelo *para* armar. Como um conjunto de lugares e eventos divertidos para desfrutar e curtir. Como palco de uma síntese, cujas práticas se opõem ao mundo infernal das rotinas trabalhosas.

Por isto, apesar de suas eventuais semelhanças, que não são poucas, e ficam por conta do colorido emocional e do pitoresco na apreciação do meio urbano, "Paisagem/Cartão-Postal" e "Lazer & Diversão" apresentam diferenças nítidas, permitindo abordagens diversas da cidade tal como ela é vista pelas crianças.

A carta de Alex (8 anos), por exemplo, poderia ter sido o texto de um cartão-postal:

"Caro Amigo Rodrigo,
venha passar a Páscoa comigo, a gente pode assistir o circo, brincar na área-de-lazer, jogar bola no Campo de Santana e passear. Pode vir qualquer dia. Podemos brincar bastante, podemos até ir ao parque de diversões, ir à praia, ir também ao zôo e brincar na minha casa. Podemos brincar de escola, catar objetos, desenhar e também chupar as frutas gostosas que a minha mãe compra. Eu posso lhe ensinar a jogar vôlei."²

Aí estão reunidas algumas das coisas que um menino considera lazer e diversão. Coisas que os meninos gostam de fazer quando não estão presos às suas obrigações escolares ou às tarefas que eventualmente lhes cabem dentro do seu grupo doméstico. De modo informal, encontramos nesta carta toda uma definição do lazer que os especialistas no assunto não recusariam. Por isso convém olhar mais de perto o que ela nos diz.

A Páscoa é o tempo livre que marca os dias feriados, os fins de semana, os fins de tarde ou as férias escolares. Representa a interrupção cíclica do tempo comum quotidiano, a suspensão momentânea das rotinas obrigatórias. Esta liberdade se reflete também no caráter voluntário das escolhas. A carta desfia uma sucessão de possibilidades. Cada uma delas pode ser ou não realizada, ao sabor da ocasião e a critério dos companheiros de folgado.

As alternativas incluídas no convite são muito variadas. A praia, o parque de diversões, o futebol (no Campo de Santana) e o Jardim Zoológico são divertimentos muito valorizados pelas crianças de um modo geral, pois, além de entreter, constituem passeios que proporcionam informações e exercitam, de forma alegre e construtiva, a sociabilidade e o desempenho corporal.

Cada desenho, cada carta vai ajudando a compor um tesouro de brincadeiras infantis que a memória conserva e transmite de geração para geração³. Os meninos gostam de brincar de mocinho e bandido, jogar bola de gude, soltar balões, assistir às corridas de automóvel ou aos jogos de futebol. As meninas pulam amarelinha e elástico, enquanto "as garotas pequenas brincam de boneca e de casinha". Todos, meninas e meninos, gostam de ir ao circo e ao cinema, ou de nadar numa piscina, fazer castelos de areia na praia. Ou de não fazer coisa alguma, como Fernando (7 anos) que "em suas horas livres gosta de ficar sob uma árvore que há perto de sua casa"⁴.

O lazer está associado, portanto, aos verbos assistir (circo, cinema, corridas, futebol), passear e brincar (na Quinta da Boa Vista, no

Aterro do Flamengo, no parque, na rua, no jardim), jogar. A todas estas atividades se atribui um estado de espírito de descontração e informalidade. Ou, como disse Eliane (7 anos), que acrescentou ao seu desenho onde se podiam ver um circo, uma piscina, uma árvore, uma barraca e dois meninos: "Isso é significado para a minha alegria."⁵

O caráter voluntário (liberado), a exclusão da vida corrente (vida real), o tempo e o espaço próprios, a atividade envolvente, porém desinteressada — tudo isto se encontra no material das crianças. E estas são as características que servem para definir o lazer também no discurso erudito⁶.

Nosso objetivo, entretanto, não é comentar e analisar os jogos e entretenimentos que marcam a vida de crianças e adolescentes numa cidade. O que queremos é descobrir onde e como a cidade participa do mundo das diversões. E para isto se torna necessário falar dos lugares. Dos palcos em que todas estas atividades recreativas têm lugar.

A carta de Alex já nos permitiu entrever que não é preciso sair de casa para se divertir. O jardim, o quintal e a própria casa servem de espaço para todo o tipo de ocupações lúdicas. E não somente para descansar embaixo de uma árvore ou chupar as frutas que a mãe comprou na feira.

Casa, jardim e quintal são áreas de lazer controladas e, por isto mesmo, se prestam melhor do que muitas outras para o divertimento das crianças de menos idade. O mesmo vale, de resto, para as áreas de lazer propriamente ditas, que fazem parte dos prédios de apartamentos, com seus brinquedos e parquinhos. Ou os clubes onde os pais levam seus filhos aos domingos, ou para onde os mandam acompanhados de empregadas e babás.

Para além da cerca do quintal, do muro da casa, do portão do jardim e da grade do parquinho, no entanto, começa um universo de mil formas, possibilidades, espaços e acontecimentos. O espaço controlado e vigiado do lar cede terreno à rua, à praça, ao bairro. Aí começa a cidade e com ela o variadíssimo leque de contatos, relações, espetáculos e equipamentos que podem satisfazer os mais ousados e fantasiosos sonhos de lazer e diversão.

Entre os lugares preferidos pelas crianças para o seu lazer, as ruas e as praças figuram em primeiro lugar: "Eu gosto de brincar na rua de minha casa." "O que é mais alegre é um parque." Os bairros mais divertidos são aqueles cujas ruas e logradouros públicos acolhem as brincadeiras das turmas de crianças que se formam na vizinhança,

quando os pais começam a soltar seus filhos, permitindo que encontrem seus amigos na calçada, na esquina ou na pracinha.

Os grandes parques arborizados, cheios de bancos, caminhos e recantos, com lagos e chafarizes, com brinquedos e espaços para andar de bicicleta ou jogar bola ou empinar pipa fascinam a garotada. O Parque do Flamengo, o Jardim Botânico e a Quinta da Boa Vista batem todos os recordes quando se fala de lazer⁷. Mas não é preciso tanto. Um jardim com árvores e bancos já serve, mesmo para quem tem de se deslocar um pouco⁸. Ruim é quando a praça existe simplesmente como um espaço vazio, inóspito, sem vegetação ou qualquer equipamento que sirva para brincar: "Onde eu moro", lamenta a autora de um desenho, "a praça só tem o nome de esperança... eu espero que um dia ela seja uma verdadeira praça, com brinquedos etc."⁹. Pior do que isso, só a total inexistência que provoca a reivindicação ingênua, porém peremptória: "Eu Cristiano quero a minha pracinha" (8 anos)¹⁰.

Rua, praça ou bairro — a cidade não proporciona lazer se não houver animação. E animação é decorrente da rede de práticas que articula os espaços urbanos. Quanto mais densa e variada, tanto maior a animação. O fato de existirem muitas e diversificadas funções reunidas num só ambiente é decisivo para o caráter que a vida assume dentro dele¹¹.

O centro da cidade ilustra este princípio: "Eu moro na cidade do Rio de Janeiro. No seu centro ele é muito bonito e tem muita diversão e lazer, como sabe, mas nos bairros pobres como aqui (Santa Cruz) não tem quase diversão."¹² A oposição é traçada com nitidez. No centro há muita diversão, na periferia, ao contrário. A cidade onde ela é mais cidade é monótona. Sem graça. Esta polaridade coincide também com o contraste entre a riqueza e a pobreza.

Quem é pobre tem menos condições para desfrutar daquilo que a cidade pode oferecer a quem vive nela. Em primeiro lugar, faltam-lhe os equipamentos necessários. A urbanização é precária, impondo-lhe mil formas de restrição e desconforto.

O lazer é apenas mais uma deficiência deste tipo de meio urbano¹³.

Estamos diante de um círculo vicioso. A pobreza urbanística e a pobreza das pessoas andam de mãos dadas¹⁴. O lugar pouco ou nada oferece. Os moradores que não têm dinheiro pouco ou nada poderiam consumir mesmo que houvesse o que consumir: "Lá em casa só o meu pai trabalha e o dinheiro é a conta de vivermos sem brincadeiras, sem diversão, enfim, sem nada."¹⁵

Nestas circunstâncias, o que aparece como grande lazer de todos é a televisão. Mas esta forma de recreação não é satisfatória. E o problema não está apenas na falta de outras alternativas. O que a televisão tem a oferecer é muito limitado diante das expectativas que as crianças têm¹⁶. Além de tudo, existe ainda outro inconveniente: a TV prende a garotada dentro de casa.

“Nosso bairro é muito parado nos fins de semana. Queremos muitas coisas maravilhosas que o meu bairro não teve, como circo, teatro, parque, biblioteca, quadras de esporte.”¹⁷ Destas muitas coisas maravilhosas fazem parte, ainda, os restaurantes, clubes e cinemas. Em suma, tudo o que existe em profusão nos lugares mais urbanizados, particularmente no Centro.

Para quem mora longe, portanto, a busca de lazer e diversão implica deslocar-se¹⁸, o que demanda disposição, tempo e dinheiro. Lazer trabalhoso e caro. O ideal é divertir-se no seu lugar, por isto Andréa (12 anos) reclama: “Para ir a um circo temos que ir ao centro da cidade. (...) Mande um circo para Paciência, pois nós estamos cansados de ficar em casa nos feriados.”¹⁹

Há uma idéia recorrente nestas observações sobre o lugar carente. A falta de atividades recreativas e de equipamentos que proporcionem ou estimulem o divertimento exercem influência sobre o espírito deste lugar. Sem urbanização não há movimento e sem movimento parece não haver alegria²⁰.

Neste ponto, cabe uma comparação. A Barra é um bairro que tem muitos equipamentos de lazer com os quais consegue atrair muita gente nos fins de semana ou feriados. Tem restaurantes, praias, clubes e piscinas, cinema, parques de diversão, o autódromo e o BarraShopping. É um lugar privilegiado do ponto de vista do entretenimento e da diversão. Nem assim está livre da acusação de monotonia.

É bem verdade que os meninos apreciam estas coisas. Para os adultos que vão se distrair fazendo compras e que podem deixar os filhos no “ piso-lazer ” vale a máxima “ BarraShopping é diversão ”. Os adolescentes, entretanto, parecem muito menos convictos quanto a isto. Para eles, voltados para a vida lá fora, o BarraShopping rapidamente esgota seus encantos. É, lá fora, a Barra é feita de autopistas, estacionamentos, condomínios fechados, viadutos e canteiros que não fazem parte de qualquer jardim. Falta a rua, quer dizer, falta a vida que verdadeiramente caracteriza e distingue a cidade.

Clubes, condomínios e centros comerciais são espaços controlados. Mesmo a diversidade quando aparece nestes contextos é programada

e domesticada. Determinismo e previsibilidade excluem o fervilhamento da vida urbana. Eliminada a surpresa e reduzida a incidência do imprevisto, vai-se o encanto do espetáculo que só o movimento, a que o espaço público pode dar lugar, proporciona.

Se as crianças menores fazem da casa um território privilegiado do seu lazer (“ Eu só gosto de brincar em casa ”)²¹, os mais velhos não admitem este tipo de limitação. Não gostam de ficar trancados. Diante disto, as alternativas não são muitas. Podem se divertir nos espaços exclusivos e normalizados que são os clubes e parques de diversão, os cinemas, centros comerciais e áreas de lazer dos prédios e condomínios privados. Ou buscar seu entretenimento no espaço aberto das ruas e praças.

Para muitos, brincar na rua significa um estado de carência que resulta da falta de áreas aparelhadas de modo especializado para o exercício do lazer. Consideram os folguedos de rua uma alternativa imposta pela ausência de equipamentos adequados às práticas recreativas: “ Diversão? Nenhuma, as crianças têm que brincar na rua ou no quintal porque não tem uma praça ou um parque. Nem um clube sequer.”²²

A essa altura convém recapitular e juntar o que, até aqui, foi comentado de forma dispersa. Vimos que uma primeira oposição, quanto à questão do lazer, é aquela entre rico e pobre. As pessoas que se autodenominam *pobres* se sentem carentes também no que se refere às diversões. Não têm nada *também neste sentido*.

Esta primeira polaridade pode assumir a figura mais concreta da oposição entre centro e periferia, encarnada, no caso, pelos pares Centro X Santa Cruz e Zona Sul X Zona Norte. A analogia coloca as coisas assim: gente rica vive em zonas urbanas bem equipadas que proporcionam mil formas de divertimento a serem consumidas, enquanto a gente pobre mora longe, não tem acesso às maravilhas da cidade e, portanto, não pode consumi-las.

E quem não tem condições de viver na proximidade de praias, cinemas, grandes parques, centros comerciais, áreas de lazer, clubes e parques de diversão acaba tendo que ficar em sua casa. Ou tem de se contentar com o divertimento possível na rua.

Assim, encontramos uma terceira polaridade, onde ao lugar especial se contrapõe o lugar comum. De um lado, ficam o parque, a área de lazer e o clube. Do outro — a casa, o quintal e a rua.

“ O nosso bairro está muito carente, as pessoas não podem nem sair de casa que não tem lugar especial para ir.”²³ A formulação não

poderia ser mais explícita. O que se parece esperar é que haja uma infra-estrutura específica e especializada, um lugar especial para ir. Quando este não existe, as pessoas se sentem reduzidas aos lugares comuns, como a casa, a rua e o quintal.

Este modo de colocar o problema nos dá uma pista importante. Quem pergunta e quem responde não se refere à mesma coisa quando fala do lazer. Quem pergunta confere à palavra o seu sentido mais amplo e técnico. Pensa em todas as formas lúdicas que têm lugar nas cidades. Quem responde, no entanto, pensa no lazer como sendo uma atividade programada e que exige todo um complexo de serviços e equipamentos. Por isto, pede "áreas de lazer", protestando contra o fato de que "nós só podemos brincar na rua".

Existe, portanto, a noção de um lazer criado para o consumo do morador e que lhe é, geralmente, vendido. E a noção de um lazer gratuito, sem infra-estrutura e equipamentos outros que não os do espaço urbano e simples, com suas calçadas, esquinas, pracinhas, casas e quintais. Este último está mais associado à idéia de "brincadeira". É uma espécie de lazer que depende de criatividade e imaginação e que nada custa.

O que separa o lazer da brincadeira é, de certa forma, uma questão de custos. Lugares especiais raramente prescindem de investimentos econômicos. Por isto obedecem à lei do privilégio. Costumam localizar-se nas zonas mais ricas e centrais da cidade. Discriminam quem não pode pagar. E num duplo sentido, pois é preciso ter dinheiro para morar perto deles ou para alcançá-los quando se mora longe; e é preciso ter recursos financeiros para consumi-los.

Esta dupla restrição se, por um lado, atinge os pobres, por outro afeta as crianças sempre dependentes quando se trata de dinheiro ou deslocamentos à longa distância. O problema se evidencia na observação de Amauri (16 anos) sobre as diversões no seu bairro: "Copacabana quase não tem diversões não pagas, salvo duas ou três praças que são divididas entre os pivetes e os excrementos dos cães. (...) gostaria também de maior preocupação com as crianças que além de não terem dinheiro e local para divertir-se também não têm segurança."²⁴

Dinheiro e lazer apresentam uma incompatibilidade que é, de certo modo, representada como coextensiva à oposição entre os interesses do mundo adulto e os anseios infantis²⁵. Como o espaço urbano pode gerar renda e multiplicar capitais, estes tendem a apropriar-se

de áreas que servem às brincadeiras ou a transformar o divertimento numa atividade lucrativa²⁶.

O que se diz de Copacabana estimula alguma reflexões sobre os valores atribuídos aos lugares especialmente destinados ao lazer e às diversões em contraste com a visão que tende a se desenvolver diante dos lugares e espaços comuns que compõem o meio urbano.

A questão da segurança, por exemplo, surge com toda força, bem como a dos equipamentos. As queixas, neste sentido, vão de Copacabana à Cidade de Deus, passando por Méier, Ramos e chegando até Santa Cruz: "Eu quero que tenha balanço e tire os vagabundos da nossa praça."²⁷ "As crianças é que têm que reclamar (...) nossas praças estão em precárias condições, com brinquedos quebrados e sem a mínima segurança, o que nos veta frequentá-las."²⁸ "Na minha rua sai muito tiro. Quando sai tiroteio todo mundo corre para casa. Não dá para brincar por causa do tiroteio."²⁹

Reclamações análogas já apareceram sobre a Praça do Lido, em Copacabana, e nas cartas dos garotos que moram em Santa Cruz. Do Méier já ouvimos as críticas às calçadas atravancadas pelos automóveis e ao trânsito agressivo e intenso que é problema em outros bairros também.

Nestas circunstâncias não estaria justificado o preconceito que olha a rua com desconfiança e que vê nela um espaço despreparado para e inadequado à função do lazer? Se não há segurança e se os equipamentos não existem (ou estão estragados), como esperar da rua que ela seja divertida e recreativa? Ficar reduzido a ela como espaço de diversão e folguedo não se configura, neste caso, como uma deficiência do meio urbano?

Há dois pontos para serem analisados aí. Primeiro, se a rua deve e pode servir às atividades do lazer e da diversão. Segundo, em que condições pode (ou não) desempenhar este papel de área para a recreação que alguns teimam em lhe atribuir. A este dois, no entanto, convém acrescentar um terceiro que sintetize o problema, pondo em relação as duas idéias — a de que são necessários lugares especiais para o lazer e a de que os lugares comuns servem de suporte e ocasião para o divertimento.

Podemos compreender o que está em jogo a partir de uma história exemplar que reúne as qualidades de uma parábola à eloqüência da sua condição de fato verdadeiro.

O personagem principal desta história é um menino que vive com sua família em algum lugar do sertão do Ceará. A sensibilidade

nacional provocada pela grande seca levou até esta família uma equipe de repórteres e cinegrafistas da televisão que tinha se mobilizado em favor de uma campanha de solidariedade aos nordestinos.

A carência destes sertanejos comoveu todo mundo. Nada tinham. Faltavam alimento, vestuário, trabalho, dinheiro, uma moradia decente (educação, nem se fala) e lazer. O garoto, e isto pareceu particularmente triste, brincava com uma porção de ossinhos esbranquiçados, de tamanhos e formatos variáveis, com os quais construía e operava o simulacro de uma pequena fazenda. Cada osso representava alguma coisa. Bois, vacas, cavalos e novilhos, cada qual com seu nome e características.

Os telespectadores não permaneceram indiferentes diante destas imagens da pobreza e da privação. Mandaram inúmeros donativos. Alimentos, roupas e dinheiro. Entre as diferentes dádivas encontrava-se também um pacote de miniaturas de animais. Com eles, o menino podia, finalmente, abandonar os seus rústicos ossinhos em favor de uma fazendinha muito melhor do que a antiga.

Este seria o ponto adequado para um final feliz, não fosse a história ter uma continuação curiosa, quase enigmática. Alguém que tinha tomado conhecimento de toda a situação ofereceu uma quantia em dinheiro para comprar o osso que representava o boi de estimação do garoto, que concordou em cedê-lo efetivamente sem maiores hesitações.

O desfecho, no entanto, seria ainda mais surpreendente. Algum tempo depois de fechado o negócio, o menino se arrependeu do trato e, através de uma nova reportagem, destinada a divulgar e avaliar os benefícios da boa vontade coletiva, pediu ao comprador do seu boi de estimação que, por favor, lhe restituísse o "animal" de quem sentia muita falta.

Os elementos e espaços comuns do cotidiano nas cidades se contrapõem aos equipamentos e dispositivos especializados para o lazer como um *forte apache à fazendinha-de-ossos*. À primeira vista, o parque de diversões, a área de lazer (equipada), as quadras de esporte, piscinas e clubes cumprem a função de recrear e divertir com muito mais eficiência e perfeição. As ruas, calçadas, esquinas, largos e pracinhas perdem longe quando se trata de alegrar e movimentar um ambiente urbano. Quem só pode contar com estes espaços para se entreter e divertir vive em estado de privação.

Isto é pura ilusão. O lazer de rua se revela, para o olhar mais atento, como portador de uma criatividade e participação muito

maiores. Ao invés de fregueses, espectadores e pacientes dos serviços que organizam, localizam, vendem e aplicam o entretenimento, quem faz o seu próprio lazer, nos espaços públicos que a cidade lhe põe à disposição, assume o papel do produtor, ator e consumidor de suas próprias invenções e descobertas³⁰.

Planejar e equipar o lazer em espaços segregados e exclusivos de outras funções da vida urbana talvez seja a grande razão do abandono e esquecimento dos logradouros públicos, tornando-os perigosos, deficientes e inadequados como fontes de diversão e prazer do morador das cidades³¹.

Aos lugares especialmente destinados ao lazer se opõem, desta maneira, os lugares comuns do espaço urbano — a casa, a rua, a pracinha, o bairro. Não são *áreas de lazer* que correspondam ao figurino do funcionalismo racionalista. Não foram feitas para jogar bola, brincar de mocinho e bandido, bater pique-esconde, soltar pipa, pular amarelinha e exercitar o corpo e o movimento, realizando os prodígios de equilíbrio que se executam num trepa-trepa.

E, no entanto, tudo isto e muito mais pode acontecer nas ruas, nas praças, nas esquinas e nos largos. Mas é preciso redescobrir e estimular estas potencialidades. Quem faz questão de áreas de lazer pode estar perdendo a noção do que tem. Por isto, não é de se estranhar que apareçam comentários como este do Denílson (11 anos), sobre Paquetá: "A ilha está triste, sem divertimento, pois não há áreas de lazer, parques de diversões e outros divertimentos."³²

A triste Ilha de Paquetá, cuja falta de distração e divertimento o Denílson lamenta, surge inteiramente transfigurada na visão de Maurício (11 anos) que parece muito menos pessimista com relação ao problema do lazer: "Aqui em Paquetá é bom porque a gente pode brincar na rua sem perigo de carros e ladrões. As ruas são cheias de árvores e pássaros que tornam elas bonitas e sossegadas, que dá muita sombra."³³

Como se vê, não é preciso que haja parques e áreas de lazer programados para divertir as crianças. As ruas podem servir perfeitamente a este fim. São até melhores, sob muitos aspectos, pois nelas o que se passa é vida urbana de verdade. E o que pode ser mais interessante, divertido e atraente, para crianças e jovens, do que esta vida para a qual estão sendo criados?

Brincar na rua não é apenas divertido. A enorme variedade de atividades, pessoas e acontecimentos que se encontram aí não oferece somente estímulos constantes e renovados para curiosidade de crianças

e adolescentes, mas também uma infinidade de ocasiões para conhecer e aprender. Brincar na rua é instrutivo. Ensina a lidar com as gentes e situações do dia-a-dia. Educa as crianças no convívio social. Contribui para o seu amadurecimento.

E não é só nas ruas sombreadas e absolutamente tranqüilas de Paquetá que isto é possível. A ilha é, neste particular, um caso especial. É como se fosse uma cidadezinha do interior. Sabemos que a realidade do Rio é outra. Menos tranqüila, menos sombreada e menos bucólica. Mas nem por isto as ruas deixam de fascinar a garotada. A professora de Eliana (9 anos)³⁴ acrescentou ao desenho de sua aluna uma informação preciosa: o lugar que a menina prefere para o seu lazer é a rua onde mora, e é lá que gosta de passar as suas horas livres.

O que vale em Paquetá, vale também em São Cristóvão. E em muitos outros bairros do Rio de Janeiro. Isto não significa, no entanto, que jovens e crianças estejam plenamente satisfeitos com o mundo da rua, que parece tornar-se cada vez mais hostil. Este problema não deve ser ignorado. Mas, também, não devemos cair no simplismo de atribuir à rua um valor intrínseco de inadequação às práticas de lazer e, em conseqüência, tirar as crianças de lá, para confiná-las em espaços planejados, programados, segregados e chatos. Isto empobreceria ambos, negando a vertente lúdica da vida urbana. Brincar na rua não é só brincar *na* cidade, é brincar *com* a cidade: "Amanheceu e a rua tem um ar livre de lazer."³⁵

NOTAS:

1. "E brincar significa literalmente "colocar brincos", isto é, unir-se, suspender as fronteiras que individualizam e compartimentalizam grupos, categorias e pessoas" (Da Matta, 1978:49).
2. EM Calouste Gulbenkian, 2ª série.
3. "Eu brinco de bola, capoeira, amarelinha, salada mista, polícia e ladrão, pique-esconde, batatinha frita, pipa e pião" (Marcelo, 13 anos, EM Clotilde Guimarães, 2ª série).
4. EM Gonzaga da Gama Filho, 2ª série.
5. EM Mato Grosso, 2ª série.
6. "O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais", Dumazedier, 1976/34.

7. "A Quinta da Boa Vista é o lugar que eu mais gosto do bairro" (Mônica, 10 anos, EM Gonzaga da Gama F^o, 2ª série).
8. "O jardim é lá embaixo. Eu moro no morro, mas não é longe não! Eu vou lá brincar" (Salvador, 6 anos, EM Gen. Euclides de Figueiredo, 1ª série).
9. Eliane, 16 anos, EM Clotilde Guimarães, 8ª série.
10. EM Alphonsus de Guimaraens, 2ª série.
11. "Esse princípio onipresente é a necessidade das cidades de terem uma diversidade a mais intrincada agregada de usos que dêem uns aos outros apoio mútuo constante, econômica e socialmente" (Jacobs, 1961:23/4).
12. Ana Rosa, 11 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série.
13. "O meu bairro está carente demais. Precisa de cinema, praças, circo e televisão. Mande botar esgoto, calçamento, bibliotecas, creches. Um lugar sem poluição — agradável, limpo e sadio para o nosso povo" (Vanusa, 13 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série).
14. "Moro num bairro pobre e num conjunto mais pobre ainda. Onde eu e meus colegas moramos não tem diversão nenhuma, nada. Queria um parque como o da Lagoa. Ele fica longe. Não temos condições para gastar indo nos divertir longe" (Valéria, 12 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série).
15. Andréia, 12 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série.
16. "... porque aqui no nosso bairro só tem televisão e na televisão tem mais programas para adultos do que para crianças" (Wagner, 11 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série).
17. Abílio, 13 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série.
18. "O lazer é uma válvula de escape para todos os problemas do dia-a-dia, por isso nos vemos muitos aborrecidos quando temos que sair do nosso bairro para conseguir um pouco de lazer" (Ana Paula, 14 anos, Col. Metropolitano, 8ª série).
19. EM Cel. Berthier, 6ª série.
20. "Queremos ser mais vivos e alegres senão seremos todos tristes, não tem nada para sermos divertidos" (Luiz André, 12 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série). "... porque sem uma coisa para nos agradar nós ficaremos sempre isolados sem alegria e sem divertimento" (Eliane, 12 anos, EM Cel. Berthier, 6ª série).
21. Danilo, 7 anos, EM Alphonsus Guimaraens, 2ª série.
22. Vânia, 14 anos, EM Aduauto Lúcio Cardoso, 8ª série.
23. Cláudia Cristina, 13 anos, Coronel Berthier, 6ª série.
24. EM Roma, 8ª série.
25. "O bebê ri porque tem a sua área de lazer. O homem chora porque onde é o parque poderia ser um prédio" (Danielle, 12 anos, Col. Metropolitano, 7ª série).
26. Santos, 1982.
27. Bruno, 9 anos, EM Alphonsus de Guimaraens, 2ª série.
28. Ana Paula, 14 anos, Col. Metropolitano, 8ª série.
29. Cleverson, 12 anos, EM Clotilde Guimarães, 2ª série.
30. Certeau, 1974:38.
31. Jacobs, 1961, Vogel e Mello, 1981.
32. EM Pedro Bruno, 5ª série.
33. EM Joaquim Manoel de Macedo, 3ª série.
34. EM Gonzaga da Gama F^o, 2ª série.
35. Sílvia Maria, 7 anos, EM Mato Grosso, 2ª série.



PARTE VI

Conclusões

da cidade como modelo orgânico, como expressão auto-evidente do que é e do que pode vir a ser. Trata-se de uma revalorização do espaço e das práticas que abriga, considerando-o como fonte de informação e referência tanto à economia como à sociologia. Ainda que pareça simplório lidar com um conjunto, que todos sabem muito complexo e carregado de determinações, é vantajoso recorrer a um código fácil de entender e bastante expressivo. Referências à casa, ao bairro, ao centro são capazes de condensar um mundo de aspectos que, nos exercícios analíticos, só podem aparecer dissociados e empobrecidos. Quando um garoto fala que não mora em uma casa, mas em um barraco, está conotando à forma de moradia idéias mais amplas, de categorização social, de desconforto, insegurança, falta de acesso a recursos e valores distintivos. Parece que estudiosos e crianças estão fazendo mais fé no poder abrangente das metáforas do que na precisão de categorizações esmeradas.

O título da pesquisa suscita duas questões: 1) O que entender por criança? 2) Por que achar que crianças têm algo de especial a dizer? Houve um viés inicial: os selecionados estavam em idade escolar e freqüentavam o primeiro grau. A escolha a partir do sistema formal de ensino estava comprometida com o objetivo de aproveitá-lo. A meta do trabalho é treinar a consciência do urbano através da escola. Servirá para motivar estudos específicos e para avaliar como, dentro da própria instituição, são veiculadas idéias, maneiras de explicar o mundo. Quando começam a freqüentar aulas, os meninos, além de verem a cidade, também passam a ouvir falar sobre ela. Isto é, começam a ter suas visões "selvagens" orientadas. Aos conceitos limitados do aprendizado familiar, são acrescentados outros, "socializantes", no bojo de uma proposta geral de educação.

Há uma coincidência de momentos nada casual. Ao se iniciarem no primeiro grau, as crianças também passam a ter de viver a cidade. São-lhes atribuídas responsabilidades, como horários, o cálculo do trajeto entre residência e escola, as preocupações com a segurança, o transporte e o trânsito. É por isto que, justo aos iniciantes da primeira série, foi apresentado um tema conciliador — a própria casa — considerado, pelas professoras que aplicaram o teste, o mais adequado para facilitar as intermediações. À medida que os alunos se tornam mais velhos, aumentam as oportunidades de exposição ao dia-a-dia e às aventuras do urbano. Paralelamente, o tema surge em aula de diversas formas, ainda que sejam raras as unidades didáticas que lhe sejam

especialmente dedicadas. Há uma relação pouco percebida entre o acesso progressivo às liberdades e possibilidades dos espaços citadinos e o contraponto limitador e disciplinador da escola. Compare-se com a situação do "menino da rua", do pivete ou do "trombadinha". Todas as críticas apontam o seu abandono. Deveria estar na escola, aprendendo, em última instância, a ser um bom cidadão, a usar de forma correta a cidade, da qual abusa como se tivesse todos os direitos a fazê-lo, sem pagar contrapartidas. Para a infância sem educação, o espaço urbano reverte à situação de natureza, é "selva", onde tudo parece ser permitido e possível.

Submetidos a um dos muitos aprendizados que permitem a passagem do "natural" ao "social", os estudantes do 1º grau estão em uma situação-limite em relação à cidade. Se indagados, podem devolver com "distorções o que lhes é ensinado sobre o meio urbano e a maneira correta de nele se comportarem. Seu discurso ainda não é bem afinado, apresenta erros na harmonia. Urbanidade e civilidade são valores que, durante este estágio da formação, são repisados tanto na escola, como dentro de casa. Os garotos, no entanto, não têm obrigação de terem idéias completas e elaboradas a respeito do assunto. Convidados a escrever dizendo o que bem entendem, acabam meio constrangidos. Reproduzem, desajeitadamente, o que pensam os adultos. Há uma dubiedade no que transmitem que pode ser explorada em dois sentidos: por um lado, estão mais perto de uma expressão livre; por outro lado, reproduzem com maior ingenuidade a expressão formal.

Na família, antes mesmo do período escolar, existem idéias sobre a cidade que são captadas pelos filhos menores. Os mais velhos (pais, irmãos, parentes e amigos) sempre estão se referindo a lugares nas suas histórias e manifestam aprovações e reprovações em relação a eles. Há opiniões, também, sobre quem deveria cuidar do bem-estar público e de que forma, o que acaba se refletindo em avaliações do estado de espaços coletivos e privados. Na escola, as muitas versões individuais são fundidas em uma espécie de códigos de lugares-comuns, às vezes contraditórios. É difícil perceber estas contradições, pois o rol de conceitos do que deveria ser a boa forma, o bom uso e o bom trato do urbano não costuma ser explícito. Assim, é difícil avaliá-lo e levantar porquês. Completando a carga ideológica, os meios de comunicação de massa têm a cidade como pano de fundo habitual. Há mesmo ocasiões em que ela é a vedete. São passados, de forma direta e indireta, preconceitos colocados a informações. A rapidez das mensagens e sua

vulgarização, aliadas à camuflagem, dá poucas chances ao surgimento de uma perspectiva crítica. A leitura das cartas e desenhos é um tanto desapontadora: os alunos reproduzem os mesmos pontos de vista encontrados por toda parte. Para quem estiver procurando o não-convencional, a contribuição inovadora absoluta, não há muito a oferecer. O mito romântico da pureza não tocada pela civilização aplica-se tão mal a crianças como aos selvagens de verdade, muito distintos dos fantasiados por Rousseau.

A rigor, não existe razão para grandes surpresas. Os jovens carregam as esperanças de mudança na sociedade, é bem verdade. É por isto que há tanto empenho em "prepará-los para a vida". Para o estado moderno, a tarefa é tão importante que não pode ficar fechada no âmbito familiar, quase sem controle. Ainda no início do século, no Brasil era admitido o ensino básico em casa. As famílias mais abastadas tinham preceptores. Não havia as misturas indesejáveis, as aproximações ambíguas de classes e grupos permitidas pela escola. Os alunos se apresentavam para exames preparatórios, onde, de uma só vez, sentiam o dedo oficial controlando e disciplinando, de acordo com os interesses do governo. A reminiscência que restou destes tempos é o atual supletivo, reduzido a medida de exceção. O Estado tomou a si o controle do processo didático; regulamentou-o. O aluno deve ser educado sob suas vistas, seja diretamente submetido aos seus aparatos didáticos burocráticos (escolas públicas), seja cumprindo suas determinações em escolas particulares, sob fiscalização. Vista de tal ângulo, a escola é redutora. Prepara ordem e tolerância, a partir de ideais uniformizadores. Dá às crianças conjuntos de normas, restrições e deveres, estabelecendo mecanismos de culpa, de punições e recompensas. É o aparato inventado pela cultura individualista burguesa para assegurar a própria continuidade, com o mínimo de riscos. Serve para contrabalançar, senão neutralizar, rebeldias ameaçadoras. Cumpre uma função lógica e útil, é bem verdade, mas sob certos aspectos, pouco progressistas. Isto, é claro, se progresso for entendido como reinvenção cotidiana do mundo, a partir de novas maneiras de encará-lo.

Nada é tão simples, porém. A mesma instituição que põe os garotos nos trilhos, também lhes dá algo indispensável ao acesso ao poder, tal como entendido nas sociedades modernas: informação diversificada. E mais: tudo se realiza em um ambiente coletivo, propício ao enfrentamento de diferenças, às trocas e às acumulações diferenciadoras. A par e apesar da limitação de seus propósitos, a escola

fornece um método para pensar. Suas "disciplinas" visam a um alvo singular e conformista, mas passam adiante a idéia de que é preciso *disciplinar-se* para atingir um fim, qualquer fim, que requeira a maximização de conhecimento. Aí está a coisa mais importante que se aprende na escola. O ensino acaba, portanto, apontando em direção a aberturas e não a estreitamentos.

Sendo a própria escola uma representação materializada do poder, em que condições aí aparece e é discutida a noção de autoridade? Para os pequenos, a escola amplia e socializa a repressão que começaram a conhecer em casa. Mas reduz também, ao representá-los, uma quantidade enorme de aparatos de mando que começaram a ser percebidos através dela. Já nem é mais o caso de falar em termos políticos. Afinal, a família, a escola, o governo inteiro, com todas as suas esferas, ministérios, leis, repartições, estão encharcados, embebidos pelos grandes parâmetros do comportamento cultural. Na cultura brasileira há um papel bem destacado para a questão da autoridade e de como lidar com ela. As crianças, ao entrarem no primário, entendem disto muito bem. Como? Ouviram por toda parte, souberam de todo mundo. Respiraram no ar.

É impressionante a visão convencional da autoridade. A quem manda há que pedir. Em princípio, há nas demandas otimismo e pessimismo. As crianças são otimistas quando acreditam, com sinceridade ingênua, que os príncipes têm boas intenções, *devem* ser bons, logo estão mal-informados. Precisam ser esclarecidos. É um favor que prestam a homens tão ocupados dizer como andam as coisas nos lugares que não conhecem tão bem. O pessimismo fica por conta da falta de confiança em si mesmos. O que mais há para fazer senão solicitar e ficar à espera da benesse, do "favor" a que estão obrigados os poderosos?

Eis porque abundam as listas do que está errado. Elas dão a impressão de choro e lamentação. Não deixam de ser um "teatro", uma espécie de encenação comovedora. Em um sistema de cultura que costuma se mexer a partir de correntes de solidariedade vertical, é preciso puxar, chamar a atenção para baixo. A reivindicação não pretende ser, pelo menos nas formulações iniciais, um enfrentamento. A sociabilidade dos iguais, das vítimas dos mesmos males por tradição, é mais fraca do que o respeito ao poder. As potencialidades de fragmentação radical, tão sonhadas por certos pensadores que chegam ao exagero de identificações lineares entre os conceitos de trabalhador e

morador*, são longínquas. Os fluxos políticos e os econômicos não se dão em campos coincidentes. Entre eles, se armam complicados enredos amortecedores, em que entram as massas trabalhando nos setores ditos informais, diversos tipos de lealdade e o próprio ambiente da cidade, muito propício à formação de vários grupos, onde o mesmo indivíduo pode circular com relativa independência. Os escritos das crianças tentam identificar destinatários precisos, sempre postos acima da situação vernacular e banal que está sendo vivida. Os outros, os iguais, aparecem subentendidos e por contraste. O NÓS é uma suposição de pessoas que apenas formam um conjunto porque têm um interlocutor comum que detém o poder. Esta "comunidade de aflitos" só estaria unida porque volta os olhares para um eixo único, para um EGO benfeitor.

Resta uma questão difícil de resolver: E se a autoridade se manifesta desejosa de se legitimar de baixo para cima? De repente, as crianças não estariam mais frente ao comando tradicional, "naturalmente" estabelecido. Teriam de olhar não mais para cima, mas em volta, e ficariam confusas. Tenderiam a deslocar o comportamento convencional, com os riscos da impropriedade, da tolice e do ridículo. Ou tenderiam ao ceticismo, até ao desprezo. É bem o caso das Associações de Moradores. Os homens que nelas militam aparecem como heróis, às vezes. Têm um figurino prefixado no ideário de tipos nacionais. São caxias, pessoas que levam as situações a sério, dirigem a sua força disciplinada para o bem-estar coletivo, acreditam mesmo nos ideais que expressam. Seriam admiráveis... se pudessem alguma coisa. Algumas crianças mal-informadas acreditam que são relacionados com o poder oficial, teriam seus mesmos atributos. Então, a eles se dirigem na forma súplice habitual. Outros, mais espertos, quase declaram que não vale a pena investir em quem não decide. Sua posição desagradável, quase cínica, deixa, porém, brechas. As Associações de Moradores *seriam* o caminho para organizar as pessoas em torno de interesses comuns sobre a cidade. Funcionariam bem se o que propõem fosse viável. Sobra um fiapo de esperança à espera de que alguém lhe dê algum valor.

* Sobre as tendências a estabelecer estas identificações e a crítica correspondente ver Castells (1974), Lojknie (1977)I e Santos (1982)I.

As crianças cariocas estão desapontadas com sua cidade. Não partem para abstrações. É inevitável comparar o que escreveram em 1983 com as composições escolares comuns na década de cinquenta, cheias de adjetivos retumbantes e metáforas fantasiosas. Há cartas ufanistas e desenhos cosméticos, mas em alguns destes casos o autor apresenta a ressalva: *eu gostaria que fosse assim...* A maioria não disfarça o que lê todos os dias nos lugares que frequenta ou por onde passa. Talvez haja até uma certa tendência a carregar nos matizes escuros. De qualquer jeito, a consciência crítica é muito maior. Mudou a cabeça da garotada e também o modelo geral de educação. Mas não é só isto. Em três décadas, mudaram extraordinariamente as cidades, os modos de vida e as maneiras de perceber o mundo de grande parte dos brasileiros. Se é verdade que o conjunto urbano é, em si, linguagem que comunica, então ao espaço do Rio deve ser atribuída parte da responsabilidade na transformação de conceitos e comportamentos. Porém, o gigantesco livro aberto, apesar de muito acessível, não é lá muito claro. Está redigido em várias línguas, em diversos estilos. Pior: está impresso com mil caracteres tipográficos diferentes. Sua proposta, carregada de significados, é, em geral, poética e pouco precisa. Crianças e todos os outros habitantes do meio urbano estão em um círculo e giram com ele. Para ver a cidade, é preciso entendê-la. Para entendê-la, é preciso aprender uma forma, um roteiro seletivo. Aprendido o roteiro, se descobre que só é um entre vários. Se são possíveis tantos, é também viável, saltando de um para o outro, transformá-los. A poética é a dimensão criadora, a exploração do velho para fazer surgir o novo. É o jogo de previsões e adivinhações de sentido. Está, portanto, implícita no desafio urbano. A cidade é, por definição, uma espécie de máquina poética à espera de programadores e usuários de seus sentidos.

Existem novidades que se impõem no Rio e em todas as cidades brasileiras expressivas. Por um lado, estão acontecendo fenômenos característicos dos meios urbanos e que só neles podem ter lugar: passeatas, grandes comícios. Há como que uma redescoberta do conteúdo lúdico de *polis*, do centro da política. Os ajuntamentos monumentais, por outro lado, são contrabalançados por um retorno ao que é local, à reconstituição de um ideal, às vezes idílico, de comunidade e de lugar. Proliferam movimentos em bairros, favelas, conjuntos habitacionais. As crianças estão sendo sensibilizadas por bons exemplos que, até para os mais velhos, têm cara de novidade.

Há maus exemplos, também. Alguns inéditos. A degradação rápida do Centro da cidade. A onipotência agressiva dos automóveis e seus donos, invadindo e monopolizando os espaços ditos "públicos", de onde a maioria foi eliminada. O escancaramento das relações entre crise habitacional e de emprego, com um número crescente de mendigos morando em praças, viadutos, ou na rua mesmo. A falta de civilidade e de disciplina em relação a locais que perderam o significado e o respeito coletivo, como jardins que desapareceram com o pisoteio de milhares de pessoas, praças invadidas por barracas etc. Tudo surpreendente, tanto pela rapidez com que está acontecendo, como pela passividade com que é encarado pelo mundo das autoridades e dos adultos comuns. Não é mais preciso "ter modos" em relação à cidade. Parece que não é mais proibido, ou deseducado, sujá-la ou agredi-la. O pior é que as crianças daqui para a frente, vendo este modelo, poderão pensar que assim mesmo é que é normal.

Entre os pólos positivos e os negativos, deve ser situada a educação. A escola pode e deve entender a cidade como aliada, como um universo maior do que ela; como instituição, tenta limitar e imitar. Tomar o meio urbano como instrumento pedagógico é fascinante e perigoso. Abrem-se infinitas possibilidades de crítica e de liberação. Será inevitável o questionamento ao *status quo*, o que inclui o sistema de ensino. Encarar o dilema, levando as crianças a enfrentarem o mundo em que vivem, parece ser a melhor saída. Só com a exposição ao risco e ao perigo de dissolução é que se avança. A escola frente à cidade acabará tendo de escolher: ou entra na estagnação conformista, ou investe na formação de um cidadão que, por enquanto, é só projeto. Um cidadão que, pensando sobre o meio em que vive, seja capaz de chegar a refletir sobre si mesmo e a decidir o que vale a pena conservar ou mudar nos dois.

Bibliografia

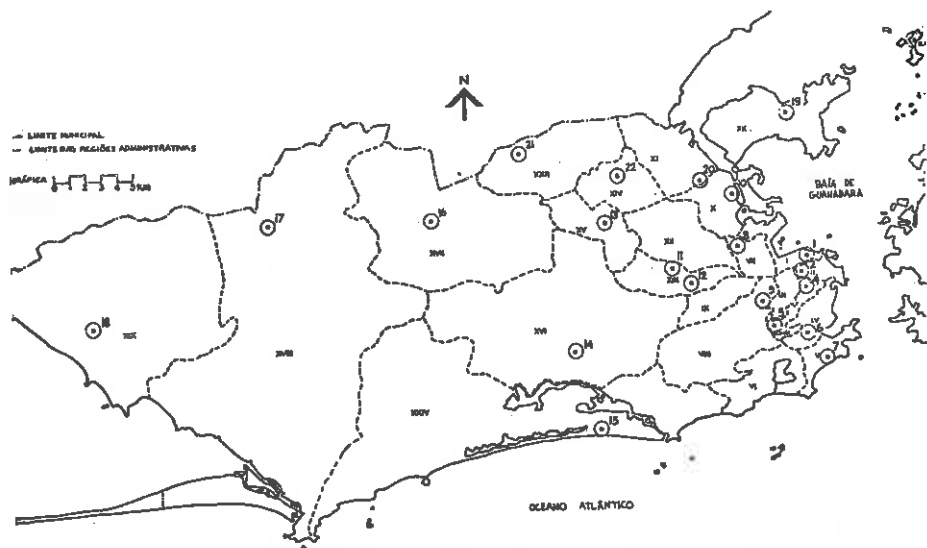
- Boschi, Renato Raul (org.). *Violência e Cidade*. Zahar (série "Debates Urbanos" Nº 2), Rio, 1981.
- Bourdieu, Pierre. *Esquisse d'une Théorie de la Pratique (précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabyle)*. Librairie Droz, Genève, 1972.
- Bremaeker, François. Os Municípios Brasileiros mais Populosos: a Idade da População in *Revista de Administração Municipal*, número 170, IBAM, Rio de Janeiro, 1984.
- Briggs, Asa (org.). *El Entorno del Hombre*. Marymar, Buenos Aires, 1971.
- Castells, Manuel. *La Cuestión Urbana*. Siglo XXI, Madri, 1974.
- Claval, Pierre. *La Logique des Villes. Essai d'Urbanologie*. Paris, Litec., s/d. Da Matta, Roberto A. *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Vozes, Petrópolis, 1973.
- Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Zahar Eds., Rio, 1979.
- Você tem cultura?* Revista da Embratel, Rio, 1982.
- De Certeau, Michel. *La Invention du Quotidien*. Paris, Union Générale d'Éditeurs (Cde. 10/18), 1980.
- La Culture au Pluriel*. Union Générale d'Éditeurs (Coll. 10/18), Paris, 1974.
- Douglas, Mary. *Pureza e Perigo*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.
- Dumazedier, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.

- Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Graal, Rio, 1979.
- Freyre, Gilberto. *Alhos & Bugalhos. Ensaio sobre temas contraditórios: de Joyer a Cachaça; de José Lins do Rêgo ao Cartão-Postal*. Nova Fronteira, Rio, 1978.
- Godelier, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Tempo Brasileiro, Rio, 1965.
- Heiddegger. *Bâtir, Habiter, Pense*. s.r.
- Kowarick, Lúcio & Ant, Clara. *Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo in Boschi (org.), Violência e Cidade*. Zahar, Rio, 1982.
- Lojkine, Jean. *Le Marxisme, L'Etat et la Question Urbaine*. PUF, Paris, 1977.
- Lomnitz, Larissa. *"Las Relaciones Horizontales y Verticales en la Estructura Social Urbana de México"*. México, cópia xerox, s/d.
- Lynch, Kevin. *The Image of the City*. The MIT Press, Cambridge, 1960.
- Mauss, Marcel. *Sociologia y Antropologia*. Editorial Tecnos S/A, Madri, 1971.
- Moscovici, Serge. *Essai sur L'histoire Humaine de la Nature*. Flammarion, Paris, 1977.
- Nizza da Silva, Maria Beatriz. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Cia. Editora Nacional (Brasiliiana, vol. 363), Rio, 1978.
- Polanyi, Karl. *A Grande Transformação*. Campus, Rio, 1980.
- Pritchett, V.S. *London Perceived*. Londres (cit. apud Briggs, 1971), 1962.
- Rodrigues, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Achiamé, Rio, 1980.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Zahar Eds., Rio, 1981.
- Processos de Crescimento e Ocupação da Periferia*. Finep/Ibam/Xerox, Rio, 1982.
- Sperber, Dan. *O Simbolismo em Geral*. Cultrix, São Paulo, 1978.
- Turner, Victor W. *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. Penguin Books, Londres, 1974.
- Valladares, Lícia. *Associativismo e Representação Comunitária no Rio de Janeiro in A Humanização das Cidades — Rio de Janeiro*. Enhap, Rio, 1983.
- Venturi, Robert & Scott-Brown, Denise. *Aprendiendo de todas las cosas*. Tusquets Editor, Barcelona, 1971.
- Vogel, Arno & Mello, Marco Antonio da Silva. *Quando a Rua Vira Casa*. Ibam/Finep, Rio, 1981.
- Von Leithold, T. & Von Rango, L. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. Cia. Editora Nacional (Brasiliiana, vol. 328), Rio, 1966.
- Yi-Fu Tuan. *Topofilia. Um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. Difel, São Paulo, 1980.

Anexos

- Mapa de localização das escolas pesquisadas
- Relação das escolas pesquisadas segundo o tema abordado pelas diversas séries.
- Folheto-programa de aplicação

Distribuição das Escolas Pesquisadas por Região Administrativa



REF.	NOME DA ESCOLA	RA		REF.	NOME DA ESCOLA	RA	
1	Darcy Vargas	I	-Portuária	12	Metropolitano (part.)		
2	Calouste Gulbenkian	II	-Centro	13	Min. Edgar Romero	XV	-Madureira
3	Joaquim Macedo/ Pedro Bruno	XXI	-Paqueta	14	Alphonsus Guimaraens/CIMPA	XVI	-Jacarepaguá
4	Santa Catarina	XXII	-S. Tereza	15	República da Colômbia	XXIV	-Barra
5	Anísio Teixeira (part)			16	Ubaldo de Oliveira	XVII	-Bangu
6	México	IV	-Botafogo	17	Min. Adauto Lúcio Cardoso	XVIII	-C. Grande
7	Roma	V	-Copacabana	18	Cel. Berthier	XIX	-S. Cruz
8	Gonzaga Gama Filho	VII	-S. Cristóvão	19	Rodrigo Octávio	XX	-I. Governador
9	Gal. Euclides Figueiredo	VIII	-Tijuca	20	Pres. Eurico Dutra	XI	-Penha
10	Clotilde Guimarães	X	-Ramos	21	Parafba	XXII	-Anchieta
11	Francisco Jobim	XIII	-Engº Novo	22	Mato Grosso	XIV	-Irajá

Distribuição de Temas por Série e por Escola Pesquisada

ESCOLAS	TEMAS	Moradia	Centro	População	Violência	Paisagem e Cantão-Postal	Serviços e Equipamentos	Atividades e Trabalho	Governo e Ass. de Moradores	Lazer e Diversão
1. Min. Adauto Lúcio Cardoso	1a	1a	6a	7a	3a	5a	4a	8a	8a	2a
2. Alphonsus de Guimaraens	1a	1a	-	5a	3a	4a	7a	-	-	2a
3. Anísio Teixeira	1a	1a	5a	3a	7a	6a	4a	8a	8a	2a
4. Cel. Berthier	1a	1a	7a	2a	5a	3a	4a	8a	8a	6a
5. Calouste Gulbenkian	-	-	6a	2a	8a	4a	5a	7a	7a	3a
6. Clotilde Guimarães	1a	1a	7a	5a	6a	3a	4a	8a	8a	2a
7. Darcy Vargas	1a	1a	3a	6a	7a	4a	5a	8a	8a	2a
8. Min. Edgar Romero	2a	2a	7a	4a	6a	3a	5a	8a	8a	1a
9. Euclides de Figueiredo	2a	2a	7a	4a	6a	3a	5a	8a	8a	1a
10. Pres. Eurico Dutra	1a	1a	6a	2a	7a	4a	5a	8a	8a	3a
11. Francisco Jobim	4a	4a	3a	7a	6a	2a	5a	8a	8a	1a
12. Gonzaga da Gama Filho	-	-	3a	5a	7a	6a	4a	8a	8a	2a
13. Joaquim Manoel de Macedo	2a	2a	-	4a	-	3a/4a	-	-	-	1a
14. Mato Grosso	1a	1a	7a	3a	6a	-	4a/5a	8a	8a	2a
15. Metropolitano	CA	CA	3a	5a	8a	2a	4a	7a	8a	1a
16. México	3a	3a	6a	4a	7a	2a	5a	8a	8a	1a
17. Paraíba	1a	1a	5a	4a	7a	3a	6a	-	8a	2a
18. Pedro Aleixo (CIMPA)	-	-	8a	5a	-	-	7a	8a	8a	-
19. Pedro Bruno	-	-	7a	-	6a	-	5a	8a	8a	-
20. República da Colômbia	1a	1a	6a	2a	7a	4a	5a	8a	-	3a
21. Rodrigo Otávio	2a	2a	6a	4a	7a	3a	5a	8a	8a	1a
22. Roma	1a	1a	6a	3a	7a	4a	5a	8a	8a	2a
23. Santa Catarina	2a	2a	6a	5a	7a	3a	4a	8a	8a	1a
24. Ubaldo de Oliveira	1a	1a	7a	5a	6a	3a	4a	8a	8a	2a

Programa:

Aplicação de Pesquisa

1. Objetivo — orientar os professores para melhor aplicação da pesquisa junto aos alunos, de maneira que os mesmos compreendam o que se espera desta pesquisa e do tema proposto em sala de aula.

2. Finalidade — obter a visão da criança de 1º grau do que é a sua cidade, do que é urbanização e como ela se coloca diante disto como representante de uma expressiva parte da população urbana da Cidade do Rio de Janeiro.

3. Metodologia

3.1 Forma de Expressão — a pesquisa será feita através de desenho ou de carta.

— desenho: será livre, colorido ou não, sem que haja imposição de qualquer técnica;

— carta: endereçada a pessoa(s) ou autoridade(s) que a criança identifique como sendo responsável por um dos temas propostos (ex.: dono das ruas, dono do ônibus, dono da praça etc.). Não se exige que a criança saiba quem são esses responsáveis. É importante que a professora não exija boa caligrafia, nem que a criança passe a limpo o que escreveu ou desenhou, para que ela não se sinta inibida em colocar as suas idéias ou pensamentos.

3.2 Forma de Expressão/N^o de Alunos por Série — em cada série, a metade dos alunos se expressará sob a forma do desenho e a outra metade sob a forma de carta. As exceções são para os casos apresentados no item 7 e para 1^a série. Em casos de não se obter democraticamente a proporção acima, caberá à professora efetuar um sorteio entre os alunos.

3.3 Etapas de Pesquisa — são duas a saber:

1^a etapa — apresentação do tema — a professora explicará à turma o tema proposto de acordo com as sugestões do item 7. Estas sugestões têm como objetivo despertar a criança para os enfoques pretendidos por tema. É fundamental que a professora não dê o seu ponto de vista, mas que estimule a criança a pensar sobre o tema proposto.

2^a etapa — elaboração dos trabalhos — nos casos de expressão pelo desenho, após o seu término, a professora deverá solicitar ao aluno que explique o que desenhou, podendo ele próprio fazer anotações ou então a professora ajudá-lo nesta tarefa. Estas etapas deverão obedecer a um intervalo de 1(um) a 3(três) dias, para que a criança amadureça sobre o que lhe foi apresentado e solicitado.

4. Material

Será fornecido a cada aluno um conjunto de 3 (três) folhas brancas, onde ele preencherá os dados solicitados. É necessário que a professora observe se os dados de cada folha foram preenchidos.

O prazo total para aplicação da pesquisa será de 3 (três) semanas, após a entrevista da equipe de coordenação do projeto junto com as professoras e a direção da escola.

5. Reconhecimento do Material

A escola encaminhará os trabalhos para o STAC do EDEC.

Os trabalhos deverão vir dentro de envelopes. Deverá ser reservado um envelope para os desenhos e outros para as cartas. Cada envelope deverá conter o nome da escola, a série e o nome do tema aplicado. Os trabalhos de desenho que porventura sejam feitos em papel maior do que o fornecido deverão ser enrolados e presos com elástico.

6. Produto

Entre os produtos finais desta pesquisa, será efetuada uma exposição com os trabalhos selecionados dos alunos mostrando a sua conscientização dos problemas urbanos e das formas de enfrentá-los, acompanhados dos comentários pertinentes. Esta exposição passará a ser itinerante, atendendo às solicitações de entidades, tais como, escolas, igrejas, associações de moradores etc.

7. Relação dos Temas

1^a tema: *Moradia*

Como as pessoas moram? Como você mora?

Solicitação:

- quem mora bem, quem mora mal?
- o que é morar bem, o que é morar mal?
- se você tivesse que arrumar as moradias, como você o faria?
- quem é que você acha que deva se ocupar das moradias?

Forma de Expressão:

carta a quem ela acha responsável pelas moradias;
desenho livre.

Série

2^a tema: *Poluição*

Como você vê a poluição? O que você entende por poluição?

Solicitação:

- o que é bonito e feio no seu bairro e quem é responsável?
- o que é limpo e sujo no seu bairro e quem suja?
- quais são os barulhos que lhe incomodam e quem os causa?
- quais são os cheiros que lhe agradam e os que lhe incomodam?
- quais são as coisas boas e ruins do clima do seu bairro (chuva, vento, insolação, umidade) e o que você faria para modificar ou corrigir?

Forma de Expressão:

carta a quem a criança julga responsável por algum dos problemas da poluição; desenho sobre um ou alguns problemas da poluição (livre escolha do aluno).

Série

3º tema: Lazer e Diversão

Quais são as brincadeiras e diversões que a cidade e/ou o seu bairro proporcionam a você, a seus amigos e às outras pessoas?

Solicitação:

- o que você faz no seu tempo livre?
- o que você faz nos seus feriados?
- quais são os seus lugares preferidos para se distrair, se alegrar?
- quais são as suas brincadeiras preferidas?
- como você acha que deveria ser a sua cidade e/ou o seu bairro para serem divertidos?

Forma de Expressão:

desenho livre;

carta ao responsável pelos divertimentos, brincadeiras.

Série

4º tema: Paisagem, Cartão-Postal

Qual o cartão-postal do seu bairro ou da sua cidade?

Solicitação:

- se você tivesse que mandar a um amigo um postal do seu bairro ou da sua cidade, como seria ele?
- o que deve ser visto?
- o que marca ou é mais importante no seu bairro ou na sua cidade?

Forma de Expressão:

desenho de um postal;

carta a um amigo.

Série

5º tema: Serviços e Equipamentos

O seu bairro tem tudo que ele precisa?

Solicitação:

- os serviços de um bairro: luz, água, esgoto, telefone, correio, lixo, transporte.
- os equipamentos do bairro: escola, hospital, feira, posto de saúde, delegacia, cemitério.
- qual ou quais existem ou faltam no seu bairro, na sua zona?
- qual ou quais estão funcionando bem ou mal no seu bairro?
- quais as soluções que você sugere?

Forma de Expressão:

desenho livre (de um ou mais serviços e/ou equipamentos); carta ao(s) dono(s) dos serviços e/ou equipamentos.

Série

6º tema: Violência e Segurança no Bairro e na Cidade

Você e as outras pessoas se sentem seguras no seu bairro e na sua cidade? Por quê?

Solicitação:

- quais os tipos de violência e perigos que existem no seu bairro e na sua cidade?
- quais são os lugares perigosos do seu bairro e/ou da sua cidade?
- quais são as causas, os motivos dessa violência?
- existem soluções para os perigos e as violências?
- o que terá que mudar para as pessoas se sentirem mais seguras?

Forma de Expressão:

desenho livre;

carta a alguém ou ao responsável que possa aumentar a segurança no seu bairro, na sua cidade.

Série

7º tema: Centro

Você conhece o Centro da sua cidade?

O que você acha do Centro da sua cidade?

Solicitação:

- quais são os pontos de referência para você ir ao Centro?
- como se localiza o seu bairro em relação ao Centro?
- o que, para você, mais fortemente identifica o Centro de sua cidade?

- se você nunca foi ao Centro da sua cidade, como você o idealiza? Como o imagina que seja ou gostaria que fosse?

Forma de Expressão:

desenho ou mapa com comentário, indicações, notas.

Série

8º tema: Governo e Associação de Moradores

O que é governo e associação de moradores para você?

Solicitação:

- como você vê o governo de sua cidade?
- qual a presença do governo no seu bairro?
- como você vê a Associação de Moradores no seu bairro?
- qual a sua participação nos movimentos de associação de bairros?
- você expõe as suas idéias? Gostaria de fazê-lo?

Forma de Expressão:

carta ao governo ou a algum representante do governo;

carta à Associação de Moradores.

Série

9º tema: Atividades e Trabalho

Solicitação:

- tipo de atividades e trabalho (fábrica, centro de comércio, escola de samba, estádio de futebol, clube, templos, igrejas, feiras etc.).
- quais as atividades ou formas de trabalho que têm mais importância, maior influência no seu bairro?
- o que elas provocam ou causam no bairro? Quais os seus efeitos?
- o que você sugere para que elas beneficiem e não prejudiquem o seu bairro e/ou a sua cidade?

Forma de Expressão:

desenho livre;

carta aos donos das fábricas, dos trabalhos ou de alguma das atividades.